

PRINCÍPIOS



**PERFUME E MOEDAS PODRES
NO RASTRO DO NEO-HERÓI**

Revista Teórica
Política e de
Informação

**Diretor e
Jornalista Responsável**
João Amazonas

Editor
Rogério Lustosa

Conselho Editorial
Aldo Arantes
Bernardo Joffily
Fernando Pupo
Haroldo Lima
Helena de Freitas
Jô Moraes
José Carlos Ruy
José Reinaldo de Carvalho
Luís Fernandes
Luís Paulino
Luiz Manfredini
Madalena Guasco
Olival Freire Jr.
Pedro de Oliveira
Umberto Martins
Walter Sorrentino

Colaboradores
Agenor Silva
Altamiro Borges
Ana Maria Rocha
Ary Normanha
Carlos Pompe
Clóvis Moura
Luis Marcos Gomes
Loreta Valadares

Edição de Arte
Pedro de Oliveira

Revisão/Preparação
Célia Gamboim
Gabriela de Oliveira

Diagramação
Adélia Cukauskas

**Administração, Distribuição
e Assinaturas**
Divo Guisoni

Editoração Eletrônica
Compuart - (011) 278-1634

**Publicação da
Editora Anita Garibaldi Ltda.**
Rua dos Bororós, 51 - 1.º andar
São Paulo - SP
Tel.: (011) 278-3220

Í N D I C E

MILHÕES CONTRA MILHÕES 3

NATUREZA E ORIGEM DA CORRUPÇÃO 6
Aldo Rebelo

PARTIDOS E DEMOCRACIA PARA O SÉCULO XXI 11
Rogério Lustosa

RÚSSIA, 1917. GRANDIOSA EXPERIÊNCIA HISTÓRICA 17
João Amazonas

"FIM DA HISTÓRIA" JUSTIFICA NOVA ORDEM 22
Luis Marcos Gomes

OS POBRES COLOCAM O MUNDO EM PERIGO? 27
José Carlos Ruy

ILUSÕES NA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL 34
Agenor Silva

AS CONDIÇÕES DE TRANSFERÊNCIA E
DIFUSÃO DA CIÊNCIA MODERNA 39
Roshdi Rashed

1492 48
Samir Amin

RESENHAS

• GALILEU HERÉTICO 54
Margareth Miranda de Oliveira

• CIÊNCIA E HISTORICIDADE 55
Olival Freire Jr.

• LUTAS FILOSÓFICAS NA URSS (1922-1931) 56
Olival Freire Jr.

• OS FILHOS DA DINDA 57
Ivana Jinkings

Milhões contra milhões

Comenta-se que, no balcão da Casa da Dinda, cada voto contra o impeachment estava cotado em até um milhão e meio de dólares.

Enquanto isso, milhões de jovens, trabalhadores, mulheres, brasileiros que buscam um futuro diferente, exprimiam sua revolta, nos quatro cantos do país, com um grito unânime: "Fora Collor"!

O movimento pelo impeachment arrastou setores conservadores ao rompimento com Collor, estilhaçou as bases de sustentação do governo, breçou a avalanche fisiológica. O povo, vitorioso, mostrou sua força.

Os choques entre os milhões nas ruas e as elites milionárias tornam-se freqüentes. Em 84, as multidões afrontaram o regime militar com a bandeira das diretas-já. Tanta esperança acumulada, entretanto, não conseguiu evitar que o campo para a derrota da ditadura se transferisse para o Colégio Eleitoral. Tancredo, apesar de uma formação conciliadora, empolgou imensas manifestações populares. Como agora foi a pressão das massas que esfacelou os esquemas governistas e derrotou o representante dos generais, Paulo Maluf.

Em 89, os oprimidos fizeram da Frente Brasil Popular o canal para exigir mudanças. Pela primeira vez na história do nosso país, as forças populares marcharam unidas para a disputa da Presidência contra as oligarquias. Obtiveram o resultado estrondoso de 31 milhões de votos, contra 35 alcançados pelo aparato dominante. Os dois "grandes" partidos, PMDB e PFL, que se pretendem com direito a monopolizar as decisões sobre o país, juntos, não somaram 5% dos votos.

Em todos esses episódios, evidencia-se o divórcio declarado entre as correntes dominantes - e seus

mecanismos de poder - e a imensa maioria da população. Os governantes já não têm soluções duradouras para os gravíssimos problemas do Brasil. Suas saídas têm fôlego curtíssimo. O país sai de uma crise para cair em outra no dia seguinte, com o agravamento dramático do quadro social.

A "era Collor", como foi denominada pela grande imprensa que hoje finge esquecer toda cobertura que lhe proporcionou, fez aflorar escandalosamente esse abismo.

De um lado, milhões de sem-teto, sem-emprego, sem-saúde, sem-escola, vítimas do sucateamento do sistema produtivo do país e dos salários miseráveis. De outro, milhões de dólares esbanjados criminosamente no jardim das mil e uma noites do Palácio da Dinda, na desavergonhada ciranda de corrupção e até na compra de calcinhas da Primeira Dama.

De um lado, os refinados perfumes franceses com que o aristocrata presidente cuidava de disfarçar o fedor da burguesia, denunciado por Cazusa. De outro, moedas podres para liquidar valiosíssimos patrimônios públicos, como a Usiminas e outras estatais estratégicas para o Brasil, construídas com o esforço de décadas de milhões de trabalhadores.

Quando o escárnio se tornou insuportável e as denúncias romperam as barreiras do silêncio e da cumplicidade, o quadro de falência das instituições revelou-se com todas as cores.

O Legislativo manifestou indisfarçável dificuldade para movimentar-se e agir. Foi palco de inconfessáveis manobras para restringir o episódio ao desmoralizado PC. O depoimento do magnata Antônio Ermírio de Moraes, na CPI, foi uma demonstração humilhan-



4.

te da submissão dos que deveriam portar-se como representantes do povo diante do "grande senhor".

O andar da carruagem só foi alterado pelo brado ameaçador das multidões. E por depoimentos de gente do povo simples, como o motorista Eriberto. Assim mesmo, nas vésperas da votação da autorização para o processo de impeachment, o leilão de votos era escancarado, como se fosse uma coisa natural. A tal ponto a degradação chegara, que se temia uma surpresa se os votos fossem secretos. E houve uma verdadeira batalha, parlamentar e jurídica, para que, como todo o Brasil reclamava, a posição dos parlamentares fosse transparente.

O Judiciário, acostumado a julgar e condenar gente comum, ao farejar a possibilidade da presença dos ricos no banco dos réus, reforçou a venda nos olhos, tapou os ouvidos, escondeu-se olímpicamente na "imparcialidade" da lei. A sessão do Supremo Tribunal, transmitida ao vivo pela TV, parecia uma visita a um museu. O telespectador sentia, em sua casa, o cheiro de mofo daquelas túnicas pretas da idade média. Depois da manifestação de cada juiz, um comentarista tinha que "traduzir" para os simples mortais o que a meritíssima e empolada sabedoria queria dizer. Se não fosse a vigilância severa de uma infinidade de olhos de trabalhadores, o mordomo (quem sabe, no caso, o motorista!) iria de novo para a cadeia.

Os grandes grupos econômicos foram flagrados envolvidos até o pescoço nas teias da corrupção. Até o chefe do grupo Votarantim, que arrotava honestidade, foi pego com a mão na massa. Não se envergonhou de declarar que entrou com 250 mil dólares para pagar serviços inexistentes da EPC.

Diante de uma situação dessas, é evidente que

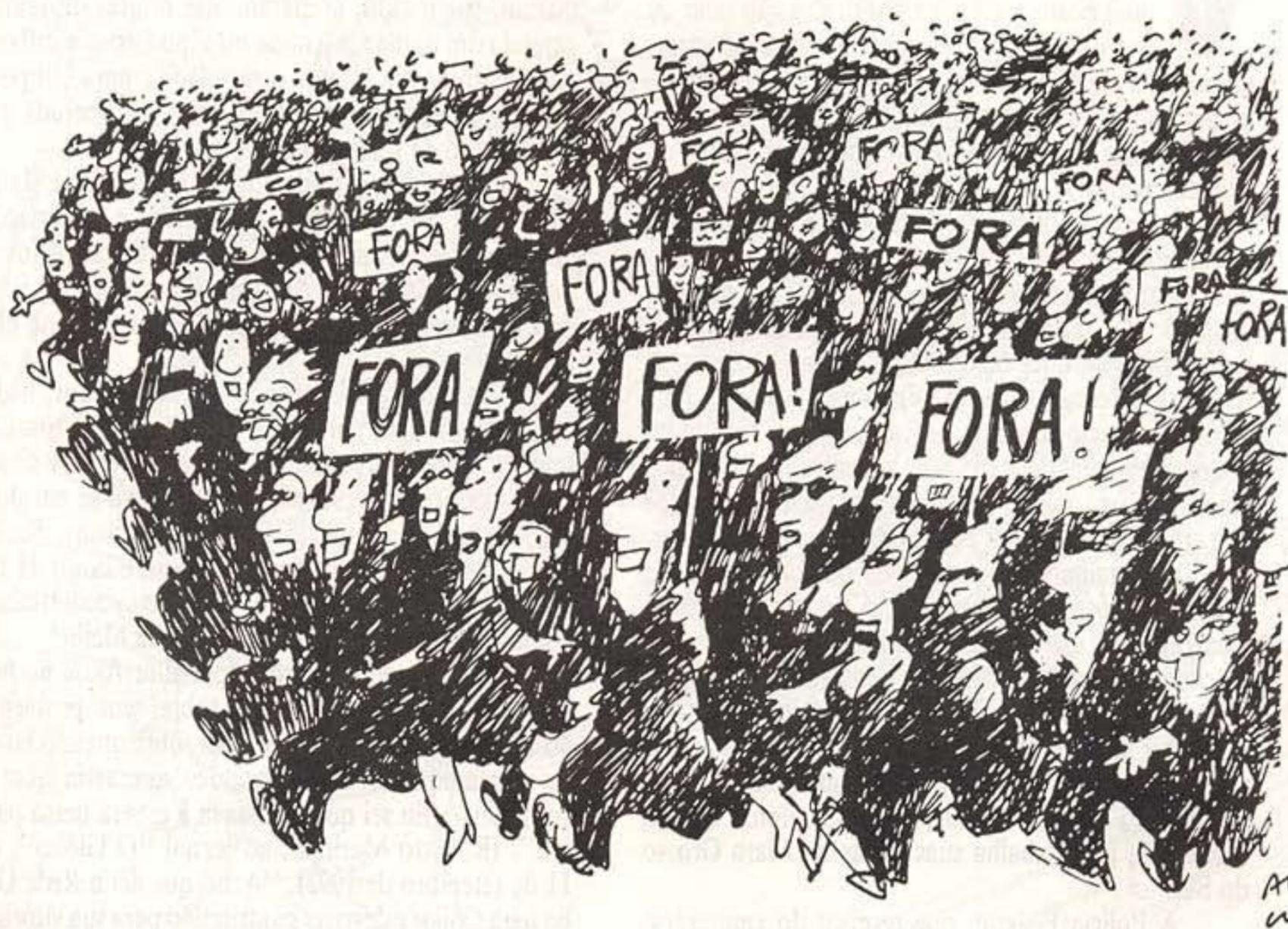
não basta afastar um presidente. O desfecho dos confrontos anteriores e a batalha vitoriosa contra Collor indicam que a burguesia, embora golpeada, detém o controle da máquina. No caso atual, mesmo o esforço para barrar a orientação neoliberal não está decidido. A permanência da mobilização popular é que pode levar adiante alterações mais sensíveis. A atitude dos meios de comunicação e de grupos políticos contra a formação do novo ministério e a favor de acelerar a votação de projetos "modernizadores" encaminhados pelo governo anterior, mostram o desejo de enquadrar Itamar e de dar continuidade ao collorismo sem Collor.



A mobilização popular tem conseguido atingir seus opressores e tem elevado sua capacidade de combate. Mas os sucessos alcançados não chegam a abalar os alicerces do poder. As transformações revolucionárias não encontram ainda canais para fluir. E a ofensiva internacional permanece nas mãos da reação imperialista.

Seria errôneo, entretanto, subestimar o significado dessa batalha. Além de despertar e elevar a consciência das massas e, pode-se dizer, quebrar o encanto do Caçador de Marajás, que hipnotizava tanta gente, o impulso das ruas desarticulou as estratégias políticas ambiciosamente voltadas para a

sucessão. O movimento violou a auréola imperial que sempre manteve o presidente inatingível, e dirigiu-se, por cima da questão da moralidade pública, contra o próprio modelo neoliberal, pretensamente modernizador. Todos começam a perceber que é impossível chegar a 94 sem passar por 1993 e o governo Itamar. As faces pintadas dos jovens e a onda humana nas praças representam, pode-se dizer, a cara do futuro. Não se "passou o Brasil a limpo", como se proclama, com a preocupação de refrear o ímpeto popular. Mas é de um amálgama complexo de fenômenos como esse que assistimos, e outros em que os milhões sejam os atores principais, que se construirá um Brasil diferente, livre do sistema obsoleto em vigor.



Natureza e origem da corrupção

ALDO REBELO

Ao fazer o encaminhamento, como líder do PT, sobre a autorização do impeachment, o deputado Eduardo Jorge trouxe à luz um antigo debate sobre a natureza e a origem da corrupção

“**V**ão ficar de um lado aqueles que querem ter uma postura ética na política, e vão ficar de outro aqueles que querem ser coniventes, omissos ou partícipes desta posição e deste comportamento corrupto e imoral do Sr. Fernando Collor de Mello”, disse, na tarde de 29 de setembro, o líder da bancada petista.

Pode-se explicar de duas formas o raciocínio de Eduardo Jorge: de uma maneira, ele procurava ampliar e dar unidade ao campo que trabalhava pela autorização do *impeachment* de Collor; mas de outra, na condição de líder de um Partido que busca representar os interesses dos trabalhadores, caía na grave omissão de não associar as causas mais profundas dos crimes cometidos pelo Presidente da República aos interesses por ele representados e aos métodos que utilizou para chegar à Presidência e para governar.

De qualquer modo ou por qualquer caminho encontraremos na encruzilhada o mesmo problema: a corrupção é inerente ao homem ou a determinados sistemas políticos, econômicos e sociais?

O megaempresário Olacyr de Moraes, o maior plantador de soja do mundo, que organizou várias reuniões para encher os cofres de campanha do então candidato Fernando Collor, é tão corruptor quanto o bóia-fria que trabalha suas terras no Mato Grosso do Sul?

A Polícia Federal, que recebeu do empresário Emílio Odebrecht a confissão do pagamento de 3,2 milhões de dólares a uma das empresas de PC Farias, deveria ter convocado também para depor os peões da construção civil do grande empreiteiro?

Fernando Collor não saiu do nada para a Presidência. Nem aí chegou sozinho, por acaso, como um

Dom Quixote combatendo moinhos de vento. Foi produzido, engordado, preparado nas estufas do grande capital com o que ele tem de mais poderoso e influente: o dinheiro em grande quantidade e uma insuperável capacidade de manipular imagens, operada por seu aparato de mídia e *marketing*.

Diante da possibilidade da eleição de Lula ou Brizola, os centros de difusão de idéias e informações da burguesia inclinaram suas atenções para o jovem aventureiro vindo das Alagoas. O arrivista foi ungi-do como demolidor da ameaça esquerdizante no pleito presidencial.

Em público, o aceno aos descamisados, o discurso moralizador para atrair a classe média. Nos bastidores, o leão dos palanques, de gestos fortes e obscenos contra os adversários, transformava-se em dócil gato de loja no convívio com os poderosos. Senão, vejamos o depoimento do empresário e dono da Rede Globo, Roberto Marinho, sobre seu encontro com o então candidato Fernando Collor de Mello:

“Foi quando o Fernando Collor foi lá no meu gabinete. Falava nobremente sobre seus problemas do Brasil. Um dia eu o provoquei sobre quando lançaria a candidatura. Ele respondeu que seria quando eu quisesse. Eu sei que ele estava à espera dessa palavra”. (Roberto Marinho, ao jornal “O Globo”, em 11 de setembro de 1992). “Acho que dei a Rede Globo para Collor e devo ter contribuído para sua vitória”. (Ainda Roberto Marinho, em “O Estado de São Paulo”, na mesma data).

A revista “Veja”, espécie de órgão oficial do neoliberalismo brasileiro, faz hoje grande esforço para posar de campeã da moralidade e da denúncia contra o mar de lama collorido. Mas faz sempre bem rea-



vivar a memória e lembrar que “Veja” cobriu de virtudes o caçador de marajás, e quando as correntes populares denunciavam Collor como um farsante e aventureiro, a neoliberal “Veja” trabalhava com neo-informações e estampava em suas capas e páginas os feitos de seu neo-herói.

**Neo-informações da
“Veja” para
levar seu neo-herói
neoliberal
até a Presidência**



De março de 1988 até às vésperas da posse em 1990, nada menos que oito capas de “Veja” contemplaram Collor de maneira muito positiva e favorável, ora apresentando-o como atleta, ora como pensador ou galã de telenovela.

Quando “Veja” festejava na capa de sua edição de 31 de janeiro de 1989 o que chamou de “novo estilo de fazer política no país” de Collor, PC Farias e seu amigo presidente já haviam cometido boa parte dos crimes de que seriam acusados quase três anos depois na CPI instalada no Congresso Nacional. (1)

Pouco antes das eleições, em ensaio-editorial (publicado sem assinatura) a revista do Grupo Abril assumia envergonhada a plataforma de Collor, dizendo que pouco importava se o país fosse para a direita ou para a esquerda mas sim onde era a saída para a crise. (2)

O estilo retocado das fotos de Collor na Capa de “Veja” espelhava muito bem sua posição diante das eleições. Diferente de certa vez, em 1979, quan-

do a direção de “Veja” exigiu que o fotógrafo substituísse a foto de capa do ex-presidente da UNE, Ruy César Costa Silva, expressando o perfil saudável do jovem líder estudantil, por outra, tirada com lente grande-angular, que o apresentava com as feições deformadas, os olhos inchados e a cor da pele esmaecida. Era o estilo de imprensa “objetiva” e “imparcial” feito por “Veja”.

Mas se a imprensa conservadora e monopolista apoiou em bloco o projeto Collor, foi no grande empresariado que ele encontrou o combustível necessário para escalar a montanha do poder.

Wolfgang Sauer, o primeiro presidente da Autolatina, *holding* formada pela alemã Volkswagen e pela norte-americana Ford, montadoras de automóveis no ABC paulista, foi um desses empresários. Para quem não lembra, Sauer foi aquele que desafiou o governo Sarney numa querela que arrastou-se longamente por causa do preço dos automóveis.

Tão logo surgiram os candidatos à Presidência da República em 1989, o alemão viu em Fernando Collor de Mello o candidato de seus sonhos. Longe de deixar-se enganar pela retórica antielite do candidato. Sauer tratou de pôr-se ao trabalho e, fruto de seu esforço, o caixa de campanha do ex-governador de Alagoas ganhou um reforço de 130 milhões de dólares.

O grupo Votorantim fatura por ano 3 bilhões de dólares, emprega 55 mil pessoas e se distribui por 17 estados brasileiros. As investigações da Polícia Federal constataram que empresas do grupo, ao lado das empreiteiras Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez, Trate, entre outras, engordaram os cofres de uma empresa de Paulo César Farias com milhões de dólares em troca de consultorias que nunca foram dadas.

Ao depor na Polícia Federal, José Ermírio de Moraes Filho, um dos cabeças do grupo, confessou que de fato participara de várias reuniões na casa do empresário Olacyr de Moraes e que “em duas ou três vezes” colaborara com determinada importância para a campanha de Fernando Collor de Mello, tendo Paulo César Farias recolhido a contribuição em todas as ocasiões.

Açúcar com cocaína para fazer uma candidatura de boa competitividade



Principalmente quando foi confirmada a ida de Lula e Collor para o segundo turno, uma espécie de furor tomou conta dos setores mais abonados da classe dominante. No Rio de Janeiro, banqueiros do jogo do bicho faziam fila para depositar milhões de dólares na conta da campanha de Collor. Em São Paulo, uma mansão abrigou, determinada noite, uma reunião com um dos chefes do tráfico de cocaína no país, também interessado em que Collor ganhasse a eleição. O candidato estava presente.

Hoje o grande empresariado e sua imprensa conservadora procuram fazer de conta que nada tiveram com Collor; ensaiam uma atitude bonapartista diante do que ocorreu ao seu escolhido, buscando recontar uma história da qual foram atores decisivos e na qual desempenharam papéis proeminentes.

Empossado Fernando Collor, o comportamento das classes dominantes variou do êxtase à expectativa nos primeiros momentos do exercício do mandato. O jornal “O Estado de S. Paulo” não escondeu seu sonho docemente acalentado de ver Collor reconduzido à Presidência, e a própria “Folha de S. Paulo”, que fizera, ao lado do “Jornal do Brasil”, a cobertura mais independente das eleições presidenciais, não se conteve: abriu uma retranca grandiloqüente, “A Era Collor”, para cobrir os primeiros passos do novo presidente.

Havia um certo consenso entre as elites e o discurso do mandatário recém-empossado. Concordavam com a investida contra o Estado planejada por Collor, desejavam a integração subordinada ao mercado internacional e também tolerariam os remédios amargos da recessão, mesmo porque não precisariam deles provar. Se desconfiança havia era mais pelos métodos imprevisíveis de Collor do que pelo conteúdo de sua conduta no governo.

Mas se o negócio de Collor e PC Farias era juntar dinheiro através de métodos escusos, com a chegada de ambos ao poder o negócio prosperou, como nunca antes prosperara.

“Vocês nos financiaram porque queriam que Lula fosse derrotado. Esta dívida já foi paga. Nós

vencemos e agora estamos no poder. Se quiserem negociar, vão ser muito bem recebidos. Se não quiserem, eu posso encontrar outros parceiros”. O recado foi registrado pelo mercado, contam os jornalistas Gustavo Krieger, Lui Antônio Novaes e Tales Faria no livro “Todos os Sócios do Presidente”.

Do dinheiro do açúcar dos usineiros alagoanos às contribuições do narcotráfico paulista, Collor e Paulo César Farias foram juntando uma formidável fortuna. Se não havia eleições, criavam outras campanhas, mas o que não faltava era o pretexto para arrecadar dinheiro.

A primeira campanha limitou-se às fronteiras de Alagoas, atingiu fundamentalmente os usineiros e foi o pé-de-meia para alavancar a candidatura em sua fase inicial. A competitividade demonstrada pelo candidato atraiu novos financiadores ainda no primeiro turno, mas foi com a ida para o segundo turno que choveu na cabeceira do rio de dinheiro de Collor e PC.

Encerradas as apurações do segundo turno, os dois felizardos partiram para cima dos financiadores mais uma vez: agora para pagar “dívidas” da campanha que derrotara Lula na etapa final da eleição.

Os dólares em cascata ampliaram os negócios da quadrilha e data daí a montagem dos primeiros negócios internacionais. Ensandecido, Collor imaginava criar seu próprio poder econômico tendo PC Farias como executivo desta nova espécie de máfia, sofisticada, palaciana e semi-oficial, uma vez que teria como um de seus *capos* o próprio presidente da República.

Mais uma campanha, desta vez para garantir, nas eleições de 1990, governadores e deputados fiéis ao esquema collorido. E lá se vai novamente PC Farias, ordenado por Collor a ampliar a fortuna, em busca de empresários interesseiros, empilhando dinheiro subtraído aos impostos, aos salários e ao emprego.



Perfume francês para Collor e moedas podres em troca das empresas estatais

Quem pensou estar esgotada a farra, enganou-se. Fiel guardião das ambições das elites, eis que surge outra vez entre elas PC Farias: agora era necessário garantir a aprovação dos projetos de modernização no Congresso e, como não poderia deixar de ser, para Collor e PC isso seria impossível sem mais dinheiro.

Bem, aí a coisa já começava a estourar e Collor e seus sócios amenizaram a estranha distribuição de renda que promoviam no país: diretamente dos cofres dos empresários para seus próprios bolsos.

A grande burguesia até concordava em financiar Collor e seus agentes, mas não estava em seus planos tê-los como concorrentes. E foi justamente

quando PC forçou a porta dos grandes esquemas (Petrobrás, Banco Central, etc.) que as coisas entortaram para o seu lado. A Petrobrás funcionava com um antigo esquema que envolvia negócios do empresário Roberto Marinho e o Banco Central. É um vespeiro que acomoda banqueiros, especuladores do mercado financeiro, além de empresários da importação e exportação.

PC não suportava ficar correndo atrás de propinas de empreiteiras e usineiros, tendo ao alcance da mão o fabuloso e lucrativo esquema Petrobrás e Banco Central. Já havia sido passado para trás por Motta Veiga numa negociação de compra de petróleo em Londres e queixava-se de não controlar a máquina de dinheiro do Banco Central, manobrada por Ibrahim Eris.

Entre os hábitos refinados do então candidato Fernando Collor de Mello, a imprensa noticiava sua preferência pela fragrância francesa Vetver Carvin. Mas quando tratou de definir seu programa de privatização, melhor seria dizer de doação, das empresas estatais, o já presidente Collor inclinou-se pelas chamadas moedas podres, denominação encontrada para os títulos públicos sem liquidez em troca dos quais os monopólios abocanharam parcela importante do patrimônio estatal produtivo.

A tal ponto chegou o acinte ao interesse público que o procurador Álvaro Costa, coordenador da Secretaria de Defesa dos Direitos Individuais e Interesses Difusos da Procuradoria Geral da República, reuniu provas para tentar barrar na Justiça todas as privatizações realizadas pelo governo Collor, sob coordenação do ex-presidente do BNDES, Eduardo Modiano.

Entre as irregularidades apontadas pelo procurador Álvaro Costa destaca-se a denúncia de que as empresas Usiminas, Celma, Cosinor e Alcalis, com patrimônio avaliado em US\$ 5 bilhões, foram compradas por US\$ 1 bilhão e 583 milhões, aproximadamente um terço do valor real, 99,95% pagos com as chamadas moedas podres. (3)

A traficância de bens públicos em troca de papéis descartáveis representa escândalo muito mais grave do que a simples transferência de dinheiro de empresários desonestos para um presidente corrupto e seu tesoureiro. No primeiro caso, o interesse público lesado é abstrato, indistinguível; no segundo ele é muito concreto, pois é público por força de lei e de patrimônio juridicamente constituído.

As privatizações constituíram transferência de renda e de riqueza para os monopólios, além de golpear a capacidade do Estado enquanto mediador dos conflitos sociais numa sociedade marcada pela concentração de renda e desigualdades gritantes.

Restou o protesto do movimento popular. A corrupção em larga escala promovida pelo assaltante Modiano e seus parceiros passou quase em branco aos olhos de uma imprensa atenta para as estripulias de PC Farias mas criminosamente omissa, saliente

quando a corrupção rimou com modernização. Corrupção sim, desde que conduzida pela mão invisível do mercado. Collor e PC Farias não sabiam disso.



Corrupção em diversas línguas e sofisticados padrões para servir os donos do capital

Importante aviso aos navegantes: a perfeita combinação entre capitalismo e corrupção não é invenção recente nem criação nacional. Para além de nossas fronteiras a corrupção fala as mais estranhas línguas e possui os mais diversos padrões de sofisticação e desenvolvimento.

Quando Collor recorreu à chamada Operação Uruguai para explicar seus astronômicos gastos pessoais, não foi por acaso que buscou no vizinho Uruguai os personagens que montaram seu empréstimo fajuto. Collor e os seus sabiam que Montevideu fôra convertida em praça financeira pelo extinto regime militar daquele país, para lá atraindo desde os grandes bancos norte-americanos até o dinheiro do narcotráfico colombiano.

Por esta razão foi possível arregimentar em Montevideu dois ex-presidiários, conhecedores das operações criminosas de lavagem de dinheiro, exatamente o que Cláudio Vieira, Collor e PC Farias procuravam para acobertar suas falcatruas. Eles não descobriram o mapa da mina sozinhos, apenas seguiram o rastro de endinheirados brasileiros que abarrotam a praça uruguaia de dinheiro ilegal e negociam com apartamentos de luxo no balneário de Punta del Este.

Ao recepcionar em Washington, em janeiro de 1989, seu colega Fernando Collor, recém-eleito presidente do Brasil, George Bush certamente sabia que ele constava de uma relação de parlamentares brasileiros envolvidos com o consumo e o tráfico de cocaína (4). A lista elaborada pelo DEA, departamento norte-americano de combate às drogas, era parte de um dossiê sobre o crescimento da influência do narcotráfico na América Latina.

Consta que o governo norte-americano conteve agentes do DEA que levantaram informações sobre a conexão do esquema PC com o narcotráfico para não prejudicar as ações modernizadoras do presidente Fernando Collor. Ou seja, vale a retórica anti-drogas, desde que não fira os objetivos dos Estados Unidos e de suas poderosas corporações.

Mas se o caso é de corrupção no primeiro mundo e de sua simbiose com o mercado e a política, o exemplo japonês fala mais alto. Lá, pelo menos quatro primeiros-ministros foram derrubados por receberem propinas de empresários especializados em subornar políticos. Entre os casos mais famosos destaca-se

o de Kakuei Tanaka, que terminou preso em 1983 após um longo e traumático processo de sete anos.

Contra Tanaka pesava a acusação de receber "jabaculês" de empresários japoneses e da fábrica de aviões dos Estados Unidos Lockheed Aircraft Corporation.

O caso Lockheed abalou vários países no ano de 1976, envolvendo inclusive o príncipe consorte da coroa holandesa, casado com a rainha Juliana. A direção da Lockheed confessou a uma comissão presidida pelo senador norte-americano Frank Church, não apenas o suborno pago ao príncipe holandês Bernard, mas também a governantes do Japão, México e Colômbia.

Por conta do escândalo, uma organização de pesquisa dos Estados Unidos, financiada por grandes empresários, a Conference Board, fez uma pesquisa entre homens de negócios e três quartas partes dos consultados confessaram o pagamento de comissões como condição para assinaturas de contratos.

George Washington, patriarca da independência dos Estados Unidos, e primeiro presidente do país, também foi acusado de fraudar o Tesouro e beneficiar-se com a construção da capital em área próxima de suas fazendas às margens do rio Potomac, Washington, que na época repudiou as acusações, jamais poderia imaginar que a elite empresarial de sua nação confessaria tão candidamente os crimes de suborno.

10.



Fome, desemprego, guerras e prostituição fazem parte do repertório burguês

Capitalismo e corrupção convivem nas mais diversas situações. Nem a Revolução Francesa de 1789 escapou de ter um de seus condestáveis manchado pela doença de pele do capitalismo. Danton, guilhotinado em 1794, tinha contra si, entre outras acusações, a de ter saqueado as reservas monetárias do Estado.

Hoje Danton é o herói preferido da moderna burguesia francesa, reverenciado no festejado filme de Andrzej Wajda. Robespierre, denominado o incorruptível, é estigmatizado como símbolo de autoritarismo e de prepotência. A burguesia sabe escolher seus heróis.

Ao combater a corrupção, as correntes populares não podem tomá-la como um mal da sociedade em geral. Devem, isto sim, compreendê-la como uma chaga do capitalismo, ao lado da fome, do desemprego, das guerras, da prostituição.

A corrupção tem suas raízes no tipo de riqueza gerada pelo capitalismo, na apropriação individual dos frutos do trabalho, na psicologia individualista estimulada entre as pessoas.

Por isto mesmo é muito superficial e frágil o combate à corrupção sem a negação da base econômi-

ca, social e política que a gera e reproduz. Somente uma sociedade baseada na repartição igual da riqueza, na solidariedade entre as pessoas, pode travar a luta definitiva para eliminar a corrupção do convívio social.

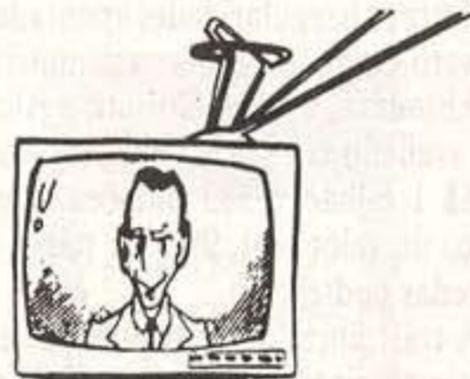
Os oprimidos participam desta luta não apenas pelo seu caráter educativo mas também porque constitui uma batalha concreta contra o capital e oferece ensinamento quanto aos desafios para a construção da sociedade socialista do futuro.

Ao encerrar este artigo poderíamos dizer que, ao contrário de alguns recém-convertidos à teoria do "fim da história", o deputado Eduardo Jorge é um homem simples e honesto. Bem que poderia extrair dos descaminhos de Fernando Collor as lições de outro alagoano, Graciliano Ramos:

"Creio que nem sempre fui egoísta e brutal. A profissão é que me deu qualidades tão ruins. É a desconfiança terrível que me aponta inimigos em toda parte. A desconfiança é também consequência da profissão. Foi este modo de vida que me inutilizou. Sou um aleijado. Devo ter um coração miúdo, lacunas no cérebro, nervos diferentes dos nervos dos outros homens. E um nariz enorme, uma boca enorme, dedos enormes".

As palavras são de Paulo Honório, modernizador das brenhas alagoanas, e assim colheu-as Graciliano no seu romance *São Bernardo*, em 1933. Do fazendeiro Paulo Honório ficou a sinceridade de sua meditação. De Fernando Collor, nem isso... ■

ALDO REBELO - Jornalista, deputado federal pelo PCdoB - SP.



NOTAS

- (1) "Veja", n.º 1.115, 13.01.90.
- (2) "Veja", n.º 1.109, 13.12.89.
- (3) "Jornal do Brasil", 04.10.92.
- (4) KRIEGER, Gustavo; NOVAES, Luiz Antonio; FARIA, Tales; "Todos os Sócios do Presidente", págs. 111-112, Scrita Editorial, SP, 1992.

BIBLIOGRAFIA

- VEJA, edições de número: 1.079, 1.110, 1.255.
"O ESTADO de S. Paulo", 14.02.1976.
AMARAL, Luiz. *Técnica de Jornal e Periódico*, Edições Tempo Brasileiro, RJ, 1969.
VIANNA, Luiz Werneck. *De um Plano Collor a Outro*, Editora Revan, RJ, 1991.
SOBOUL, Albert. *A Revolução Francesa*, tradução de Hélio Pólvoira, Zahar Editores, RJ, 1964.
EFÔMOV, N. *História Moderna*, Centro do Livro Brasileiro, Lisboa - Porto.

Partidos e democracia para o século XXI

ROGÉRIO LUSTOSA

De repente uma “descoberta”: o espontâneo é mais democrático.

E o descompromisso é melhor do que a organização. A campanha contra os partidos tem endereço certo

“**E**ssa manifestação foi espontânea, os partidos não interferiram.” Esse tipo de comentário, com conotação elogiosa, aparece aqui e acolá, principalmente em relação aos recentes protestos dos jovens contra o governo Collor. Promove-se a idéia de que sem os partidos as coisas se tornam mais democráticas. Sugere-se também que sem política os movimentos são mais “puros”.

No Congresso Nacional, a pretexto de combater o fisiologismo, corre uma campanha contra o que chamam de “farra partidária”, visando limitar a representação parlamentar a um seleto grupo de legendas.

Como parte dessa onda, aparecem ideólogos com ares de “esquerda”, que se aproveitam dos ventos anti-socialistas para pregar a substituição dos partidos revolucionários por agrupamentos gelatinosos, com estruturação frouxa e desprovidos de espírito combativo.

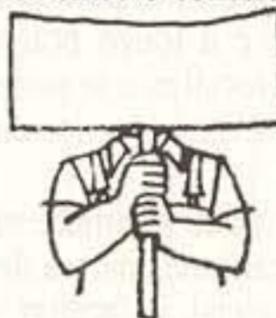
Não há dúvida de que é atrativa a idéia de uma democracia direta, dos indivíduos, sem a intermediação de organizações, de programas e de diretrizes para a atividade prática. Numa conjuntura onde grassa a maré do ceticismo, o apelo de “valorizar a espontaneidade dos movimentos”, fora dos partidos e sindicatos, pode sensibilizar muita gente.

Não é necessário, entretanto, muita sagacidade para perceber que só a ação coletiva pode ter força de expressão na sociedade. Não existe como pinçar a idéia bruta, individual, e fazer com que ela interfira nos processos sociais. E a simples soma aritmética de opiniões isoladas não adquire forma definida e nem capacidade de expressão.

Uma corrente de opinião é formada quando existe um mínimo de consciência, resultado de um meca-

nismo de elaboração complexo, aglutinando e burilando o que existe de essencial em idéias semelhantes e moldando um corpo coerente de pensamento. Só assim um determinado grupo social é capaz de traduzir seus interesses em programas, impulsionar movimentos de massas e agir sobre a realidade social.

A espontaneidade não é capaz de gerar ação coletiva. A não ser explosões sociais ou movimentos fortuitos, de alcance localizado. Isso não invalida que mobilizações com orientação definida, que correspondam aos anseios de amplas camadas sociais, recebam adesão espontânea de enormes contingentes. E que, com isso, multipliquem seu potencial. Os fenômenos de massas sempre representam uma articulação dialética entre o consciente e o espontâneo.



Solapar a atividade consciente fornece ainda mais privilégios aos grandes ricos

As jornadas pelo impeachment de Collor sensibilizaram milhões de pessoas, com papel destacado para os jovens. Grande parte dessa maré humana tinha, certamente, uma compreensão inicial da luta política em curso. Nesse sentido pode-se falar em adesão espontânea. Mas o movimento tinha uma orientação muito clara e sempre contou com o envolvimento declarado de entidades tradicionais da juventude, como a UNE e a Ubes, e dos partidos políticos progressistas.

Os agentes privilegiados para a formação da opinião política, queira-se ou não, são os partidos. Sem



uma atividade especificamente voltada para instigar e mobilizar o pensamento social, não se pode esperar que a consciência política se desenvolva - isto é particularmente verdadeiro para os setores sociais aliçados do poder, que não contam com os aparatos estatais a seu serviço.

Sem a conformação de correntes de pensamento, as forças sociais não teriam referências duradouras e consistentes, tenderiam a oscilar de acordo com a conjuntura, e a alterar seu comportamento em função dos acontecimentos diários, impotentes para perseguir objetivos em profundidade e a longo prazo. Sem a estruturação da consciência social não se poderia falar em majorias ou minorias e muito menos em democracia.

Solapar a atividade dos partidos significa, na prática, silenciar os principais mecanismos para a defesa dos interesses de cada setor social, e facilitar a interferência de outras organizações - com objetivos políticos camuflados - na luta eleitoral e na definição dos rumos no país. No capitalismo isso equivale a proporcionar aos grandes grupos econômicos posições ainda mais privilegiadas.

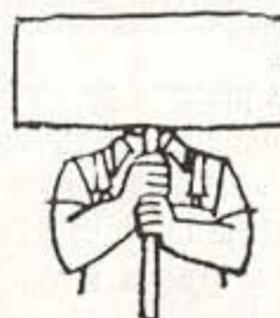
Os exemplos recentes de Collor, que assaltou a presidência fardado de campeão antipolítico, amparado num gigantesco esquema empresarial e em competente encenação na TV, e do bilionário Ross Perot, nos EUA, travestido de "fora dos esquemas", são suficientemente elucidativos. Perot já gastou 16 milhões de dólares na sua campanha e comenta-se que recebeu

uma estimativa de 120 milhões para levar a disputa até o fim!

Alguns pregadores das coisas "puras", sem os "políticos", querem adotar as ONGs como substitutas dos partidos. Alardeiam a vitalidade dessas organizações, que englobam milhões de adeptos no mundo, em contraposição aos partidos, que atravessam uma fase de descrédito acentuado.

Mas nessas organizações, tidas como "alternativas", ao lado de conclamações com forte apelo humanitário, estão envolvidos interesses diversos e, em geral, rios de dinheiro. Na Inglaterra - revela Franklin Martins, em artigo recente no Jornal do Brasil - o orçamento anual da Oxfam (dedicada à ajuda ao Terceiro Mundo) gira em torno de 120 milhões de dólares. O autor se refere a 25 ONGs, com receitas anuais superiores a 18 milhões de dólares. E cita uma estimativa de que, em 1986, o orçamento das ONGs dos países industrializados alcançava 4,8 bilhões de dólares! (1)

A escolha por tal tipo de atividade, se encarada como um abandono da política ou como tentativa de fazer política por outras vias, representa um rebaixamento do nível de consciência e de participação das pessoas na solução dos problemas da humanidade. Cada uma dessas organizações é voltada para questões específicas, como defesa do meio ambiente, apoio aos índios e direito ao aborto, que certamente merecem atenção, mas que não podem eliminar a militância orientada por uma visão global da sociedade e para os conflitos em torno do poder.



Democracia sem os partidos ou partidos em busca de outra democracia

Fiona Weir, uma das dirigentes do Friends of the Earth, ao explicar o êxito dessas organizações, diz claramente que nelas "as pessoas não precisam discutir uma série de outros assuntos, sobre os quais não têm e não querem ter uma opinião, como ocorreria num partido político". (2)

Quanto maior for o contingente dos que "não querem ter opinião sobre outras coisas", menor será o círculo dos que tomam as decisões políticas e menor a democracia. A dedicação às questões específicas só conduz a um avanço na consciência social quando traduz uma ampliação dos horizontes, um enriquecimento das preocupações e da participação popular. Caso contrário, é uma fórmula que deixa as oligarquias de mãos ainda mais livres para fazer política a seu modo.

Além dessa valorização artificial das entidades de caráter específico, nota-se o esforço para aproveitar o desgaste real dos partidos e dos "políticos" - sem aprofundamento na análise das raízes do fenôme-



no - e dar uma ajudazinha sutil para abreviar o sofrimento da vítima, anunciando sua morte como inevitável.

A edição do JB, citada acima, é um exemplo disso. Colecionando artigos de correspondentes da Inglaterra, França, Itália, Alemanha, Estados Unidos, Argentina e México e constatando o desamor dos eleitores pelos partidos, o jornal estampa, no título da matéria de duas páginas, uma conclusão que considera "universal": Democracia busca alternativa aos partidos políticos.

Toda a edição da matéria dirige a atenção do leitor para pecados mortais dos partidos burgueses (sem identificar que são partidos burgueses): corrupção, fraudes, ineficiência, luta sem princípios pelo poder. Mas a leitura atenta do texto deixa algumas pistas para um estudo mais rigoroso. Teodomiro Braga, dos EUA, nota a "revolta dos eleitores com dois partidos (Republicano e Democrata) que há mais de um século monopolizam o poder" e registra uma pesquisa em que os eleitores consideram essas duas organizações "muito fora de sintonia". Any Bourrier observa que a corrupção, e "a crise econômica e social" levam ao desprestígio dos partidos na França. Araújo Neto denuncia o "loteamento do poder" praticado na Itália pelas várias correntes da Democracia Cristã.

É meia verdade a declaração de que os "partidos não têm se mostrado à altura dos desafios democráticos do fim do século", como afirma apressada-

mente o editor do JB. Será que as "democracias" têm correspondido aos anseios democráticos dos povos?

Em outras palavras, será que o fundo do problema não é exatamente o conteúdo cada vez menos representativo do sistema de governo em vigor, e, em decorrência, a restrição cada vez maior da própria democracia burguesa e o desgaste dos partidos que a sustentam?

O Estado capitalista, em crise, não consegue mais apresentar-se como instituição protetora "da sociedade" e os partidos da burguesia, que se revezam no poder, já não conseguem dar credibilidade a seus projetos pretensamente "em defesa do povo". A crise econômica, por sua vez, leva os capitalistas - e seus representantes parlamentares - a recorrer a expedientes à margem do processo produtivo para enriquecer. A corrupção, o narcotráfico e as trapaças na disputa de cargos e favores superam todas as marcas toleradas até mesmo pela moral usualmente "flexível" da burguesia, acentuando a desmoralização das instituições.

A crise do Estado induz, ao mesmo tempo, as classes dominantes a adotarem medidas restritivas para barrar os movimentos oposicionistas. Cada vez mais o poder e seus aparatos se constituem em reserva de um ou dois "grandes" partidos.

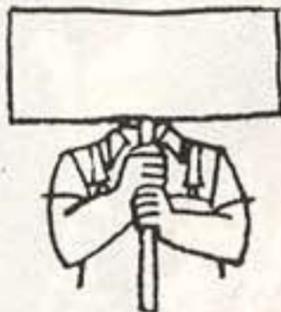
O eleitor fica desanimado de votar nos agrupamentos que ganham sempre as eleições e não mudam

nada. E se desinteressa também em votar em outros partidos que, pelas regras estabelecidas, não têm oportunidade de alcançar os postos dirigentes. O ceticismo se espalha e provoca o não comparecimento às urnas, o voto branco e nulo.

O vício do processo eleitoral ficou evidente no Brasil nas últimas eleições. Collor chegou à Presidência pilotando uma legenda puramente eleitoreira, o PRN, sem qualquer representatividade e sem programa (hoje seria melhor dizer sem caráter). Os dois maiores partidos do país, o PFL e o PMDB, juntos não somaram 5% dos votos em 1989. Apesar dessa prova de descrédito do eleitorado, em 1990, das 584 cadeiras do Congresso Nacional, o PMDB obteve 133 e o PFL 99.

Além das “máquinas eleitorais”, movidas por muito dinheiro, contribuem para esse resultado regras antidemocráticas, que deformam ostensivamente os critérios de representatividade.

**Banir a idéia da
revolução e
manter o condomínio
do poder
para os confiáveis**



Os Estados pequenos, com pequena concentração eleitoral, têm sua bancada federal reforçada pela fixação de um número mínimo de 8 deputados por unidade da Federação. Ao contrário, os que contam com população elevada, têm sua representação achatada pelo limite máximo de 70 deputados na Câmara Federal. O sistema de duas Casas legislativas, com a representação igualitária de três representantes no Senado para cada Estado, reforça a distorção.

O favorecimento dos “grandes” se completa com o sistema de apuração dos votos. O eleitor vota no candidato, mas as vagas nos legislativos dependem de coeficientes de votação alcançados pelos partidos. Com base nessa regra, Jussara Cony, do PCdoB, foi a candidata mais votada no pleito de 1988, em Porto Alegre, mas não foi eleita vereadora porque o seu partido não completou o coeficiente mínimo para alcançar uma cadeira. Enquanto isso, representantes de grandes partidos, que individualmente tiveram votação inexpressiva, foram conduzidos à vereança pela soma dos sufrágios dos demais colegas de legenda.

No cálculo do coeficiente, são computados também os votos brancos, o que eleva artificialmente esse limite e dificulta ainda mais o acesso dos pequenos partidos. Na apuração final dos resultados, os votos brancos são distribuídos pelos partidos que ultrapassaram o coeficiente, numa complexa matemática em cascata, benéfica aos poderosos.

Esse é o jogo que, em nome da democracia, mantém o comando do país nas mãos dos mesmos partidos, cada vez mais incapazes de responder aos interesses da população. Quando o descontentamen-

to popular fala mais alto, alugam-se rapidamente os teóricos que, como o ladrão que grita “pega ladrão”, apregoam a necessidade de trocar os partidos por grupos “suprapartidários”.

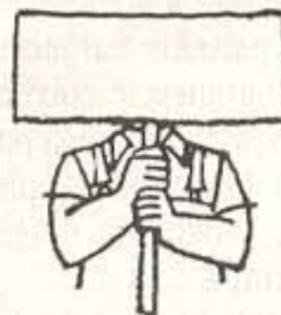
Entra aqui outro componente dessa questão, em boa parte responsável pelo preconceito contra os partidos. A entrada dos trabalhadores na política, desde o século passado, deu origem a um tipo de organização diferente. Além da simples disputa entre grupos das classes dominantes, surgiram partidos que são portadores de um novo projeto de sociedade, com base nos interesses e pensamentos operários e na crítica radical ao modo capitalista de produção e exploração.

Essas organizações não apenas “representam” uma corrente de opinião, mas também sistematizam e elevam a consciência das massas trabalhadoras. Tornam-se instrumentos decisivos para elaborar planos, definir prioridades e tarefas tendo como norte a revolução social e constituem exércitos da luta política e ideológica, mobilizam as forças do povo em torno de propostas coerentes a curto e longo prazo.

Os partidos comunistas, que tomaram feição mais clara depois da vitória da revolução socialista de 1917, na Rússia, impuseram-se como alternativas viáveis às tradicionais organizações até então construídas pelas classes dominantes.

Ocorre que a revolução sofreu um duro revés, de alcance mundial, com a retomada do caminho capitalista na URSS e no Leste europeu. O socialismo vive uma crise que se arrasta há tempos. Os partidos comunistas enfrentam uma maré adversa, e, é forçoso dizer, encontram dificuldades em se renovar teórica e praticamente, de acordo com as mudanças ocorridas no mundo.

Entretanto se a crise do capitalismo e de seus partidos é terminal, fruto de contradições estruturais de um sistema caduco, a retomada do caminho socialista e a reestruturação dos partidos revolucionários é a saída que a realidade reclama para conduzir a humanidade a um novo estágio social.



**Ataque ao PCdoB e
defesa do
PFL a pretexto de
combater
o fisiologismo**

O ataque aos “partidos” em geral tem, portanto, dois aspectos: um, de alcance imediato, relacionado com a redução drástica das oportunidades de contestação ao grupo burguês que ocupa o governo em dado momento, mesmo nos marcos do sistema capitalista, visa estabelecer um condomínio fechado, privativo dos “grandes” partidos (e, sobretudo, “confiáveis”), em torno das posições centrais do Estado; o outro, de alcance ideológico e estratégico, é a tentativa de tirar de circulação a idéia da revolução - ou apri-



sioná-la em horizontes insignificantes -, que se traduz, principalmente, no esforço para esmagar o partido comunista e outras organizações de inclinação popular e revolucionária.

No entanto, a burguesia encontra obstáculos para produzir argumentos e aplicar seus projetos. Suas dificuldades ficam evidentes, por exemplo, no livro *Sociedade, Estado e Partidos*, organizado pelo professor Hélio Jaguaribe.

Um dos autores, Amaury de Souza, classifica o Brasil como um caso de "subdesenvolvimento partidário". E comenta que: "Gera inquietude no que concerne a governabilidade ou a possibilidade da democracia, um sistema em que prevalecem instituições partidárias impermanentes, fragmentadas e fragilmente organizadas."

Na introdução, o apresentador do texto fala da incompatibilidade do regime partidário e eleitoral, com uma "gestão racional da democracia" e recomenda o chamado sistema alemão, que combina o voto distrital com o escrutínio de lista. Essa indicação vai no mesmo sentido da reforma eleitoral e partidária em andamento no Congresso. O projeto prevê, além do voto distrital, um percentual mínimo de votos para que os partidos tenham direito a disputar postos eletivos, legislativos e executivos.

A análise, entretanto, é conflitante com a proposta, pois o sistema distrital, misto ou não, favore-

ce enormemente os grandes partidos, que apesar de grandes, carecem de bases sólidas, são "impermanentes, fragmentados e fragilmente organizados".

Os 5% de votos do PFL e PMDB juntos, na eleição presidencial de 89, já mostravam a inconsistência das bases políticas dos dois "maiores" partidos.

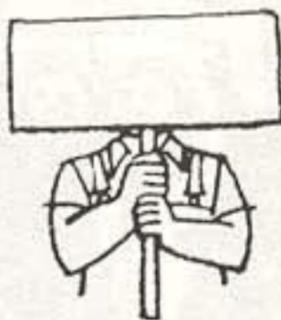
No desfecho do Collorgate, dos 87 deputados atuais do PFL, principal sustentação do Rei dos Marajás, 64 votaram a favor do impeachment. No PTB, outra fortaleza collarida, o "sim" ganhou 24 dos 30 deputados. No próprio PRN, criado especialmente para a candidatura Collor, 18 dos 28 parlamentares votaram sim. Até o padrinho de Collor, Paulo Maluf, movido pela ambição desmedida pela prefeitura de São Paulo, e outros cargos futuros, levou o reacionário PDS a dar 33 dos seus 44 votos a favor do afastamento do presidente.

Será que agrupamentos de tal tipo, que sempre endossaram as medidas antinacionais e antipopulares do Collor, e que se acovardaram pelo confronto com as multidões nas ruas, merecem, a pretexto de fortalecer a democracia, a proteção especial que o voto distrital lhes assegura? E a posse de fabulosos esquemas eleitorais, apoiados no poder econômico, capazes de eleger bancadas numerosas, apesar de tanta incoerência e oportunismo, justificaria o tal percentual mínimo que garante o monopólio dos postos eletivos para essas "grandes" legendas?

A reforma pretendida no Congresso Nacional golpeia em particular o Partido Comunista do Brasil que, apesar de perseguido desde seu nascimento em 1922, resistiu a seis décadas de clandestinidade, tem história, tem programa, é estruturado nacionalmente, conta com uma direção reconhecida e tem uma trajetória coerente. Como o PC do B, outras legendas com compromissos populares, "pequenas" ou "médias" na disputa desigual que travam com as "grandes", serão também atingidas.

Sob o aspecto do fisiologismo (um dos argumentos dos acusadores da dita "farra partidária"), seria ridículo justificar o combate a essa praga golpeando os comunistas e dando cobertura ao PFL, por exemplo.

**Partidos "operários"
apoiados
nas mesmas bases dos
que servem
ao domínio burguês**



Na ofensiva ideológica, a burguesia encontra aliados entre "defensores da modernidade" com fraseologia de esquerda. Realizam-se verdadeiras acrobacias teóricas no sentido de afirmar que a "forma-partido" está obsoleta e que entra na ordem do dia o que se poderia denominar "partido-não partido": agrupamentos sem programa definido, apoiados em compromissos ético-abstratos, nos quais os aderentes não têm compromisso com a atividade prática coletiva. Em suma, grupos amorfos, sem capacidade ou vontade de lutar pelo poder.

Capitulando diante da furiosa "tempestade no deserto" travada no terreno da propaganda, tais ideólogos negam a disciplina partidária e o caráter de combate dos partidos que representam os trabalhadores. Apóiam-se em problemas reais de esquematismo e ossificação, que afetaram o movimento comunista, para defender organizações "de esquerda" estruturadas nos mesmos moldes dos grupos dominantes. Tais teóricos esquecem, ou tentam fazer os outros esquecerem, que a burguesia conta com a máquina do poder e com poderosos meios de comunicação para fazer valer seus interesses e suas concepções.

Os despossuídos, pelo contrário, necessitam de partidos que estabeleçam uma estreita ligação entre seus membros, capazes de enraizar-se profundamente entre as massas e mobilizá-las para enfrentar as tenazes dos aparatos estatais. Não podem deixar de ser organizações aguerridas, habilidosas e decididas a demolir as cadeias dominantes e conquistar o poder.

A existência dos partidos está associada ao desenvolvimento da democracia. No início do século passado não se podia falar de partidos políticos com a conotação adotada atualmente. Existiam apenas organizações muito restritas, ou então blocos parlamentares que refletiam principalmente os conflitos entre

a aristocracia feudal e à burguesia. Não tinham como preocupação a mobilização de massas.

A marcha dos conflitos sociais, ao colocar a exigência do sufrágio universal impôs mudanças na conformação dessas organizações, não como instrumentos propriamente de política de massas, mas como máquinas das classes dominantes para arregimentar contingentes populares em suas disputas pelo poder. Marx assinala, no Manifesto Comunista, que a burguesia "se vê forçada a apelar para o proletariado, reclamar o seu concurso e arrastá-lo assim para o movimento político, de modo a fornecer aos proletários os elementos de sua própria educação política, isto é, armas contra ela própria".

Este desenvolvimento permitiu aos trabalhadores superar o terreno das reivindicações de caráter sindical e construir o seu próprio partido político, independente, para defender seus interesses de classe. Forjou-se assim o elemento capaz de ultrapassar os limites burgueses e criar um regime de tipo mais elevado, onde a "maioria" não apenas seja chamada, de tempos em tempos, a escolher os governantes que a burguesia lhes oferece.

Hoje é a reconstrução de um forte movimento revolucionário mundial, rejuvenescido teórica e praticamente com base na experiência acumulada, que pode fazer frente ao desafio da virada do século: conquistar uma alternativa democrática socialista, virando a página das democracias caducas a serviço do capital.

Ao falar da crise dos "partidos" e tentar camuflar a crise da democracia burguesa, os ideólogos do sistema dominante sabem que é vital para sua sobrevivência evitar que os partidos comunistas dêem a volta por cima e que a saída revolucionária frutifique e galvanize a opinião pública.

Os trabalhadores, por seu lado, já aprenderam que precisam da democracia política, mesmo nos moldes burgueses, para elevar sua consciência política e sua organização e criar condições para as transformações radicais da sociedade. Barrar a reforma eleitoral e partidária em tramitação, de cunho reacionário e autoritário, e desmascarar as concepções liberais, pretensamente inovadoras, faz parte, portanto, da batalha maior por um sistema socialista. ■

ROGÉRIO LUSTOSA - Editor da revista *Princípios*.

NOTAS

- (1) Jornal do Brasil, dia 9 de agosto de 1992
(2) Citado no mesmo artigo de Franklin Martins, no JB

BIBLIOGRAFIA

- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos. Sociedade, Estado e Partidos Políticos* - organizado por Hélio Jaguaribe
LÊNIN, Wladimir. *Que Fazer*.
MARX, Karl e ENGELS, Frederich. *Manifesto do Partido Comunista*.

Rússia, 1917.

Grandiosa experiência histórica.

JOÃO AMAZONAS

Ir fundo na análise crítica do período de construção do socialismo. Esse é o grande desafio que enfrentam os marxistas ao comemorar os 75 anos da revolução de outubro

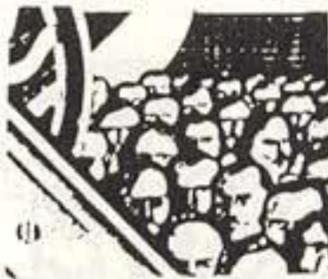
Comemora-se a 7 de novembro o 75º aniversário da Grande Revolução Socialista na velha Rússia dos czares, que abrangeu uma sexta parte do mundo. Sem dúvida, o maior acontecimento da evolução sócio-política da Humanidade. Ruiu o império feudal-burguês e ergueu-se uma nova sociedade dirigida pelo proletariado revolucionário. Com os disparos do cruzador "Aurora" sobre o Palácio de Inverno, despontava um novo dia no calendário das transformações profundas, radicais, exigidas pelo desenvolvimento objetivo da comunidade humana.

A Revolução Socialista confirmava plenamente as previsões científicas de Marx e Engels, baseadas no materialismo histórico, de que o capitalismo não era eterno, irremovível. Impelido por suas contradições internas, inevitáveis, daria lugar à explosão revolucionária das classes oprimidas que ajustariam contas com o sistema decadente. Confirmava também as geniais conclusões de Lênin que, analisando a passagem do capitalismo à fase imperialista, considerava chegada a época das revoluções proletárias realizáveis em alguns ou em apenas um único país.

Durante quarenta anos, de 1917 a 1957, o sistema socialista vingou na União Soviética. Um período relativamente curto, se medido pela escala macro-dimensional da marcha da História, mas denso de realizações criadoras e de experiências valiosas.

Ao contrário da revolução burguesa, coroamento de um processo que amadurecia no seio do sistema ultrapassado, a revolução socialista iniciava uma fase sem precedente que exigia recriar em todos os seus múltiplos aspectos a organização da vida da sociedade. Nada, ou muito pouco, poder-se-ia utilizar do velho regime derrubado. O Estado, ditadura das

classes opressoras, tinha de ser aniquilado, como também a estrutura econômica baseada em relações sociais de produção capitalista. Um novo Estado, em essência a ditadura do proletariado, e instituições de cunho democrático a serviço das massas trabalhadoras, bem como um outro sistema de produção, socialista, deviam ocupar o lugar daquilo que havia sido destruído.



Os comunistas foram envolvidos pela auto-satisfação idealista, sem espírito crítico

Não foi fácil abrir caminho no emaranhado desconhecido. Além da falta de experiência, da fome e da desorganização generalizada, o ataque desesperado dos inimigos derrotados recorrendo à intervenção armada, à sabotagem, ao bloqueio econômico. Uma revolução proletária não conta, inicialmente, com quadros formados aptos a dirigir com eficiência e presteza a construção socialista. Vai formá-los na atividade prática, o que demanda tempo. Também a vanguarda, o Partido Comunista, não conhece ainda, plenamente, as leis objetivas que surgem do novo tipo de organização social de modo a utilizá-las corretamente. Tudo isso constitui imensa dificuldade para levar adiante a obra iniciada.

No entanto, o proletariado, dirigido por Lênin e pelo Partido dos Bolcheviques, realizou verdadeiros milagres na superação das deficiências. Pouco a pouco, mas não tão lentamente, foi-se levantando o edifi-

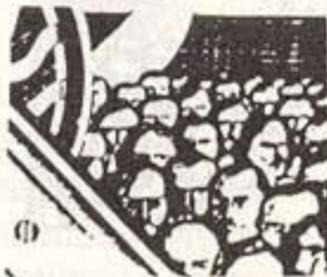
cio da nova sociedade. Resolveram-se problemas intrincados. Surgiu a comunidade de países socialistas - a URSS - agrupando dezenas de nações e povos em distintos níveis de desenvolvimento. A industrialização acelerou-se e, em breve, alcançou níveis de alta qualificação internacional. Venceu-se a dispersão e o atraso da pequena produção agrária, extensíssima, dando lugar ao aparecimento das cooperativas colcoianas que transformaram e modernizaram a agricultura soviética. Liquidou-se o analfabetismo e desapareceram as mazelas sociais oriundas do capitalismo. Na II Grande Guerra, a URSS derrotou a maior e mais agressiva potência militar da burguesia. A bandeira vitoriosa do socialismo científico tremulava no Kremlin, assinalando a rota do progresso social.

Um grandioso êxito a façanha histórica de 1917, abrindo novas perspectivas aos trabalhadores e aos povos. Todos os que lutam por um futuro melhor e querem pôr fim ao capitalismo em decomposição, têm que se apoiar nessa grande e frutuosa experiência revolucionária, com seus acertos e erros.

A propaganda burguesa tenta passar a idéia de que o socialismo é irrealizável e a Revolução de 17 teria sido simples equívoco. Desenterra velharias do passado execrável contrapondo-as velhacamente ao mundo novo criado pelos trabalhadores. Inutilmente. A experiência vivida durante quarenta anos pela União Soviética comprova, ao contrário, a exequibilidade do sistema socialista, decorrência natural do desenvolvimento contraditório do capitalismo que, na etapa imperialista, coloca na ordem do dia a revolução social. Não obstante a ofensiva anticomunista da burguesia retrógrada, o socialismo vive.

•18•

**O proletariado
aceitava
o revisionismo como
se fosse o
sistema socialista**



Neste 75º aniversário da Revolução Socialista, as forças revolucionárias, mantendo no alto a bandeira de Marx, Engels, Lênin, empenha-se na busca das causas essenciais da derrota do socialismo na URSS, em meados da década de 50. O regime progressista não caiu acidentalmente, com a passagem do poder ao revisionista Kruschov, após a morte de Stálin. Fatores os mais diversos contribuíram para o retrocesso verificado. A vanguarda comunista deixou-se envolver na auto-satisfação idealista, abandonando o espírito crítico e revolucionário da doutrina fundada por Marx e Engels. Não soube continuar a luta, em parâmetros mais elevados, da fase precedente de abrir clareiras no desconhecido, apoiada na iniciativa das massas e na teoria em constante elaboração. Foi incapaz de generalizar a experiência acumulada, rica de ensinamentos, das diversas etapas pelas quais havia

passado a construção do socialismo. Passo a passo, a estagnação e o dogmatismo enraizaram-se no campo das idéias. Gerava-se a crise do marxismo que persiste há dezenas de anos.

Desarmado ideologicamente, o proletariado, que dera grandes provas de combatividade revolucionária, não teve condições de detectar os sérios desajustes que surgiam na sociedade soviética. Falhou, temporariamente, à sua missão de força dirigente do processo transformador. Não esteve à altura de defender, teórica e praticamente, a obra da revolução emancipadora da classe operária e de todos os explorados.

Demonstração evidente do que se passava na URSS em matéria de carência de ideologia revolucionária e de ausência de desenvolvimento criador do marxismo-leninismo foi a passividade manifestada pelos comunistas soviéticos face à grave derrota que sofreram com a mudança de orientação advinda do 20º Congresso do PCUS, em 1956. Não houve uma única voz que se pronunciasse em defesa do socialismo científico e de firme condenação ao engendro revisionista. É isso durante quase quarenta anos! O proletariado soviético - e nem todo ainda - somente se deu conta de que o socialismo deixara de existir, com a implantação aberta da chamada economia de mercado, ao final da desastrosa perestroika e com Yeltsin no comando. Na prática, aceitava o revisionismo contemporâneo como se fosse socialismo. Apenas em 1991, começou a reorganização dos partidos comunistas e a luta contra os traidores oportunistas, luta e reorganização que merecem o apoio dos revolucionários de todo o mundo. Todavia, persiste muita confusão sobre a origem da derrota do socialismo. Não se faz claramente a diferenciação entre o sistema de natureza proletária, revolucionária, que perdurou até a década de 50, e a transição revisionista, de cunho burguês, que prevaleceu longo tempo. Sem definir precisamente esses dois períodos, a degradação revisionista aparece como erros do socialismo que já não existia.

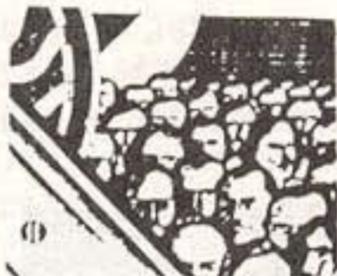
A resistência ao revisionismo contemporâneo e o seu desmascaramento efetuou-se fora da União Soviética e dos países do Leste europeu. Começou no início dos anos 60, com destaque para o Partido Comunista da China e o Partido do Trabalho da Albânia. Também o Partido Comunista do Brasil, reorganizado em fevereiro de 1962, tomou parte ativa nessa resistência, que englobou muitos outros partidos marxistas-leninistas surgidos após o predomínio kruschovista na URSS. A ação anti-revisionista jogou papel altamente positivo. Desmascarou o falso marxismo "criador" de Kruschov e demais seguidores da linha contra-revolucionária do 20º Congresso do PCUS. Esclareceu tergiversações do caminho socialista. Defendeu a teoria avançada da classe operária.

Mas o combate ao revisionismo apresentou também deficiências e sofreu interrupções. Perdeu o apoio do PC chinês, envolvido em disputas internas de direita e de "esquerda", durante e após a denominada



Revolução Cultural Proletária. As teses antimarxistas de Gorbachov e sua perestroika, com raras exceções, (o Partido Comunista do Brasil denunciou-as em seu 7º Congresso/1988) foram debilmente combatidas, apesar de que expressavam nitidamente o rompimento total com o materialismo dialético e histórico, pregavam o oportunismo descarado da colaboração de classes com a burguesia imperialista.

A retomada do caminho socialista depende do esforço autocrítico do movimento operário



A deficiência principal, porém, revelou-se na unilateralidade com que se tratou a crise soviética. Condenava-se o grave desvio de direita do PCUS, denunciava-se o abandono dos princípios revolucionários. Tudo a partir do 20º Congresso daquele partido. Entretanto, não se ia ao fundo da questão - o que teria causado a derrota do socialismo? A simples passagem do poder às mãos de Kruschov e seus parceiros, por si mesma, não explicava as razões dessa derrota. O combate ao revisionismo ressentiu-se da falta de apreciação crítica do período da construção do socialismo na URSS. Sem esse exame aprofundado torna-se impossível entender como a contra-revolução pequeno-burguesa assenhoreou-se tão facilmente da direção do Estado e do Partido na União Soviética, em 1956/57. Na verdade, ainda no período sob o comando de Stálin, apareciam já sinais de certa degenerescência na sociedade soviética oriunda de fontes

diversas. O impulso revolucionário enfraquecera, faltava perspectiva clara à continuidade da obra socialista. Juntamente com importantes vitórias obtidas em vários setores de trabalho, revelava-se embotamento do pensamento criador, desestímulo à crítica, especialmente quanto à orientação e atividade do PCUS e de seus dirigentes, tidos como infalíveis.

Um amplo estudo dessas questões é fundamental e indispensável. A retomada do caminho socialista na antiga URSS, assim como um novo ascenso da revolução social no mundo, dependem em grande parte do esforço autocrítico, construtivo, do movimento operário revolucionário, particularmente no que respeita à primera e notável experiência histórica da edificação do socialismo na União Soviética.

Na passagem do jubileu de três quartos de século da Revolução Socialista, observam-se inúmeras iniciativas nesse sentido. Existe uma série de trabalhos sobre teoria e prática do socialismo, corrigindo erros e incompreensões do passado. Paulatinamente, vão surgindo estudos e reflexões sobre a séria crise que atingiu a doutrina e o movimento revolucionários. Não se pode dizer que já se alcançou o nível desejado do entendimento científico acerca dos fenômenos negativos sucedidos na URSS e em outros países. Há muito que pesquisar, analisar, generalizar. O novo que desponta, aqui e ali, carece ainda de comprovação prática. Faz-se necessário também definir melhor a realidade atual, distinta da de épocas anteriores. O imperialismo não mudou de natureza, apresenta, porém, aspectos novos em seu desenvolvimento anômalo. São muitos os problemas a equacionar de modo a abordar, no presente, com justeza, a revolução social e levar a bom termo o processo de transformação

radical da sociedade.

A China e outros países socialistas empenham-se em descortinar trilhas originais que conduzam ao progresso real no sentido da sociedade do futuro. Aprendem de erros do passado. Vivem uma fase de experimentação, atentos aos resultados práticos. Também os diversos Partidos Comunistas, entre os quais alguns que haviam apoiado o revisionismo soviético, procuram dilucidar incorreções provindas, em última instância, dos desvios de direita do PCUS. O Partido Comunista do Brasil, que rompeu desde 1962/63 com a orientação oportunista, no campo interno e mundial, tem-se dedicado, na medida de suas possibilidades, ao estudo da crise que envolve o conjunto do movimento revolucionário. A essa tarefa consagrou o seu 8.º Congresso, realizado em fevereiro deste ano, visando esclarecer questões teóricas e políticas em debate e, principalmente, recolher ensinamentos do sucedido na URSS, tirar experiências que possam servir à luta da classe operária e do povo brasileiro por sua verdadeira emancipação.

A teoria perde seu valor se se converte em receita para qualquer caso

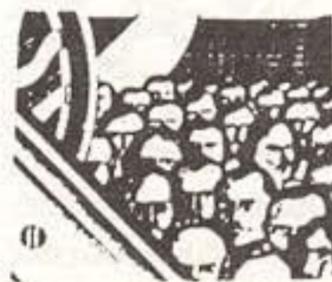


•20•

Nós, do Partido Comunista do Brasil, vamos chegando a algumas conclusões, ainda pouco elaboradas, a respeito de temas controversos. Há concordância de que a teoria, ao final da construção socialista, nem sempre fora encarada como instrumento de ação revolucionária em contínuo movimento dialético. Houve estancamento e compreensão idealista do conhecimento teórico. Na União Soviética, em matéria de teoria, dava-se peso substancial à aprendizagem dos textos dos clássicos, à repetição escolástica desses textos. Divulgava-se a teoria na linha da ilustração marxista pura. Editavam-se milhões de exemplares das obras de Marx, Engels, Lênin, mesmo na fase do revisionismo contemporâneo. Consideravam-se marxistas-leninistas e teóricos renomados os que dominavam esses textos. Tal procedimento contradiz a própria essência, crítica e revolucionária, da doutrina científica do proletariado. Estudar os clássicos é fundamental, sem o que acabam predominando o empirismo, o espontaneísmo. Contudo, é preciso assimilar o marxismo como ciência social enriquecida pela experiência, em permanente evolução. Teoria é soma de conhecimentos refletindo a realidade objetiva. Perde o seu valor intrínseco se se converte num receituário morto, repetitivo, adaptado a qualquer circunstância. Decorar textos pode dar boas notas nos exames escolares, não contribui em nada para a formação de quadros capacitados a dirigir a construção do mundo novo. Marx e Engels insistiram na afirmação de que “a nossa te-

oria não é um dogma, mas um guia para a ação”. Indubitavelmente, a teoria mostra-se veraz na medida em que reflete a prática revolucionária em desenvolvimento e aponta justas soluções ao processo de transformação em curso. O provérbio popular diz que não é a mesma a água que passa sob a ponte. Tampouco é a mesma a situação que se apresenta em cada momento da luta de classes. Por isso, a dialética ensina que aquilo que é válido para determinada ocasião, não serve em ocasiões diferentes. Parece-nos também inadequado o tratamento que alguns socialistas procuram dar à teoria, apartando-se dos fundamentos da ciência social cujo pressuposto é o enfrentamento de classes antagônicas. Sob o pretexto de combate ao dogmatismo, há quem pretenda criar *nova* teoria, ou desenvolver o marxismo sob ótica pequeno-burguesa, ao estilo de Bernstein. Produto acabado de semelhantes tentativas “criadoras” é o ecletismo, a ausência de princípios, do qual resulta a mescla de socialismo proletário com liberalismo burguês, de luta de classes com colaboração de classes, de sistema socialista com regimes híbridos de duas vertentes - proletária e burguesa. É necessário desenvolver o marxismo-leninismo, sem fugir, porém, aos seus fundamentos, aos princípios essenciais que conformam a doutrina revolucionária do comunismo científico.

Ressalta, nos acontecimentos negativos ocorridos na URSS, a subestimação do fator biológico como instrumento insubstituível de educação das massas e do próprio Partido. Conjunto de concepções que expressam os interesses fundamentais desta ou daquela classe social - a ideologia é burguesa ou socialista. Lênin assinalava que “... o problema se coloca unicamente assim: ideologia burguesa ou ideologia socialista; não há meio termo (pois a humanidade não elaborou uma ‘terceira’ ideologia)”.



A ideologia fraqueja quando não acompanha o curso objetivo da vida social

A mais estruturada, mais antiga e ativa na consciência das massas é a ideologia da burguesia. A tomada do poder pela classe operária não determina automaticamente a predominância das idéias progressistas do proletariado. Cria condições favoráveis a sua difusão. Tais idéias precisam conquistar amplos espaços, afirmar-se na sociedade. E somente obterá êxito em luta permanente contra as concepções burguesas. Se se amaina essa luta, vencem as idéias do inimigo de classe. Sabe-se que durante e após a II Grande Guerra apareceram concepções estranhas ao socialismo na URSS, tais como: ufanismo de grande potência, jactância entre os comunistas, privilégios, egoísmo, religiosidade. O culto à personalidade, que já vinha



de antes, adquiriu formas bem mais salientes. Ao que se conhece, faltou a contraposição científica a tais manifestações, refletindo os interesses vitais do proletariado. Não houve um combate sistemático, organizado, persistente e convincente visando fortalecer o modo de pensar socialista. Ideologia não se impõe, exercita-se. E esse exercício demanda, a par da contestação das idéias adversárias, a plena integração com o processo evolutivo de transformação comunista da sociedade. Assim como a teoria, a ideologia fraqueja se não acompanha o desenvolvimento objetivo da vida social.

Outro elemento a ser considerado na avaliação que se faz do sucedido na URSS são as características que toma a luta de classes no socialismo. Ali, esmagada pela revolução, a burguesia desaparecera fisicamente do cenário político. O proletariado e o campesinato colcosiano, ainda que classes distintas, aliavam-se como forças amigas, socialistas. A luta de classes desenvolvia-se principalmente na arena internacional, entre o socialismo e o capitalismo. A vida demonstrou, porém, que subsiste no seio da nova sociedade um tipo de luta de classes que jamais deverá ser subestimado - a luta das correntes ideológicas pequeno-burguesas contra o socialismo científico. Tudo indica que esse confronto persistirá por longo tempo. A pequena burguesia é principalmente um produto do sistema capitalista. Aparece, no entanto, sob formas diferenciadas no socialismo, devido às desigualdades sociais inevitáveis nos diferentes estágios da construção socialista. Os que ganham altos salários e vivem muito melhor do que a média dos trabalhadores, os que desfrutam de posições mais elevadas na escala social tendem, se se debilita a base ideológica, comunista, a viver e pensar como pequeno-burguês. Essa maneira de ser, capitalista em essência, opõe-se objetivamente ao caminho do proletariado revolucionário. Na te-

oria, estimula o revisionismo. Na prática política, busca o acomodamento, o pragmatismo, a manutenção do *status quo*. O combate às concepções pequeno-burguesas é uma forma de luta de classes que, em momentos difíceis, exacerba-se, pondo em perigo o poder da classe operária, a existência do socialismo, como ocorreu na União Soviética.



O modelo único de socialismo é uma deturpação mecânica da teoria marxista

Firma-se, igualmente, a compreensão de que o chamado modelo único de socialismo é uma deturpação da teoria revolucionária. "Todas as nações chegarão ao socialismo - enfatizava Lênin - porém não todas o farão exatamente da mesma maneira, cada uma contribuirá com algo próprio a tal ou qual forma de democracia, a tal ou qual variedade de ditadura do proletariado, a tal ou qual variação no ritmo das transformações socialistas nos diferentes aspectos da vida social." O modelo único de socialismo, que preponderou no movimento comunista mundial, não passa de aplicação mecânica da experiência soviética, válida em seus aspectos essenciais, mas inaplicável, quanto à sua forma de realização prática, em distintos países. O mundo é muito diversificado em sua contextura econômico-social. Juntamente com economias capitalistas muito desenvolvidas, ou dependentes, coexistem sobrevivências feudais e escravistas. Portanto, o socialismo não poderá ter feição igual, refletirá de um modo ou de outro as condições reais existentes em cada país. Ao elaborar sua estratégia programática, os partidos comunistas devem considerar os mais diversos fatores existentes em determinada nação, tal como o nível de desenvolvimento econômico por vezes distante do que Marx chamava de premissas objetivas para a transformação socialista, as tradições progressistas de cada povo, o grau de cultura e de assimilação das idéias avançadas, os entraves ao progresso social. Seguramente, a edificação do socialismo baseia-se na socialização dos meios de produção e de vida da sociedade. É algo radicalmente distinto do sistema capitalista. Mas essa edificação não obedece, nas formas e ritmos, a um modelo preestabelecido, sempre o mesmo. Tampouco segue a linha do gradualismo reformista, oportunista, de integração do capitalismo no socialismo, como pretendem os social-democratas. A construção de um modelo próprio de socialismo científico, refletindo a realidade e fiel aos princípios revolucionários, capaz de superar, em sucessivas etapas, os obstáculos e contradições que se apresentam a cada momento - eis uma importante tarefa da luta para tornar vitorioso o socialismo em todo o mundo. ■

“Fim da história” justifica nova ordem

LUÍS MARCOS GOMES

*Fukuyama falsifica Hegel com o intuito
de dar base filosófica
a um sistema de violência dos países da
“pós-história”
contra os que representam a “barbárie”*

22

A grande maré capitalista, que tomou conta do mundo particularmente após a derrocada dos regimes estabelecidos nos países do Leste europeu e na extinta União Soviética, não significou somente a explosão das propostas neoliberais nos terrenos econômico e político. Implicou também numa ofensiva sem precedente da ideologia burguesa-imperialista visando a conquista dos corações e mentes em escala mundial. Uma das manifestações mais emblemáticas desta ofensiva da ideologia capitalista triunfalista foi, primeiramente, o artigo aparecido ainda em 1989 com o título “O fim da história?” e, posteriormente, já neste ano, o livro “O fim da história e o último homem”, ambos do norte-americano Francis Fukuyama. (1)

O esforço principal de Fukuyama foi o de retomar uma das linhas de abordagem da história, de Platão a Nietzsche, passando por Kant e Hegel, a fim de revigorar a tese de que o capitalismo e a democracia burguesa significam o coroamento da história da humanidade, ou seja, de que a humanidade atingiu, no final do século XX, o ponto final de sua evolução com o triunfo da democracia liberal ocidental sobre todos os seus concorrentes. Para ele, este século viu, primeiramente a destruição do fascismo e, em seguida, do socialismo, que fora o grande adversário do capitalismo e do liberalismo no pós-guerra. O mundo teria assistido ao fim e ao descrédito destas duas alternativas globais - fascismo e socialismo - restando apenas, em oposição à proposta capitalista liberal, resíduos de nacionalismos sem possibilidade de significar um projeto para a humanidade e, de outro lado, o fundamentalismo islâmico, confinado ao oriente e a países periféricos. Assim, com a derrocada do socia-

lismo, a democracia liberal ocidental firmou-se como a forma final do governo humano, significando, neste sentido, o “fim da história” da humanidade.

Fukuyama não pretende contrapor a chamada democracia liberal somente ao socialismo, mas também a uma miríade de regimes autoritários de direito que entraram em colapso e que, segundo ele, adotaram, em maior ou menor grau, o modelo da democracia liberal. Na América Latina, aponta o caso das ditaduras na Argentina, Brasil e Chile. Na Ásia, lembra o fim do regime autoritário de Ferdinand Marcos, em 1987, e sua substituição pelo governo de Corazón Aquino. Na África do Sul, a libertação de Nelson Mandela pelo governo de maioria branca de F.W. de Klerk e a busca de um governo de co-participação de brancos e negros. Tudo, segundo ele, no rumo de um modelo de democracia liberal.



**Difícil esconder que
o fascismo
é uma das formas de
poder do
capitalismo em crise**

Liberalismo, para Fukuyama, é o regime fundado no terreno político, na democracia burguesa e no terreno econômico, “no direito de livre atividade econômica e troca econômica, baseado na propriedade privada e nos mercados.” (2)

Em suma, no decorrer do século XX a democracia liberal superou os “totalitarismos” de direita e de esquerda - o fascismo e o comunismo e também quaisquer outras variantes autoritárias e triunfou co-



Hegel

mo o regime mais adequado ao progresso e à liberdade humana. As propostas que restam hoje em contraposição à democracia liberal estão na defensiva e representam o conservadorismo e o atraso. Veja-se, por exemplo, diz Fukuyama, o que ocorreu com os países que permanecem socialistas, como China, Cuba, Coreia do Norte e Vietnã. “Embora o poder comunista persista no mundo, deixou já de refletir uma idéia dinâmica e atraente. Hoje, os que se dizem comunistas empenham-se numa luta contínua de retaguarda para preservar alguma coisa da sua posição e do seu poder. Os comunistas encontram-se na posição nada invejável de defender uma ordem social ultrapassada e reacionária, como os monarquistas que conseguiram sobreviver até o século XX.”

Passando por cima da realidade histórica mais banal, Fukuyama desconsidera o fato evidente de que o fascismo somente se explica se ligado intimamente ao capitalismo monopolista e às suas crises, da mesma maneira que o surgimento de um conjunto de regimes autoritários e fascistas na América Latina, no decorrer dos anos setenta, se vincula ao desenvolvimento capitalista. O que seria da ditadura militar brasileira sem o incentivo e o suporte dos Estados Unidos (inclusive na preparação e desencadeamento do golpe militar)? Por outro lado, nunca é demais lembrar, o que seria da luta contra o nazi-fascismo sem o concurso da União Soviética e do Exército Vermelho?

Sendo uma forma de dominação do homem sobre o homem, o capitalismo, sobretudo em sua fase monopolista e nas épocas de crise, manifesta-se frequentemente em regimes fascistas, situações em que o processo de acumulação capitalista exige o fim das liberdades democráticas e a instauração de um regi-

me policial de terror. Senão, como explicar os regimes fascistas na Itália, Alemanha e Japão e o desencadeamento da II Guerra Mundial? Fukuyama parece ter tanto receio de encaixar o fascismo em sua teoria, que chega a dizer, como uma espécie de profissão de fé, sobre a Alemanha Nazista: “Inclino-me a aceitar o ponto de vista de que o Holocausto foi tanto um mal único quanto o produto de circunstâncias históricas também únicas, que convergiram na Alemanha nas décadas de 1920 e 30. Estas condições não somente não estão latentes na maioria das sociedades desenvolvidas como também seria difícil (embora não impossível) reproduzi-las em outras sociedades no futuro.” O que ele quer dizer com isso? Que a humanidade já ficou para sempre livre de fenômenos como o nazi-fascismo? Para nós, isso é uma falácia completa, pois na medida em que as sociedades estiverem divididas entre exploradores e explorados, entre nações ricas e pobres, as bases objetivas para o surgimento de regimes terroristas nos países capitalistas continuam dadas. Vemos inclusive com crescente preocupação o aumento da onda fascista em países como a França e a Alemanha, em contraposição e reação à presença de migrantes pobres que, segundo os neo-fascistas, lá foram perturbar o sonho de uma Europa rica e próspera.

Para dar consistência filosófica às suas teses, Fukuyama foi buscar em Hegel os fundamentos para sua teoria do “fim da história”. Hegel acreditava num direcionamento da história da humanidade no sentido da evolução e do progresso. Para ele, a história da humanidade era a realização progressiva de sua “idéia absoluta”. Ao mesmo tempo, Hegel acreditava que haveria um “fim da história”, não no senti-

do de que haveria um fim dos fatos e eventos na história da humanidade, mas no sentido de que, com a construção de uma sociedade superior e livre, a história da humanidade iria terminar, pois ela seria a manifestação da realização plena da "idéia absoluta". Fukuyama se apóia nesta concepção e no fato de Hegel considerar que a história da humanidade havia terminado em 1806, depois da batalha de Iena, com a vitória de Napoleão sobre os prussianos. Com isso, segundo Fukuyama, "Hegel estava dizendo que os princípios de liberdade e igualdade, bases do Estado liberal moderno, haviam sido descobertos e postos em prática na maioria dos países adiantados e que não havia princípios ou formas de organização social e política alternativas superiores ao liberalismo".

**É anacrônico repetir
Hegel, fora
do contexto de 200
anos atrás,
como faz Fukuyama**



Pode-se até compreender, do ponto de vista histórico e dentro da tradição dos grandes sistemas da filosofia clássica alemã, a colocação de Hegel, que conduziu a filosofia idealista a um de seus ápices. Hegel, como todos os filósofos de seu tempo, recebeu os poderosos influxos da Revolução Francesa de 1789, que efetivamente descortinou novos horizontes para a história da humanidade, ao derrubar a monarquia e o feudalismo. Napoleão, por seu lado, representou, para a intelectualidade progressista da época, a possibilidade de estender as conquistas da revolução francesa aos países ainda controlados por forças feudais retrógradas. Efetivamente, ao derrotar, em 14 de outubro de 1806, os prussianos nas batalhas de Iena e Auerstadt, os exércitos napoleônicos destruíram o "ancien régime" na Alemanha e ali introduziram profundas modificações. Repetimos ser compreensível o sentimento de Hegel a respeito destes acontecimentos que revolucionaram a ordem nacional e mundial da época. A burguesia era uma força revolucionária triunfante e liderava as transformações sociais. O proletariado não havia ainda entrado em cena. Era difícil conceber uma igualdade social melhor do que a burguesa.

Quase trezentos anos depois, no entanto, é anacrônica a repetição destas idéias por parte de Fukuyama, na onda de um verdadeiro "porre" da ideologia capitalista. Como apregoar a excelência do capitalismo e da democracia liberal que marginaliza dois terços da população do globo terrestre? Como tomar como coroamento da humanidade um regime que inclusive acirra as contradições sociais no interior daqueles países que mais encarnam o liberalismo como os Estados Unidos? Como tomar como paradigma para a humanidade um sistema de vida que não pode ser es-

tendido ao conjunto da população mundial?

O atual padrão de vida vigente nos países capitalistas adiantados só é possível em virtude de estar restrito a uma minoria. Como diz o historiador inglês Perry Anderson, no decorrer dos anos 80 mais de 800 milhões de pessoas - mais do que a população total da Europa Ocidental, Estados Unidos e Japão - tornaram-se ainda mais pobres e uma em cada três crianças passava fome. "Se todos os seres humanos tivessem simplesmente um quinhão igual de alimento, numa dieta com menos da metade do consumo norte-americano de calorias de base animal - o que dificilmente se pode considerar uma exigência radical - o globo não poderia sustentar a sua atual população. Se o consumo alimentar dos Estados Unidos fosse generalizado, metade da espécie humana teria que se tornar extinta - a Terra não poderia sustentar mais de 2,5 bilhões de habitantes." (3)

Ao contrário, o sistema capitalista, esta fantástica acumulação de riquezas nas mãos de uma parcela cada vez mais reduzida, está levando ao paroxismo a marginalização e as desigualdades sociais. Nos Estados Unidos a própria crise social e suas manifestações - como os conflitos ocorridos em Los Angeles em abril e maio deste ano - é de assustar os mais otimistas, menos a Fukuyama, que não analisa estas questões e prefere repetir a tese de que tudo isso é simples acidente de percurso numa sociedade como a norte-americana. Não é o que revelam os fatos. Atualmente, cerca de 36 milhões de pessoas nos EUA (ou 14,7% da população total) vivem na pobreza. (4)

Este percentual era de 11% em 1970. Isto é resultado de um conjunto de fenômenos como crise econômica, desemprego, mudança de perfil tecnológico da indústria e anos seguidos de administração republicana (governos Reagan e Bush) que, de acordo com o receituário neoliberal, reduziu drasticamente os recursos destinados a programas sociais. O impacto desta crise sobre a população pobre e negra é impressionante, com suas seqüelas de desagregação familiar, aumento do consumo de drogas, disseminação de doenças como a aids e aumento da criminalidade. Este caldeirão de repente explode, como aconteceu na cidade de Los Angeles, no semestre passado. Os distúrbios sociais se seguiram à absolvição, por um tribunal integrado por brancos, de um grupo de quatro policiais brancos que haviam agredido um negro em março do ano passado. Os distúrbios explodiram no centro de Los Angeles e provocaram o saque e a destruição generalizada. Após alguns dias, foram computados os resultados: 58 mortos, prejuízos de mais de 1 bilhão de dólares e mais de mil prédios destruídos.

Os analistas procuraram mergulhar nas causas desta tremenda crise social e mostraram um país profundamente dividido entre ricos e pobres, entre brancos e negros, entre os ricos e prósperos subúrbios das grandes cidades e os centros miseráveis e deteriorados, entre a abundância e a pobreza. O capitalismo norte-

americano há muito deixou de oferecer emprego e renda suficientes para a população. Estudos mostram que, “de 1947 a 1973, a renda familiar nos Estados Unidos aumentou em 111%, enquanto que nos últimos 16 anos só cresceu 9%. Em 1973, 40% das famílias mais pobres recebiam 17% da renda nacional, enquanto que os 20% mais ricos ficavam com 41%. Em 1988, a participação dos estratos mais pobres reduziu-se a 15% da renda nacional e a dos mais ricos se elevou para 44% (5)”. Esta face visível do capitalismo, mesmo em países do centro do sistema como os Estados Unidos, ou seja, o desenvolvimento excludente que marginaliza enorme parcela da população e para a qual não oferece nenhuma alternativa concreta, não merece a menor consideração de Fukuyama.

Uma liga das nações mais para OTAN do que para ONU é a receita atual do imperialismo



Já dissemos que Fukuyama procura, manipulando idéias sobretudo de Platão, Hegel e Nietzsche, elaborar uma base filosófica para sua tese de que a democracia liberal é o coroamento da história da humanidade. E um dos aspectos de seu livro que mereceria uma análise mais aprofundada é aquela em que ele procura fundamentar a origem e a manutenção das desigualdades sociais, resgatando idéias que justificam a dominação do homem pelo homem e que estão na origem da ideologia fascista. Mas talvez onde o fascismo de Fukuyama fica mais explícito é quando ele analisa a questão da ordem internacional no mundo contemporâneo. Segundo sua teoria, o mundo atual está dividido entre os países capitalistas avançados, que representam o “Estado universal homogêneo”, e os demais países que ainda não atingiram este estágio e que na verdade representam a barbárie e são uma ameaça para os primeiros. Ora, se a barbárie ameaça a civilização, ou, para usar a terminologia mais velada de Fukuyama, se o “mundo histórico” ameaça o “mundo pós-histórico”, então está criada a justificativa do uso da força por este último. E ele aponta pelo menos dois terrenos de colisão clara entre estes dois mundos: o do petróleo e o da imigração. Diz que “a produção de petróleo continua concentrada no mundo histórico e é crucial para o bem-estar econômico do mundo pós-histórico”. Assim, ele prevê e justifica novos conflitos como a intervenção imperialista no Golfo Pérsico.

No terreno da imigração será necessário “conter a maré” caracterizada pelo enorme fluxo de migrantes que está indo de um mundo para outro.

A conclusão de Fukuyama é que “a força” continuará a ser a razão final nas relações entre estes dois mundos, ou, para usar uma de suas frases, entre

“democracias e não-democracias”. E para reger estas relações, ele ataca organismos como a ONU, que não seria uma sociedade de “nações livres”, mas um ajuntamento que mistura nações livres e ditaduras que aceitou a “União Soviética de Stálin”, inclusive com poder de veto em seu Conselho de Segurança, e também “Estados novos do Terceiro Mundo que compartilhavam pouco dos princípios liberais...” Por isso tudo, segundo ele, na nova ordem internacional criada após o fim da guerra fria, uma liga das nações “teria que se parecer mais com a OTAN do que com as Nações Unidas - isto é, ser uma liga de Estados realmente livres, unidos pelo compromisso comum com os princípios liberais. Essa liga seria muito mais capaz de uma ação decisiva para proteger a segurança coletiva contra as ameaças vindas da parte não-democrática do mundo”.

Eis a receita final descarada desse epígono da ideologia burguesa-imperialista: querer uma “nova ordem mundial” inteiramente controlada por entidades não como a ONU, mas como a OTAN, organização nascida do agressivo pacto militar firmado pelos países capitalistas avançados após a II Guerra Mundial, para conter o avanço do socialismo. Dessa forma, os países que representam o “fim da história”, os “países democráticos” da “pós-história”, na definição de Fukuyama - na verdade as atuais potências capitalistas imperialistas - ficariam de mãos inteiramente livres para agir em defesa de seus interesses e perpetrar barbaridades como a intervenção militar no Oriente e o bloqueio econômico a Cuba.



Fim da história é discurso burguês agressivo depois da derrocada do Leste

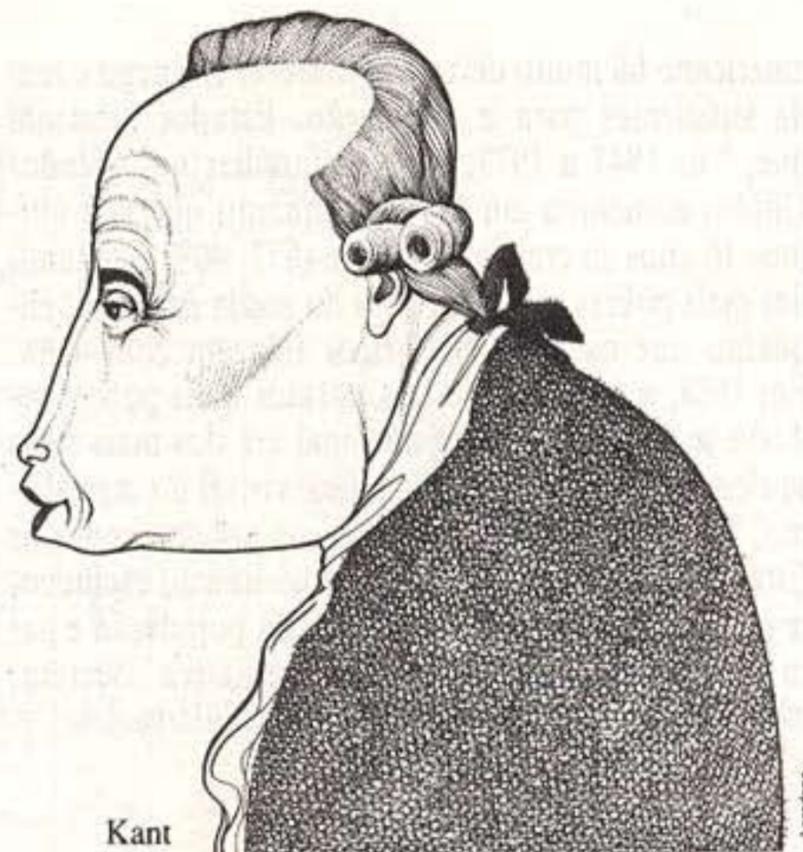
O discurso de Fukuyama é puramente ideológico, reflete o triunfalismo da ideologia capitalista após a derrocada do Leste europeu e da União Soviética. É um discurso antidemocrático, anti-socialista e agressivo, em que pese sua erudição, que chegou a merecer, de Perry Anderson, elogios como “notável proeza de composição”, “hábil e fluente vaivém, entre a exposição metafísica e a observação sociológica” etc. (6)

Além disso, seu livro não analisa e não derruba nenhum ponto essencial do pensamento socialista a respeito do capitalismo e da evolução histórica da humanidade. O ponto de partida do socialismo científico sobre o capitalismo é o de que se trata de uma sociedade fundada na exploração do homem pelo homem, da burguesia sobre o proletariado, particularmente sob a forma da produção de mais valia, a forma especificamente burguesa de apropriação do trabalho não-pago. Esta relação de dominação não pode, obviamente, conduzir à libertação do homem. Esta libertação somente será possível na medida em que o

homem romper com os laços dessa dominação e dos mecanismos de alienação, apossando-se do processo de produção social. Como disse Marx, a produção capitalista significa a dominação do capitalista sobre o operário, a dominação da coisa sobre o homem, do trabalho morto sobre o trabalho vivo, do produto sobre o produtor. "Na produção material, no verdadeiro processo da vida social - pois o processo de produção é isso - dá-se exatamente a mesma relação que no terreno ideológico se apresenta na religião: a conversão do sujeito em objeto e vice-versa." (7)

E este modo de produção que está condenado a produzir e reproduzir permanentemente esta relação social não conduz nunca à liberdade, mas à opressão e à alienação. Esta cadeia precisa ser rompida, ou seja, os trabalhadores têm que rompê-la para se apossarem das condições de produção de sua vida material e se libertarem. Sem destruição do capitalismo não existe o reino da liberdade, que não será propriamente o "fim da história", mas o início de uma nova era na história da humanidade.

O socialismo significa um primeiro passo na superação do capitalismo e um avanço em direção ao comunismo, a uma sociedade sem classes, uma sociedade altamente desenvolvida e igualitária - não porque os homens estejam formalmente iguais em direitos e deveres, como na sociedade burguesa, persistindo entre eles a desigualdade econômica básica - mas precisamente porque as classes serão abolidas, restando apenas as diferenças individuais. Nas palavras de Engels, o homem, ao tornar-se dono e senhor das suas próprias relações sociais, converte-se pela primeira vez em senhor consciente e efetivo da natureza. "Os poderes objetivos e estranhos que até aqui vinham imperando na história, colocam-se sob o controle do próprio homem. Só a partir de então, ele começa a traçar sua história com plena consciência do que faz. E só daí em diante as causas sociais postas em ação por ele começam a produzir predominantemente, e cada vez em maior medida, os efeitos desejados.



Kant

É o salto da humanidade do reino da necessidade para o reino da liberdade." (8)

A evolução da humanidade em direção ao reino da liberdade não se interrompeu neste final de século. Em suas conferências sobre a história, E.H. Carr faz uma reflexão no sentido de que a história da humanidade vem sempre avançando, mas observa que ninguém, em sua consciência, jamais acreditou num tipo de progresso que avançasse numa linha reta contínua, sem reveses ou desvios. E diz: "Há, nitidamente, períodos de regressão e períodos de progresso." (9)

Este final de século poderia ser descrito, nesta linha de raciocínio, como um período de regressão, de desvio, que não deve, porém, nos levar a perder o rumo do horizonte histórico da humanidade. ■

LUÍS MARCOS GOMES - economista e jornalista, foi editor de economia dos seminários "Opinião" e "Movimento" e membro do Conselho Federal de Economia no período 1987-89.

NOTAS

- (1) O artigo de Fukuyama, com o título *The end of history?*, apareceu em 1989, na revista norte-americana *The National Interest*. Em 1992, Fukuyama lançou o livro *The end of history and the last man*, editado no Brasil com o título *O fim da história e o último homem*, Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1992.
- (2) Todas as citações de Fukuyama se referem ao livro acima referido.
- (3) Perry Anderson, *O fim da história - De Hegel a Fukuyama*, trad. de Álvaro Cabral, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992.
- (4) Dados tirados da revista *Business Week International*, 18/05/92. Nos Estados Unidos, as famílias (com 4 pessoas) com renda média anual inferior a US\$ 13,359 são consideradas no nível de pobreza. A renda média de uma família é de cerca de US\$ 29,943 anuais.
- (5) Arturo Guillén Romo, *La recesion de la economia estadounidense: crisis estructural y diflacion*, Iparides-Análise Conjuntural, Curitiba, set/out de 1991.
- (6) Perry Anderson, op. cit.
- (7) K. Marx, *El Capital*, libro I, capítulo VI (inédito), trad. y notas de Pedro Scaron, Buenos Aires, 1974. Siglo Veintiuno Argentina Editores.
- (8) F. Engels, *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, São Paulo, Global Editora, 10ª ed., 1989.
- (9) E.H. Carr, *Que é história?*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 6ª ed., 1991.

Os pobres colocam o mundo em perigo?

(Final)

JOSÉ CARLOS RUY

O capitalismo passou a adotar uma política populacional baseada na "filosofia da triagem", tática militar que, nas dificuldades da guerra, manda abandonar os fracos e feridos

Muitos ambientalistas e conservadores temem que os recursos da Terra sejam insuficientes para sustentar uma população maior que a atual. Dizem que o planeta já chegou ao seu limite, e que se a população continuar crescendo de maneira "explosiva", faltará comida, energia, água. O ar será contaminado por emissões poluentes, a temperatura da Terra se elevará, as geleiras polares se derreterão elevando o nível dos mares, provocando inundações catastróficas para as populações litorâneas. Dizem que a pobreza polui, e que a limitação no crescimento das populações pobres terá o efeito de, pelo menos, evitar que os problemas atuais se ampliem.

O Fundo Mundial para a População, da ONU, que prevê uma população mundial de uns prováveis 10 bilhões de seres humanos no ano 2050, afirma que esse cenário dantesco se completará com ameaças ao desenvolvimento econômico e à própria democracia.

A fragilidade científica desses argumentos decorre de duas idéias principais. A primeira, como já vimos no artigo anterior, é a de que os recursos naturais da Terra serão insuficientes para atender às necessidades de uma população maior do que a atual. A segunda é a crença de que o desenvolvimento das atuais nações pobres poderá repetir o das nações ricas, e que o destino do capitalismo é espalhar pelo planeta o mesmo padrão de desenvolvimento dos atuais países ricos com níveis semelhantes de consumo perdulário e esbanjador. Assim, os ideólogos e os cientistas ligados ao capitalismo pensam que o chamado subdesenvolvimento é uma etapa necessária no rumo do desenvolvimento econômico. O desenvolvimento dos países pobres é encarado como a transição para o tipo

moderno ou urbano industrial idealizado a partir das sociedades industriais ditas desenvolvidas, do ocidente.

Nesse sentido, o desenvolvimento das nações chamadas subdesenvolvidas é apreendido como mera difusão ou continuação da revolução industrial iniciada nos fins do século XVIII na Europa Ocidental e nos EUA.

Os teóricos da burguesia são - conscientemente ou não - incapazes de pensar formas de organização da produção material, da vida social e da distribuição das riquezas diferentes daquela que existe sob o modo de produção capitalista. Além da apologia do capitalismo, o terrorismo ecológico dos neomalthusianos esconde motivos geopolíticos e denuncia o medo que as elites dominantes dos países ricos - e também das nações do chamado Terceiro Mundo - têm das massas empobrecidas da África, Ásia e América Latina.



São "necessidades da vida moderna" a massa de bugigangas oferecidas nos shopping centers

Contra esses argumentos, deve-se levar em conta que - como a própria produção material - as formas de distribuição das riquezas e os níveis de consumo também são condicionados historicamente pelas necessidades objetivas dos modos de produção em que ocorrem, pela capacidade que a produção social tem de, simultaneamente, atender às necessidades vitais mínimas de suas populações e acumular reservas que permitam a reprodução da produção material e sua

expansão. Assim, os atuais níveis de consumo dos países ricos - que, é preciso enfatizar, mesmo nesses países, não são iguais para toda a população, deixando muita gente de fora - são condicionados pelas necessidades de acumulação, reprodução e desenvolvimento ampliado do sistema capitalista, imperativos que geram as chamadas *necessidades da vida moderna*, traduzidas na imensa quantidade de bugigangas oferecidas nestes tempos do supérfluo que são os supermercados e os *shopping centers*.

Muitos ambientalistas e conservadores defendem a tese do desenvolvimento auto-sustentado que, juntamente com o controle demográfico, poderá - dizem - solucionar os problemas ambientais gerados pela pobreza. Embora não haja consenso sobre o que seja essa idéia, há uma forte suspeita de que seja apenas mais um artifício - dos muitos que o colonialismo e o imperialismo já criaram - para manter intocável a atual divisão do trabalho do mundo, com os atuais países industrializados dominando a economia e os mercados mundiais. Seu resultado poderá eternizar a posição subordinada e dependente dos povos e nações da África, Ásia e América Latina, levando - mais uma vez - à manutenção da situação internacional extremamente injusta e desigual, onde os 20% mais ricos da Terra detêm 83% do PIB mundial, enquanto os 20% mais pobres têm apenas 1,4%. Uma situação internacional que rouba aos povos pobres anualmente cerca de 500 bilhões de dólares através do comércio mundial dominado pelo imperialismo.

Concentração de riqueza num polo e generalização da pobreza em outro - esta é a marca que o capitalismo traz desde suas origens, tendência confirmada por seu desenvolvimento mais recente. Por isso, a indiana Vandana Shiva tem razão ao denunciar a discussão isolada dos índices de crescimento demográfico do Terceiro Mundo como uma questão falsa, que não considera o consumo desigual de recursos entre as regiões, nem a distribuição geográfica heterogênea da população. Ela acusa o imperialismo de praticar uma política populacional baseada numa *filosofia da triagem*, tática militar de tempos de guerra que manda abandonar os fracos e feridos para que os fortes sobrevivam, explica ela, lembrando que os 20% da população mundial consomem 80% dos recursos.

Pesquisadores do Instituto Indira Gandhi de Pesquisa para o Desenvolvimento, da Índia, reforçam a denúncia da falsidade das teses neomalthusianas segundo as quais a pobreza é a pior poluição e a superpopulação ameaça os recursos do planeta. A poluição, mostraram, resulta na verdade do consumo perdulário dos ricos, baseado no desperdício e na dissipação. Eles dizem que se a Índia dobrar sua população até o ano 2000, sem alterar sua renda per capita e seus atuais padrões de consumo, as emissões de carbono cresceriam duas vezes. Mas se mantiver sua população atual, e apenas dobrar sua renda, as emissões aumentariam 2,2 vezes. Um habitante de qualquer país in-

dustrializado, dizem eles, consome de três a oito vezes mais recursos naturais do que alguém que viva em uma nação pobre. Em alguns itens específicos, como automóveis e produtos químicos, o consumo per capita dos ricos chega a ser 20 vezes maior!

Em seu ensaio sobre a população, Malthus escreveu que "os pobres são, eles próprios, a causa de sua própria pobreza", uma tese repetida até hoje. Registrou também o vaticínio terrível de que "todo homem que nasce num mundo já ocupado não tem o direito de reclamar parcela alguma de alimento. No grande banquete da natureza não há lugar para ele. A natureza intima-o a sair, e não tarda a executar essa intimação".



Os pobres colocam em risco a estabilidade baseada na rapina em todo o mundo

Opinião semelhante guia os neomalthusianos modernos, que temem a necessidade de compartilhar seu *banquete* com os pobres do mundo. A história da população, contudo, está intimamente ligada não à produção da pobreza, através da reprodução humana, mas sim à produção da riqueza pelo emprego da força produtiva dos homens, e da forma como essa riqueza é distribuída. Ora, tratando-se de homens, não se pode falar em *banquete da natureza*, mas sim na divisão do produto do trabalho humano coletivo, que resulta do intercâmbio dos homens com a natureza, do domínio das forças naturais, e principalmente das relações de produção que os homens estabelecem entre si, relações que, nas sociedades divididas em classes, são baseadas na dominação dos produtores diretos por uma minoria que se apropria dos frutos dessa empresa produtiva comum. E, da mesma forma como a produção material, a distribuição e o usufruto das riquezas produzidas pelo trabalho são condicionados historicamente pelas necessidades dos modos de produção. Nesse sentido, muitos demógrafos modernos combatem, contra os neomalthusianos, a tese que associa pobreza e crescimento da população. George Martine e José Alberto M. de Carvalho, por exemplo, reiteram que "o bem-estar da população é condicionado, sobretudo, pelo estilo de desenvolvimento adotado e não por taxas de crescimento demográfico". Eles dizem que o problema dos neomalthusianos é acreditar "que a multiplicação dos pobres dá origem à multiplicação da pobreza", visão com a qual "é impossível entender a situação do Brasil, onde o crescimento demográfico diminuiu, a produção de alimentos aumentou, mas a miséria não desapareceu". Neide Lopes Patarra, por sua vez, diz que a aritmética neomalthusiana não pode mais "justificar a falência



da busca da sociedade do bem-estar, nem o acirramento dos contrastes sociais chocantes e de carências crescentes”.

Fala-se que as populações pobres podem colocar em risco a estabilidade do mundo e a democracia. Mas o que elas colocam em risco é a estabilidade baseada na miséria da maioria e na exploração dos trabalhadores de todos os continentes, estabilidade que só se mantém pela força das armas! A guerra contra o Iraque, as lutas dos povos da América Latina e do Oriente Médio, o martírio de populações africanas e latino-americanas, a profunda miséria de povos da Ásia mostram que essa estabilidade só interessa aos poderosos do mundo, e que a superação radical dessa *estabilidade da miséria* por uma convivência mais justa é condição essencial para o progresso de *todos* os homens.

Em 1991, o economista paquistanês Ul Haq, um alto funcionário da ONU, chamou a atenção para os riscos do desequilíbrio brutal na distribuição das riquezas no mundo, alertando que “as coisas vão se agravar”. Em duas gerações, dizia então, 93% da população estará no Terceiro Mundo e, se o desespero dos desprotegidos não for aliviado, virá “um caos social de proporções mundiais”. Os miseráveis do chamado Terceiro Mundo “viajarão para o mundo desenvolvido”, provocando superpopulação e queda na qualidade de vida. Temor semelhante figura também na edição de 1992 desse relatório, onde se diz que “a pobreza não precisa de passaporte para cruzar fronteiras internacionais, na forma de migração, de degradação do meio ambiente, de doenças e de instabilidade política”.

Apesar da propaganda neomalthusiana contrária, o tamanho relativo das populações continua sendo um importante fator de poder não só das nações, mas para a estabilidade do mundo capitalista. As populações dos países ricos, hoje, crescem cada vez mais lentamente. No período de crescimento de suas economias, quando sua industrialização exigia mais e mais braços disponíveis para o trabalho nas fábricas, na lavoura e no comércio, o aumento de suas populações era encarado como fator de poder nacional.



O capitalista trata a força de trabalho como um dos insumos usados na produção

Hoje, mesmo com preconceitos antinatalistas tão fortes, a diminuição da taxa de crescimento demográfico provoca preocupações num país como a França, por exemplo, onde a taxa de fertilidade foi de 1,4% em 1989 - uma taxa muito baixa, que nem sequer repõe a geração atual. Hervé Le Bras, diretor do Instituto Nacional de Estudos Demográficos da França, escreveu em 1985 que o desenvolvimento das taxas de fecundidade despertava entre os franceses o mesmo interesse que a evolução do índice de preços. Afinal, sua população começa a parar de crescer e isso provoca - em alguns setores - inquietação e traz à lembrança antigos fantasmas, diz o jornal *Le Monde*. O historiador conservador francês Pierre Chaunu, numa entrevista de 1984, dizia temer pela sobrevivên-

cia da civilização européia, se taxas tão baixas de crescimento populacional se mantiverem. Um matemático francês, citado por Chaunu, diz que se a tendência européia atual, de taxa de fecundidade inferior a um filho por mulher adulta, se mantiver e se generalizar na Europa, os 64 milhões de alemães ocidentais (que formavam a maior população da Europa Ocidental naquele ano) teriam, no ano 2278 (isto é, em três séculos) apenas 6.400 descendentes!

No Brasil, setores da elite e do governo já encararam uma população grande como elemento indispensável para a segurança e poderia do país. Um documento da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, de 1967, considerava *impatriótica* a defesa do controle da natalidade. Na III Conferência Mundial sobre População, de 1974, o representante brasileiro, embaixador Manuel Osório de Almeida, manifestou opinião semelhante, dizendo que o Brasil manteria sua política de aumento demográfico para poder desenvolver o interior, e repudiou a tese de que o aumento da população poderia esgotar os recursos da Terra. E defendeu, claramente, a vinculação entre o poderio nacional e o tamanho da população: "O poder, seja ele político, econômico ou militar, tem como um de seus ingredientes necessários, embora não suficiente, uma grande população. (...) Não há grande potência sem grande população". Mas o sonho de um *Brasil Grande* acabou, e a elite brasileira parece, hoje, aceitar a política populacional imposta pelo imperialismo.

Essa política populacional decorre de necessidades objetivas para a manutenção da atual situação no mundo. As leis de população são condicionadas historicamente. Isto é, cada época histórica tem *sua própria* superpopulação, que é gerada pelas contradições próprias de cada modo de produção, e o capitalismo não é exceção.

Sob o domínio do capital, a força de trabalho é apenas um dos fatores da produção, da mesma forma que as máquinas, equipamentos e matérias-primas. O trabalhador e o capitalista consideram de forma diversa a natureza da força de trabalho. Para o trabalhador, ela é condição para sua sobrevivência, para seu bem-estar, para a manutenção de si próprio e de sua família; o capitalista, ao contrário, vê a força de trabalho como um dos insumos usados na produção material: como mercadoria. Mercadoria que, segundo Marx, sob o capitalismo, só pode entrar em ação quando o trabalho necessário (com o qual o operário produz o equivalente a seus próprios meios de existência e reprodução) e seu trabalho excedente (aquele que, não pago, gera a mais valia) "é condição para que se valorize o capital".

Marx diz que, sob o capitalismo, a superpopulação depende do capital, dos meios de trabalho, de emprego e não dos meios de subsistência. A população excedente, gerada pela dinâmica do capitalismo, aparece na verdade como trabalho necessário excedente,

desnecessário na medida em que seu aproveitamento não é condição para a valorização do capital.

No período inicial do desenvolvimento capitalista, a composição orgânica do capital, isto é, a equação entre matérias-primas + máquinas e equipamentos (o capital constante) e os salários - o emprego da força de trabalho (o capital variável) - era relativamente equilibrada no investimento necessário para a produção, permitindo grande emprego de mão-de-obra. Porém, para se desenvolver, crescer, acelerar a acumulação, o capital precisa necessariamente aumentar a produtividade do trabalho, ou seja, aumentar a capacidade produtiva de cada um dos trabalhadores, diminuindo seu trabalho necessário e aumentando seu trabalho excedente (ou sobretrabalho). Para isso, o capitalismo aplica na produção, cada vez mais máquinas e equipamentos mais sofisticados.



Dinâmica populacional típica do capitalismo é regida pelas leis de ferro do mercado

A união da ciência com a indústria, sob o capitalismo, é consequência dessa busca de produtividade cada vez mais alta, e cobra seu preço. A composição orgânica do capital se desequilibra, em termos relativos, e a parcela do capital constante é cada vez maior nos investimentos, enquanto a parte do capital variável decai. Assim, a tendência do capitalismo desenvolvido a empregar instrumentos de produção cada vez mais sofisticados - e caros - leva à economia de mão-de-obra, para o capitalista, e ao desemprego, para os operários.

A pobreza e o desemprego, a superpopulação, são assim gerados, sob o capitalismo, pelo próprio desenvolvimento da força produtiva. "A invenção de trabalhadores excedentes, isto é, de homens privados de propriedade e que trabalham, é própria da época do capital", diz Marx, para quem a superpopulação é determinada da mesma forma que a população adequada: "superpopulação e população tomadas em conjunto são a população que determinada base de produção pode gerar".

Além disso, para o capitalismo, é indispensável a existência de uma massa suplementar de trabalhadores sem empregos, cuja mera existência faz com que as chamadas *leis de mercado* regulem a oferta de força de trabalho, mantendo seu preço em níveis aceitáveis para a produção capitalista. Ao poupar o uso de mão-de-obra, a alteração da composição orgânica do capital ajuda a criar e conservar este *exército industrial de reserva* requerido pela produção capitalista.

Essa é a dinâmica populacional típica do capitalismo. Essas condições mostram que, quanto mais desenvolvidos são os meios técnicos da produção, quan-



to mais íntima é a associação entre ciência e indústria, maior é o pesadelo para os trabalhadores. A contrapartida da valorização do trabalho de um punhado de *operários científicos* (como se poderia chamar os técnicos de alto nível e os engenheiros exigidos para a operação dos equipamentos cada vez mais sofisticados) é o reforço da alienação, a desvalorização - e muitas vezes desmoralização - do trabalho da grande maioria dos operários menos qualificados. Isto para os que têm a sorte de estarem empregados; para os demais, esse pesadelo se traduz na dificuldade crescente de encontrar trabalho, levando-os a formas cada vez mais degradadas de subemprego.

Este é o quadro que progressivamente se apresenta mais nítido no capitalismo desenvolvido, de uma evolução que distorce e degenera a associação entre ciência e produção material, torna ameaçadores os ganhos de produtividade cada vez mais assombrosos que resultam do progresso no domínio do homem sobre a natureza. Isso resulta da natureza do capitalismo, onde a apropriação privada das riquezas produzidas pelos trabalhadores e o império da acumulação impedem que os ganhos de produtividade obtidos pela sociedade sejam compartilhados socialmente, beneficiando a todos os homens. Contudo, a mesma base técnica que, sob o capitalismo gera desemprego, miséria, alienação - e uma população excedente que parece não parar de crescer - poderia levar ao emprego de mais gente, exigindo uma contribuição menor de cada um em termos de tempo de trabalho, permitindo que - livres das pesadas obrigações da sobrevivência - todos os homens pudessem dedicar-se ao desenvolvimento de suas potencialidades individuais e

humanas, como Marx já percebia em sua época. Referindo-se à Inglaterra, ele escreveu que "seus meios de *poupar* trabalho são colossais. Ainda assim, se amanhã o trabalho fosse limitado por uma medida racional, sendo adequadamente escalonado, conforme idade e sexo, para as diferentes camadas da classe trabalhadora, então a população trabalhadora disponível seria absolutamente insuficiente para levar avante a produção nacional em sua atual escala. A grande maioria dos trabalhadores ora *improdutivos* teria de ser transformada em *produtivos*".

Mas como não estamos sob o socialismo, e sim nas condições de produção do capitalismo, o desenvolvimento da força produtiva do trabalho se volta contra o próprio trabalhador. Assim, baseado em Marx, Fernando Henrique Cardoso escreveu em 1970 (quando ainda parecia levar o marxismo em conta) que as variações da população e a formação de uma superpopulação relativa se subordinam "à dinâmica da acumulação, que provoca mudanças periódicas ou reparte, simultaneamente, o capital em distintas órbitas de produção: 1) às vezes, a acumulação se dá por simples concentração, sem afetar a composição do capital, nem, portanto, o emprego; 2) outras vezes o aumento do capital vai unido à diminuição absoluta do capital variável ou da força de trabalho absorvida por ele; 3) em outras, ainda, o capital cresce sobre a mesma base técnica anterior, ocupando força de trabalho sobrando, em proporção ao seu crescimento; 4) por fim, pode ainda existir uma mudança na composição orgânica, que faz com que o capital variável se contraia. Apesar dessas variações - que, repito, nada tem a ver com o tamanho da população - a tendên-



cia para Marx era nítida: quanto mais *maduro* o capitalismo, mais repulsão de trabalhadores”.

**Não a terra, mas o
capitalismo
é que esgota sua
capacidade
de receber gente**



O capitalismo parece cada vez mais aceleradamente esbarrar em seus limites. As tendências do capitalismo mais avançado, o capitalismo de nossos dias, parecem mostrar isso. A aplicação da alta tecnologia à produção industrial torna os trabalhadores diretos cada vez mais supérfluos e impele grandes massas ao desemprego, ao subemprego ou ao trabalho improdutivo. Ao mesmo tempo, concentra riquezas nas mãos dos privilegiados que ocupam o topo da estrutura social, alargando o fosso entre os poucos que têm muito, e a enorme massa cada vez mais carente de bens elementares para uma sobrevivência digna - para não dizer as multidões dos países pobres, obrigadas a vegetar na miséria e na ignorância.

O capitalismo é incapaz de atender às necessidades do conjunto dos trabalhadores; não pode sequer fornecer-lhes a possibilidade de empregar sua força produtiva para obter os meios necessários à vida. Os neomalthusianos, conservadores e ambientalistas, os ideólogos do capitalismo confessam inconscientemen-

te essa impotência quando clamam pela necessidade de contenção do crescimento das populações pobres. Nesse sentido, os cientistas da Academia Nacional de Ciências, dos EUA, e da Royal Society, de Londres, duvidam que a ciência possa enfrentar os problemas que o crescimento da população poderá provocar. Em declaração conjunta eles afirmaram que se a população mundial “continuar crescendo e a atividade humana no Planeta não se modificar, a ciência e a tecnologia não poderão impedir uma degradação irresistível do meio ambiente e o empobrecimento da maior parte da Terra”.

Em parte eles têm razão. Suas limitações ideológicas impediram-lhes completar o diagnóstico. Não é a Terra que está esgotando sua capacidade de receber mais gente; é o sistema capitalista que cada vez mais não dá conta de suprir nem em níveis mínimos as necessidades das populações por ele dominadas, e faz sobrar cada vez mais gente. Deter o crescimento da população torna-se então essencial para a segurança e manutenção do capitalismo. Seus ideólogos e propagandistas precisam, a todo custo, evitar que as massas pobres se multipliquem, pressionem por trabalho e meios de vida e coloquem, assim, em risco o já precário equilíbrio mundial desse modo de produção ultrapassado, injusto e incapaz de abrir novos horizontes para o crescimento dos homens.

BIBLIOGRAFIA

- BELL, John Fred, *História do Pensamento Econômico*, RJ, Ed. Zahar, 1976.
- BROWN, Lester (org.), *Qualidade de vida - Salve o Planeta*, SP, Ed. Globo, 1990, 1991 e 1992.
- CARDOSO, Fernando Henrique. "Comentário sobre os Conceitos de Superpopulação relativa e Marginalidade", in *O modelo político brasileiro*, SP, Difel, 1977.
- CARVALHO, José Alberto Magno, e MARTINE, George. "Retrato de um Brasil infecundo", *Jornal da Tarde*, 6.5.1989 (versão condensada da comunicação apresentada ao Seminário Brasil Século XXI, Unicamp, outubro/1988).
- Centro de Documentação de Honduras, "A fome não é um mito", in *Quinzena*, publicação do Centro Pastoral Vergueiro, 1.12.1991.
- Ciência Hoje*, maio de 1992.
- Comissão Sul, *O Desafio ao Sul - Relatório da Comissão Sul*, Porto, Ed. Afrontamento, 1991.
- Conjuntura Econômica*, maio de 1991.
- CONTAG/CPT/CIMI/CNBB/ABRA/IBASE, *Campanha Nacional pela Reforma Agrária*, RJ, Ed. Codecri, 1983.
- Folha de S. Paulo*, 12.5.1991; 2.6.1992; 12.6.1992.
- Gazeta Mercantil*, 28.8.1991; 29.5.1992.
- IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil*, 1989, Fundação IBGE, RJ, 1989.
- Internacional Herald Tribune*, 13.6.1991.
- IstoÉ/Senhor*, 15.1.1992.
- Jornal da Tarde*, 6.6.1992.
- Jornal do Brasil*, 2.8.1975; 23.5.1991.
- L'Express*, 3.7.1992.
- Le Monde*, 23.5.1990.
- LORENA, Carlos, e OLIVEIRA JR, Paulo H., "A Força dos Pequenos", in *Retrato do Brasil*, SP, Política Editora, 1984.
- MALTHUS, Thomas Robert: *Economia*, coletânea organizada por Tamás Szmrecsanyi, SP, Ed. Ática, 1982.
- MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse), 1857-1858*, vol. 2, México, Siglo Veintiuno Ed., DF, 1978.
- MARX, Karl, *História crítica de la teoría de la plusvalía*, Buenos Aires, Ed. Brumário, 1974.
- MARX, Karl, *O Capital*, Livro 1, Abril Cultural, SP, 1984.
- Movimento*, n.º 47, 24.5.1976.
- Núcleo de Análise de Conjuntura 13 de Maio (NEP), "Brasil: terra estupidada, terra desempregada", in *Quinzena*, Centro Pastoral Vergueiro, 1.12.1991.
- O Estado de S. Paulo*, 10.2.1992; 24.4.1992; 10.6.1992; 14.6.1992; 2.6.1992; 5.6.1992; 8.6.1992.
- O Globo*, 26.6.1992; 3.7.1992; 9.6.1992.
- PATARRA, Neide Lopes, "Rumo a um novo perfil demográfico", in *Revista São Paulo em Perspectiva*, 2 (4), out/dez, 1988.
- Retrato do Brasil*, vol. 1 (Cap. "Controle na pobreza") e vol. 3 (Cap. "População e subdesenvolvimento"), Política Editorial, SP, 1984.
- SILVA, Nelson do Valle, "O potencial de crescimento da população brasileira", *Ciência Hoje*, n.º 1, jul/ago, 1982.
- SOUZA, Guaraci Adeodato A. de, "Crescimento populacional e transição da fertilidade em países subdesenvolvidos", in *Cadernos do CEAS*, n.º 34, nov/dez, 1974.
- The Economist*, 20.1.1990.
- Time*, 1.6.1992.
- TREWARTHA, Glenn T., *Geografia da população - padrão mundial* (Contém uma história da população desde a pré-história), SP, Ed. Atlas, 1974.
- United Nations, *Global Outlook 2000, an economic, social and environmental perspective*, United Nations Publications, 1990.
- Veja*, 11.7.1984; 22.1.1992.
- VV.AA. *Crítica de las concepciones no marxistas de la enseñanza de la economía política*, Moscou, Ed. Progreso, 1984.

A opinião de Marx

Vale a pena ver mais de perto o que Marx pensa a respeito: "Como a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital global, mas por seu valor variável, ela caiu progressivamente com o crescimento do capital global ao invés de, como antes se pressupôs, crescer de modo proporcional a ele".

"Esse decréscimo relativo de sua composição variável, acelerado pelo crescimento do capital global, e que é mais acelerado que seu próprio crescimento, aparece, por outro lado, inversamente, como crescimento absoluto da população trabalhadora sempre mais rápido do que o capital variável ou seus meios de ocupação. No entanto, a acumulação capitalista produz constantemente - e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões - uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária ao menos no que concerne às necessidades de aproveitamento pelo capital."

"Em todas as esferas, o crescimento da parte variável do capital, e portanto do número dos trabalhadores ocupados, está sempre ligado a fortes flutuações e a produção transitória de superpopulação, quer assuma esta agora a forma mais notável de repulsão de trabalhadores já ocupados, quer a menos aparente mas não menos efetiva de absorção dificultada da população trabalhadora adicional pelos canais costumeiros. Com a acumulação do capital produzido por ele mesmo, a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa. Essa é uma lei

populacional peculiar ao modo de produção capitalista". Ironicamente, a dinâmica do capitalismo parece ver razão na afirmação de que os pobres são responsáveis por sua própria pobreza: é o desenvolvimento da força produtiva dos trabalhadores que cria as condições que os tornam cada vez mais supérfluos no processo de produção. "Se uma população trabalhadora é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital, de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional", dando à exploração capitalista a "liberdade de ação" que o mero crescimento natural da população não oferece. A existência de um exército industrial de reserva permite ao capital superar essa barreira natural. Além disso, "a condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social." (*O Capital*, Livro Primeiro, Cap. XXIII, seção 3: "Produção progressiva de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva").

Ilusões na sociedade pós-industrial

AGENOR SILVA

O marxismo foi superado pela sociedade pós-industrial?

Pode-se defender Marx negando a lei do valor e a luta de classes? É o que esse artigo discute

•34•

Continua válida a tese marxista da necessidade da classe operária lutar contra o capitalismo e pelo socialismo? Teria o eixo do desenvolvimento social se deslocado para a luta estritamente pelos direitos sociais, pelo direito à cidadania, pela democratização do poder, etc? Em uma palavra, teria alguma perspectiva o movimento socialista diante de uma suposta mudança de essência no modo de produção capitalista?

Nas últimas duas décadas, têm vindo à luz diversos pontos de vista que consideram que a evolução social é comandada pelos processos de desenvolvimento tecnológico, os quais teriam chegado a tal estágio que teriam derrubado a base da teoria econômica marxista, a teoria do valor-trabalho.

A economia burguesa procura esconder o caráter transitório do capitalismo



Para o marxismo, no capitalismo, o processo produtivo domina o homem já que o objetivo da produção é a autovalorização do capital; o capital, para se autovalorizar, suga trabalho não pago à classe operária constituindo-se a base objetiva de dominação de classe. Por outro lado, de acordo com as concepções "pós-industrialistas", o conhecimento e a informação passaram a ser os principais recursos econômicos da atualidade, substituindo o trabalho assalariado no sentido clássico. Como o trabalho é cada vez mais qualificado, exigindo maior nível de conhecimen-

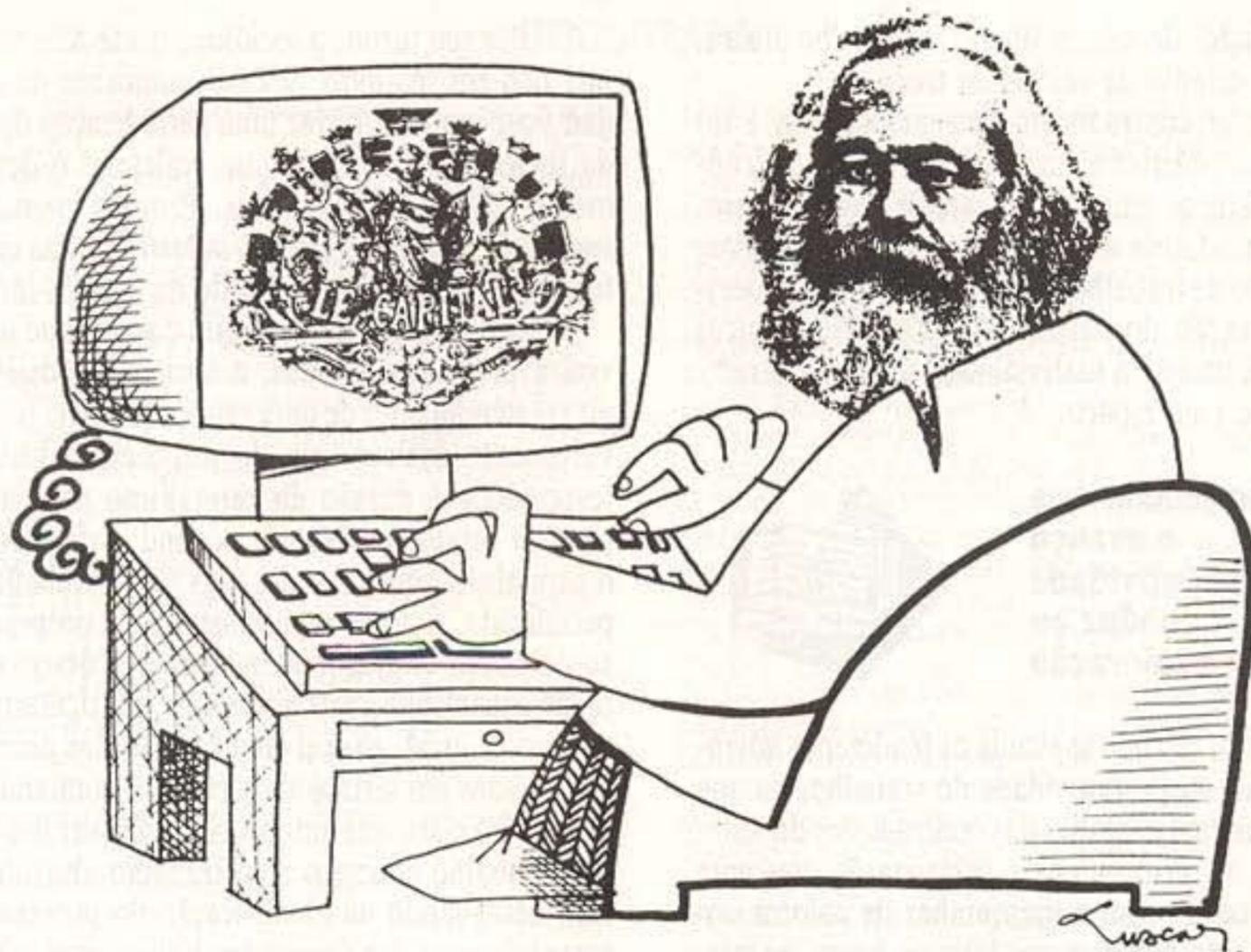
to, os proletários estariam passando por um processo de aburguesamento.

Segundo tal tipo de opinião, a luta da classe operária e demais trabalhadores contra a burguesia e pelo socialismo não teria mais sentido. Seria um anacronismo que a derrocada do socialismo soviético e do Leste Europeu enterrou para sempre. Como exemplo desta pregação, pode-se citar o professor norte-americano Peter Drucker, conhecido apologista da sociedade pós-industrial, quando ressalta que:

"...até o início do século, (...) os grandes homens de negócios (...) eram de fato os capitalistas de Marx, aqueles que controlavam os meios de produção. Hoje a riqueza total das mil pessoas mais ricas dos Estados Unidos mal daria para cobrir as necessidades de capital de algum grande setor da economia industrial americana por poucos meses. Os próprios empregados, através de seus fundos de pensão, é que são hoje os capitalistas". (1)

A base para esta conclusão sobre o desenvolvimento atual estaria no avanço da produtividade do trabalho que teria derrubado a lei do valor de Marx e, conseqüentemente, a teoria da exploração capitalista. No mesmo trabalho acima citado, comentando os avanços de produtividade advindos do taylorismo, Peter Drucker sentencia que:

"Sem Taylor (...) os operários teriam se tornado os proletários explorados de Marx. Ao invés porém, quanto maior era o número de operários nas fábricas, mais eles se tornavam 'classe média' e 'burgueses' em termos de renda e de padrão de vida. E mais eles se tornavam conservadores - e não revolucionários como previra Marx - em seus estilos de vida e em seus valores." (2)



O “mérito” deste tipo de combate à teoria marxista, diferentemente da chamada economia vulgar, reside no fato de procurar contra-argumentar a essência metodológica da economia marxista, a teoria do valor.

Marx, para descobrir a lei do desenvolvimento social no capitalismo investigou a troca mercantil como elo universal de ligação dos fenômenos econômicos do capitalismo. Partiu das teorias dos economistas clássicos, especialmente Adam Smith e David Ricardo. Corrigiu os economistas clássicos em suas teorias do valor trabalho através da descoberta do duplo caráter do trabalho objetivado nas mercadorias. Pôde, com isto, passar das aparências dos fenômenos econômicos para sua essência. Descobriu que a mercadoria é uma unidade de contrários entre valor de uso (determinado pelo trabalho concreto) e valor de troca (determinado pela quantidade de trabalho abstrato); observou que cada trabalho é ao mesmo tempo um trabalho concreto, realizado de forma específica e, ao mesmo tempo, é uma parte alíquota do trabalho de toda a sociedade: trabalho humano em geral, independente de sua forma concreta.

Desta forma, Marx pôde realizar um estudo científico das relações que os homens mantêm no processo produtivo; investigar as relações de produção, e sua relação dialética com o desenvolvimento das forças produtivas.

É comum as diversas correntes econômicas burguesas, e mesmo algumas ditas marxistas, não compreenderem a dualidade do trabalho na produção mercantil capitalista e, conseqüentemente, confundirem o processo de trabalho (criação de valores de uso) com o processo de valorização do capital (criação e manu-

tenção de valores de troca tendo como objetivo o lucro, a exploração de trabalho alheio).

A economia burguesa procura de todos os meios fugir da realidade objetiva do capitalismo para não enfrentar a questão da transitoriedade deste modo de produção. Esconde a contradição entre o caráter social do trabalho e o caráter privado da apropriação, ou dito de outra forma, a contradição entre o caráter cada vez mais social das forças produtivas e as relações capitalistas de produção, baseadas na propriedade privada sobre os meios de produção. Entender o capitalismo como um modo de produção contraditório exige o estudo do duplo caráter do trabalho.

De fato, Marx em carta dirigida a Engels em 24 de agosto de 1867, logo após terminado o livro I d’O Capital alertava que:

“O melhor de meu livro: 1) o duplo caráter do trabalho, sublinhado já no primeiro capítulo, segundo se expressa em valor de uso e em valor de troca (sobre isto repousa toda a compreensão dos fatos); 2) a investigação da mais valia independentemente de suas formas específicas: o lucro, o juro, a renda da terra, etc.”

Esclarecedora, do ponto de vista metodológico, é esta carta de Marx a Engels: a descoberta do duplo caráter do trabalho constitui-se na base fundamental da teoria econômica marxista. Representa a aplicação do método materialista dialético aos fenômenos econômicos.

Com isso, Marx pôde estudar a mais valia - teoria científica da exploração capitalista - independente de suas formas de manifestação. E pôde compreender as contradições deste modo de produção, já que este possui em suas bases a dualidade entre trabalho

concreto, criador de valores de uso, e trabalho abstrato ou social, criador de valores de troca.

O caráter contraditório das mercadorias e do trabalho nelas objetivado faz com que todos os fenômenos econômicos tenham um caráter contraditório. O processo produtivo se divide, de forma antagônica, entre processo de trabalho propriamente dito e processo de valorização do capital. As crises econômicas não são mais do que a materialização desta contradição no tempo e no espaço.

**Errôneo pensar que
o avanço
da produtividade
conduz ao
fim da exploração**



Portanto, quando se estuda os fenômenos advindos do avanço da produtividade do trabalho, há que se levar em conta a evolução das contradições do sistema. Há que se verificar que a socialização crescente do trabalho colide com a mesquinhez de colocar como o objetivo do processo produtivo o lucro, os interesses privados de uma pequeníssima parcela da população. Seria idealismo e um ponto de vista metafísico encarar o avanço da produtividade do trabalho como algo que linearmente conduziria à superação da exploração capitalista. É fugir da realidade concreta pensar que à medida que o trabalho vai se “automatizando”, o capitalismo, baseado na exploração do trabalho, vai se esvaindo.

A tese sobre a superação do capitalismo por conta do desenvolvimento das forças produtivas é totalmente contrária ao próprio “fio condutor” de toda a obra de Marx:

“O resultado geral a que cheguei (...) pode resumir-se assim: na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. (...) Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. (3)

É desta forma (a relação dialética entre as forças produtivas e as relações de produção a elas correspondentes) que Marx pôde periodizar a história da humanidade de acordo com o caráter das relações de produção que determinada época encerrava: comuna primitiva; escravismo; feudalismo; capitalismo e o futuro socialismo e comunismo.

Por seu turno, o sociólogo norte-americano Daniel Bell em seu livro “El Advenimiento de la Sociedad Post-industrial” faz uma periodização da história da sociedade tendo por base unilateral o desenvolvimento das forças produtivas. Procura apontar que a sociedade viveu uma era pré-industrial, uma era industrial e que estaríamos entrando na era pós-industrial.

Bell vende a idéia de que a sociedade industrial visa a produção de bens; a sociedade pós-industrial visa o atendimento de uma existência plena pelo desenvolvimento dos serviços. Assim, a era industrial corresponderia à missão do capitalismo com suas relações de produção. Na era pós-industrial não é mais o capitalista quem manda, mas sim o trabalhador especializado, rico em conhecimentos. A própria organização social estaria mudando com o desenvolvimento de organismo governamentais, particularmente os de caráter local, para o atendimento das necessidades das pessoas em termos de serviços e comodidades.

Fica claro que autores como Daniel Bell confundem trabalho concreto com trabalho abstrato ou social, desaguando na identificação do processo de desenvolvimento das forças produtivas com o processo de evolução social. Não vê, ou não quer admitir que a humanidade de tempos em tempos entra em um processo revolucionário, de radical transformação das relações de produção, e que isto sim representa uma mudança no modo de produção.

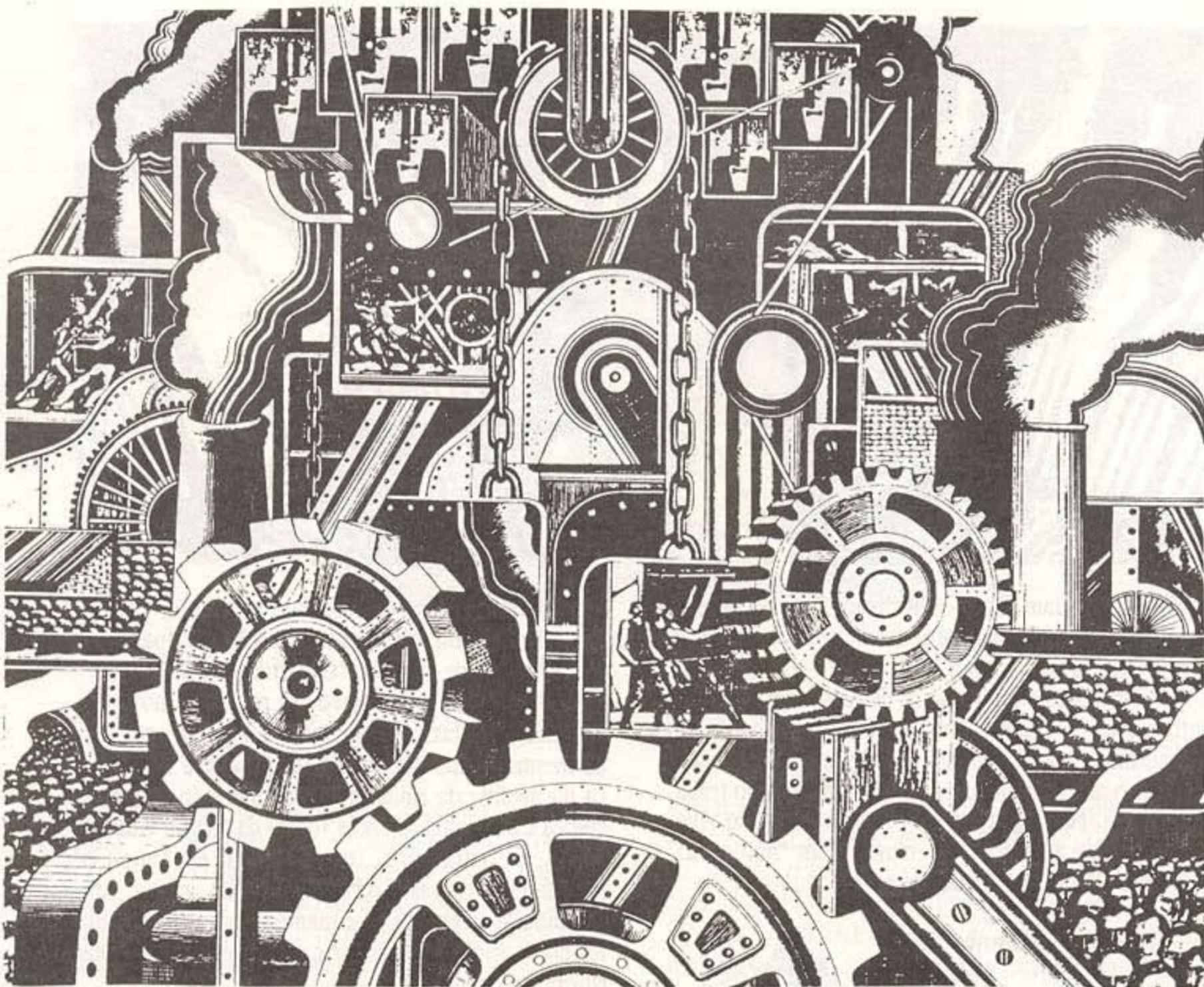
O texto de Marcos Dantas Loureiros - “Teria Marx Algo a Dizer sobre a Informatização da Sociedade” -, apresentado no XXIV Congresso de Informática, que me provocou a escrever o presente artigo, enfoca erroneamente a questão da seguinte forma:

“Vivemos numa sociedade de radicais transformações. Sobre isto, quase todos concordamos. Curiosamente, não concordarão alguns marxistas que insistirão na permanência do conflito capital-trabalho. As transformações são determinadas pelo progresso da informática e da microeletrônica, substituindo o homem no trabalho direto e tornando as atividades produtoras de informação e conhecimento as mais importantes econômica e socialmente falando.” (4)



**É inconsistente a
defesa do
marxismo sem levar
em conta
a luta de classes**

O trabalho acima citado percorre diversos autores como Norbert Wiener, Peter F. Drucker, Daniel Bell e Yoneji Masuda, os quais discutem a evolução das sociedades no que diz respeito à revolução técnico-científica, convergindo para a conclusão sobre o inexorável processo de substituição do trabalho humano, a colocação do conhecimento como principal recurso econômico. Segundo os autores estudados no



trabalho em questão, estaríamos vivendo uma era pós-industrial na qual o fundamento da teoria marxista sobre a exploração do trabalho alheio, tendo como base a propriedade privada sobre os meios de produção, não teria mais validade: “Numa economia baseada na informação, o valor é acrescentado não pelo trabalho, mas pelo conhecimento. A teoria marxista do valor, nascida no início da economia industrial, deve ser substituída por uma nova teoria do valor do conhecimento. Numa sociedade de informação, o valor é acrescentado pelo conhecimento, um tipo de trabalho diferente do que Marx tinha em mente.” (5)

A partir deste ponto, Marcos Dantas passa a “defender” as teses de Marx indicando que os avanços recentes da sociedade no sentido da informatização e as teses sobre o conseqüente definhamento do capitalismo estariam de acordo com Marx.

Tal tipo de “defesa” do marxismo é inconsistente na medida em que despreza a luta de classes como motor do desenvolvimento social. Despreza o fato de que, apesar das forças produtivas experimentarem colossais avanços na época do capitalismo, o sistema persiste baseado na propriedade privada sobre os meios de produção. O objetivo da produção continua sendo o lucro, a extração do trabalho não pago à classe operária. Não são os homens que podem escolher

os destinos da sociedade, mas sim os movimentos espontâneos e anárquicos do processo de valorização do capital em meio a uma base cada vez mais estreita de consumo.

Só a revolução social, proletária, pode por fim ao capitalismo e abrir caminho a uma sociedade de ordem superior, a passagem ao mundo da liberdade e do conhecimento. A perspectiva de uma sociedade mais avançada, de maior “tempo livre” para o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas só pode ser concretizada com a tomada do poder pelos operários e demais trabalhadores e a derrocada da propriedade privada sobre os meios de produção. Nos marcos do capitalismo, os avanços tecnológicos e da produtividade do trabalho implicam crescimento do desemprego e diminuição da base já estreita de consumo sobre a qual opera o sistema capitalista.

Ao questionar esta lei do desenvolvimento social com base na negação da lei do valor, o autor mostra não compreender a essência da teoria marxista do valor: o duplo caráter do trabalho objetivado nas mercadorias, como pode ser observado quando afirma que:

Para Marx, o trabalho é uma atividade física e intelectual do homem orientada a um fim: “atender a uma necessidade humana. E cria valor, como tam-



bém reconheciam Smith e Ricardo, porque permite transformar elementos naturais em objetos apropriados ao consumo humano”. (6)

“Na medida em que se desenvolvem as forças produtivas - e nelas os instrumentos de trabalho são substituídos por máquinas cada vez mais sofisticadas e poderosas - o homem vai sendo eliminado do trabalho direto. Na linguagem de Marx, o ‘trabalho vivo’ é substituído por ‘trabalho morto’, por ‘autômatas’ dotados de ‘órgãos mecânicos e intelectuais.’ ”

•38•

Desenvolvimento do capital coloca em pauta mudanças de cunho revolucionário



Para mostrar que “os teóricos da sociedade da informação, ou do conhecimento, parecem, algumas vezes, repetir *ipsis litteris* certos pensamentos de Marx”, o autor utiliza a seguinte citação dos Grundrisse de Marx:

“Mas a medida em que se desenvolve a grande indústria, a criação de riqueza efetiva se torna menos dependente do tempo de trabalho e do quantum de trabalho empregado que da potência dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder - powerful effectiveness - que não guarda nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas sim depende do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação da ciência à produção.”

Da citação acima, o autor conclui que Marx já “sabia que haveria de chegar um momento no qual não caberia mais aplicar a lei do valor à análise econômica e social”. Conclusão insuficiente já que omite a necessidade da revolução social para que o desenvolvimento das forças produtivas possam sair de suas amarras capitalistas, passar-se a distribuição segundo as necessidades e, aí sim, num mundo sem mercadorias, a lei do valor perde seu significado.

Para corrigir suas conclusões, o autor poderia ter utilizado uma outra citação de Marx, duas páginas à frente nos mesmos “Grundrisse” onde se lê:

“O capital é a contradição posta em movimento: tende a reduzir ao mínimo o tempo de trabalho, ao mesmo tempo que faz do tempo dele a fonte única da medida da riqueza(...) Por um lado, o capital coloca em marcha todas as forças da ciência e da natureza, de outra parte, trata de medir em tempo de trabalho as imensas forças sociais assim criadas, condenando-as, com isto, a se manterem dentro dos limites necessários para manter como valor o valor anteriormente criado.” (7)

Desta forma, Marcos Dantas concluiria que o capitalismo é uma contradição em permanente processo de acirramento exatamente por conta dos avanços na produtividade do trabalho. Por um lado, o desenvolvimento social apresenta um aspecto evolutivo: as transformações nas forças produtivas. Por outro, esta evolução nega o homem como ser social aumentando a necessidade e as potencialidades de mudanças revolucionárias nas relações de produção. ■

AGENOR SILVA JÚNIOR - Engenheiro Naval e Mestre em Economia.

BIBLIOGRAFIA

- (1) DRUCKER, Peter F. *As Novas Realidades*. São Paulo. Pioneira. 1991. p. 131.
- (2) Idem, p. 161.
- (3) MARX, K. “Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política” in *Textos*, vol. 3. São Paulo. Edições Sociais. p. 301.
- (4) LOUREIROS, Marcos Dantas. *Terá Marx Algo a Dizer Sobre a Informatização da Sociedade*. In *XXIV Congresso Nacional de Informática* - São Paulo, 1991 p. 3.
- (5) NAISBITT, John. *Megatendências*. São Paulo, Círculo do Livro, Abril, 1983 p.17. - Citado Por LOUREIROS. idem p. 17.
- (6) LOUREIROS, op. cit. p. 7.
- (7) MARX, K. “Grundrisse” in *Obras Fundamentais*, vol. 7, México, Fundo de Cultura Económica. 1985. p. 115.

As condições de transferência e difusão da ciência moderna *

ROSHDI RASHED

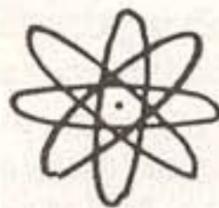
Seria o conhecimento moderno um produto ocidental que se espalhou para fora da Europa, sobre um vazio de ciência, através das missões, exércitos e comércio?

Há um século, teríamos confiado o problema que agora nos preocupa - a transferência da ciência europeia para além das fronteiras da Europa - aos antropólogos, e conforme o caso, aos orientistas, sem pensar em apelar aos historiadores das ciências. Mais recentemente, nos anos 50, os economistas, aqueles que se interessam pela célebre questão do desenvolvimento econômico, levantavam esta problemática, sem recorrer à história. Mas os próprios historiadores das ciências, mantiveram uma total indiferença face a esta questão, tão importante para esta disciplina. Quais seriam as razões dessa indiferença? Quais serviços prestam à História das Ciências o exame de uma problemática de nosso tempo? É possível falar da História da Ciência aplicada? Eu não seria capaz de responder a todas essas questões, mas tentarei elucidar algumas delas.

Ressaltamos, para começar, que, se nossa questão foi inicialmente remetida aos antropólogos e aos orientistas, é em razão de uma situação objetiva da ciência criada por ela mesma, de uma concepção então dominante de sua história, e de uma ideologia admitida por quase a totalidade dos historiadores. É tal contexto que nos permite compreender a posição do problema hoje.

A situação objetiva remete à implantação da ciência moderna a partir de Newton (1) e seus sucessores. Esta ciência é europeia no sentido em que foi elaborada e desenvolvida na Europa Ocidental e em mais

nenhum outro lugar. De outro lado, por suas intenções unitárias, seu objetivo de aplicação, sua organização institucional e devido à filosofia que ela pôde suscitar, esta ciência moderna, ou europeia, se distingue muito claramente da ciência clássica que foi cultivada entre os séculos IX e XVII: compreende-se imediatamente que o termo "transferência" não se aplica no mesmo sentido a estes dois períodos da ciência. Se voltarmos à História da Ciência tal qual foi concebida à época, ela oscila entre dois pólos: a história das sucessões de sábios e de resultados adquiridos - como prova o exemplo de Montucla (2) na história das matemáticas - e uma filosofia de progresso, como aquela de Condorcet (3) ou do desenvolvimento, como a de August Comte (4), mais tarde.



O postulado do vazio de saber impede compreender a expansão da ciência moderna

Conforme a primeira perspectiva, a transferência da ciência europeia não traz nada para a história das disciplinas e, conforme a segunda, se encontra simplesmente fora da história, já que a humanidade é considerada como um todo efetivamente representado pelos povos mais evoluídos, isto é, os Estados modernos da Europa; ou porque os outros povos ainda não conheceram o "Estado Positivo". Quanto à ideologia, enfim, falaremos da ideologia da ocidentalidade da ciência em geral, tanto da clássica quanto da moderna. Ela tem por resultado a unificação de dife-

* Texto traduzido pelos professores Lejeune Mato Grosso Carvalho, sociólogo da Unimep e Maria Guilhermina Vicentin de Carvalho, historiadora, com revisão técnica feita por Olival Freire, da UFBA.

rentes etapas históricas da ciência, sob o termo “ocidental”.

Como tentativa teórica, demonstrativa e experimental, a ciência será o fato da humanidade européia; bem mais, é ela que, como diz Husserl (5) por exemplo, define essa humanidade do ponto de vista espiritual. Todas as outras positivities históricas serão então igualmente estranhas à ciência, e a marginalidade de suas contribuições não é de modo algum contingencial, mas essencial. Ora todos esses elementos contribuíram para desviar o historiador do problema da transferência da ciência européia mas também para determinar, em qualquer condição, o sentido da transferência entre os antropólogos e orientistas. Ela foi então concebida como uma transferência valorizada de um produto ocidental, estrangeira por natureza, bem como por sua história a seus destinatários.

O segundo postulado admitido pelos autores é que a transferência se operou sobre um terreno virgem, dentro de um vazio científico, graças aos diferentes vetores dos Impérios, missões, comércio, exércitos, etc. Seria, então, segundo um termo célebre, um elemento de “aculturação”.

Estas são as idéias que, tenho a impressão, fizeram germinar entre certos autores a ambição de forjar um modelo universal para representar esse fenômeno da transferência. Nada impediria que, efetivamente, dentro de tal espírito, se colocasse em pé de igual-

dade os diferentes períodos e os diversos países, já que o elemento unificador é essencialmente negativo.

Nós nos deteremos nessas idéias que dominam a representação do fenômeno da transferência da ciência moderna, à luz de outros exemplos e de outros resultados da história das ciências. Nós veremos se desenharmos uma variedade de situações que seria um engano confundir em uma visão única. Eu me ocuparei aqui de duas situações exemplares, representadas, respectivamente, pelo Irã e pelo Egito - insistindo sobre o caso do Egito - dois países do mundo antigo. (6)

O postulado do vazio de conhecimento não apenas é incorreto, como também impossibilita uma justa e clara visão da introdução e difusão da ciência européia, notadamente nos países aos quais creditamos a maior contribuição para a implantação e desenvolvimento da ciência clássica. Este postulado oculta, efetivamente, um aspecto importante, porém nunca estudado: a sobrevivência e a continuidade de um ensino, às vezes mesmo uma pesquisa de origem tradicional.

A questão se formula então nestes termos: como ocorre o encontro entre uma ciência ainda no estado onde ela estava alguns séculos antes e a ciência moderna? O sábio tradicional era o melhor equipado para receber a ciência moderna? Aí está, certamente, a questão da estrutura de acolhimento da nova ciência. Para evitar as generalidades, vamos imediatamente

•40•

Ciência, Impérios e Estado

O artigo que aqui publicamos, de autoria do professor Roshid Rashed, é um estudo especializado, que trata da questão das condições da transferência da ciência moderna, em particular, nos casos do Irã e do Egito. Mas seu conteúdo encerra questões políticas de grande atualidade, que extrapolam as dimensões acadêmicas e científicas.

É sobre estas questões que queremos chamar atenção dos leitores da Principios. Quando o prof. Rashed demonstra que “não foi com as armas imperiais que a ciência moderna chegou ao Egito, mas sim quando da criação do Estado moderno e nacional”, ele traz à tona o papel essencial do Estado para a promoção do desenvolvimento das nações. Exatamente a tese que o chamado neoliberalismo no mundo inteiro - e no Brasil em particular - procura destruir, quando apresenta o Estado como uma peça envelhecida de museu.

Rashed evidencia também que os povos árabes não podem ser vistos como meros depositários ou simples transmissores da cultura antiga. Ele resgata os desenvolvimentos matemáticos, especialmente no campo da álgebra, realizados no Irã no século XII, retomados neste mesmo país entre os séculos XVII e XVIII.

Esta visão abrangente da história da civilização contrasta então fortemente com a imagem que grande parte da “mídia” procurou veicular quando da agressão comandada pelos Estados Unidos contra o povo iraquiano, durante a guerra no Golfo, pro-

curando vincar a imagem de um conflito entre civilização e barbárie.

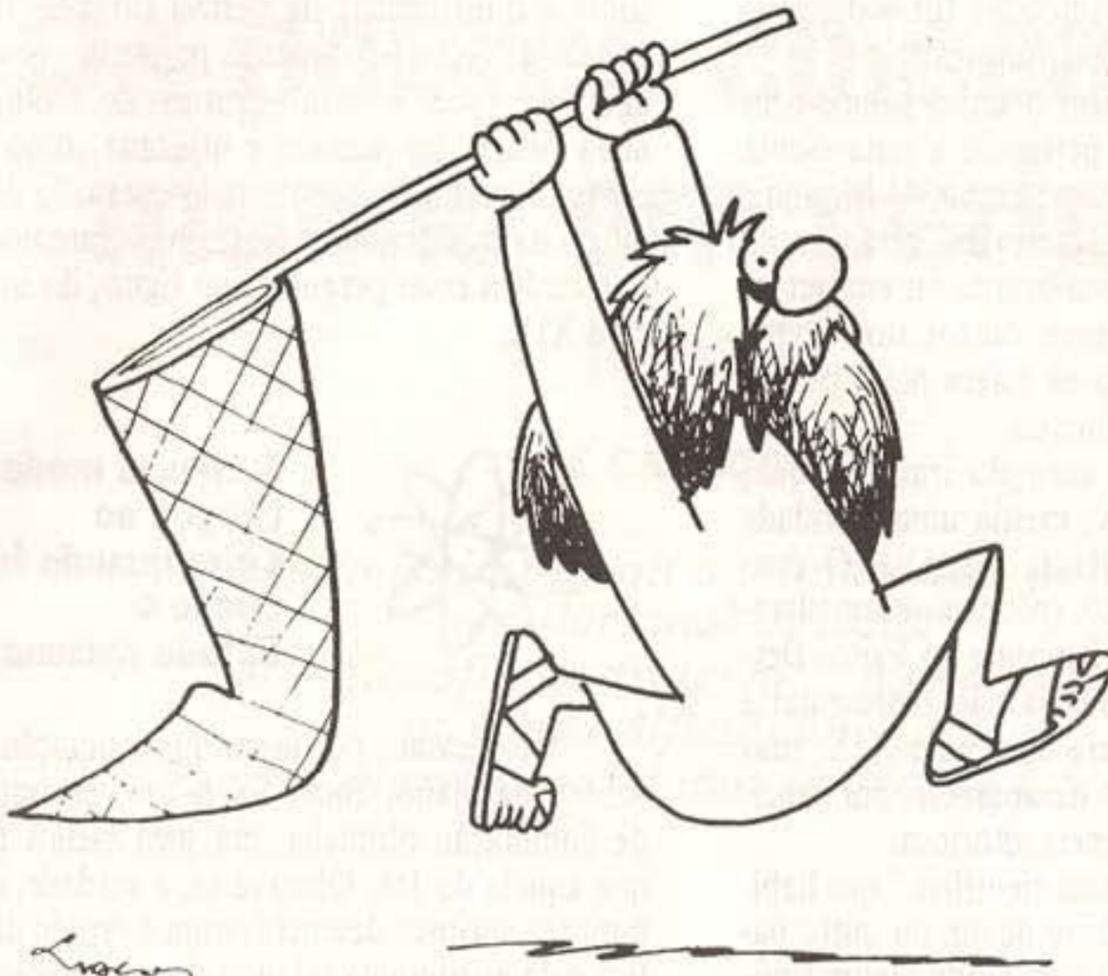
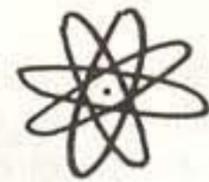
Rashed nos mostra que a ciência moderna não tem raízes restritas às fronteiras dos hoje países ricos. Este estudo é então um contraponto, no terreno das idéias, à exclusão tão característica do capitalismo moderno.

Roshid Rashed é hoje um dos maiores arabistas vivos de toda a Europa. É pesquisador do CNRS - Centre National de la Recherche Scientifique - e diretor da equipe REHSEIS, Paris. Esteve no Brasil no mês de agosto passado, para participar do evento América-92, onde apresentou uma conferência versando sobre a temática aqui tratada.

Este artigo, cujo título original é “Science Classique et Science Moderne à L'époque de L'expansion de la Science Européenne”, foi originalmente publicado no livro Science and Empires, de P. Petitjean et AlII, editado pela Kluwer Academic Publisher, Dordrecht, Holanda, 1992, páginas 19-30.

Queremos agradecer ao prof. Rashed pela autorização para a publicação deste trabalho. Nossos créditos também aos matemáticos e professores Ronaldo Nicolai e Antonio Miguel, bem como à jornalista Olívia Rangel, pelas notas explicativas e dúvidas na tradução.

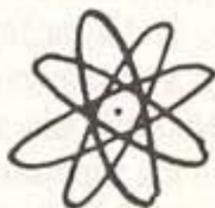
*Lejeune Mato Grosso Carvalho
Olival Freire*



te ao exemplo iraniano, para nos limitar sucessivamente a um dos focos culturais do século XIX, a cidade de Ispahan (7) e a um dos sábios desse lugar, Mirza Ali Muhammad Al-Asfahani (8) (1800-1876).

Este sábio escreveu em árabe, em 1824, isto é, na língua da ciência tradicional, um livro de matemática. Tal livro é apresentado, pelo próprio autor, como o complemento de um outro tratado redigido por um matemático do início do século XVII - Al-Yazde. Ora, para completar este livro do século XVII, Al-Asfahani prosseguiu as pesquisas em álgebra dos matemáticos dos séculos XI e XII, como Al-Khayyan (9) e Sharaf Al-Din Al-Tusi (10), sobre as 25 equações algébricas dos 3 primeiros graus. Al-Asfahani não estava a par da resolução por radicais da equação cúbica e seu conhecimento neste campo não ia além daquele dos predecessores do século XII. É pois sobre a base deste saber matemático que ele tinha redigido suas próprias pesquisas.

No início do século XIX existia atividade científica independente da ciência européia



Ele começa por expor um método de resolução numérica de equação algébrica que depende explicitamente da importante propriedade do ponto fixo. Al-Asfahani considera, inicialmente, a função $f(x) = x$. A idéia importante que ele concebeu é a seguinte: existe um algoritmo simples que permite calcular um valor aproximado da raiz, com o grau de precisão desejado. Ele demonstra então duas proposições:

1º) a função $y = f(x) = X^{1/3}$ é contractante sobre um intervalo fechado limitado $(a,b) \subset \mathbb{R}$ se $a > 1$;

2º) se l é uma função crescente contractante de coeficiente h , g uma função afim crescente, $g(x) = cx + d$, então, se $hc < 1$, $f = l \circ g$ é crescente contractante de coeficiente h .

No entanto, este procedimento fundamentado sobre o ponto fixo e estas proposições não são os únicos resultados que se encontram no livro de Al-Asfahani. Ali igualmente se encontra uma aplicação do método chamado de Ruffini-Hornere (11) para a resolução numérica das equações algébricas. Ele reintroduz as frações decimais, com o sinal decimal para continuar a aproximação por esse método.

Ele obteve ainda outros resultados, tais como o recurso dos números negativos, as relações entre os coeficientes e as raízes. A exemplo de seu predecessor do século XII, Al-Tusi, ele estuda a separação das raízes das equações algébricas. Mas, em vez de desenvolver os meios analíticos enfocados na obra de seu predecessor, Al-Asfahani estudou aritmeticamente a variação das funções polinômicas e se esforça para determinar os intervalos onde se encontram as raízes. Ele aplica, de fato, implicitamente, o célebre teorema dos valores intermediários.

Sem insistir mais tempo, sobre os resultados obtidos por Al-Asfahani, apresentamos o fato epistemológico mais interessante que se destaca nesta obra: este matemático chegou, partindo de seus predecessores do século XII, a certos resultados análogos àqueles que demonstraram os matemáticos dos séculos XVII e XVIII não, como eles, graças à análise, mas por

meio do estudo aritmético das funções polinômicas. Tudo se passa como se sua intenção fosse destacar uma teoria aritmética para essas funções.

Al-Asfahani não era nem o único sábio, nem um matemático isolado; ele pertencia a uma escola onde trabalhavam outros sábios, como Al-Birjandi. Os pesquisadores desta escola escreviam então ou na língua da ciência tradicional, o árabe, ou em persa. O próprio Al-Asfahani escreveu outros dois livros em persa, um sobre a divisão da esfera pelos planos e outro sobre a teoria dos números.

Vê-se então, por este exemplo iraniano que, que no início do século XIX, existia uma atividade científica independente da ciência européia. O caso da escola de Isfahan não é único: encontra-se semelhantes na Turquia, na Índia, na Tunísia e no Egito. Desnecessário dizer que esta pesquisa não representaria uma parte de ponta da ciência do século XIX, mas que retirar-se-ia, condenada a desaparecer, por vencimento, para ceder lugar à ciência vitoriosa.

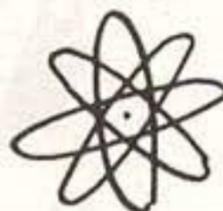
Mas a famosa “decadência científica” que habitualmente invocamos a propósito de um ou outro país de civilização islâmica, não é de modo algum sinônimo do nada; ela não pode, em todo caso, significar a ausência de toda a pesquisa ou aniquilamento deste espírito de pesquisa; ela reflete o recuo à uma posição subalterna, com relação à ciência em andamento, de uma pesquisa morosa, cujos resultados estavam reduzidos a um fenômeno “provincial”, à margem e sem impacto na vida da ciência da época; pesquisa isolada tanto no plano paradigmático, como no plano lingüístico.

Tal é pois o estatuto da produção científica da escola de Isfahan e de suas análogas. Mas a despeito deste “provincianismo”, uma tal escola funcionaria dentro de uma transferência refletida ou planejada, tendo o papel de “quadro de receptividade” e de modo algum de simples deslocamento pela ciência moderna. Ela teria podido agir dentro de um sentido de “naturalização” da nova ciência às ciências matemáticas, na sociedade iraniana e na língua nacional.

Um matemático como Al-Asfahani seria dos melhores colocados para receber esta nova ciência; não somente a partir de suas aplicações, mas de seu ponto de vista mais inovador, isto é, da pesquisa teórica e fundamental. Observa-se de resto, entre os sábios como este último, um vivo interesse em adquirir, desde que a ocasião permitisse, qualquer resultado da nova ciência, os mais diretamente ligados às suas próprias pesquisas. É desta maneira que Al-Asfahani redigiu ele mesmo, um livro sobre “os logaritmos dos senos”.

O postulado do vazio não é apenas inexato, mais que isso, “a ciência moderna”, esse produto europeu, não era de maneira alguma estrangeira nem por sua natureza, nem por suas origens que se enraízam na ciência clássica, aos sábios destes países, notadamente quando se trata das ciências matemáticas.

A verdadeira questão para quem se interroga sobre a transferência da ciência européia não é mais aquela de seu deslocamento para um vazio; trata-se agora de saber se esta estrutura de acolhimento da nova ciência foi pensada e utilizada como tal, ou se ela foi descartada, por exemplo em razão de uma ideologia da modernidade. Nós consideraremos a resposta trazida a essas perguntas no Egito, do início do século XIX.



A ciência moderna chegou ao Egito quando foi criado o Estado nacional

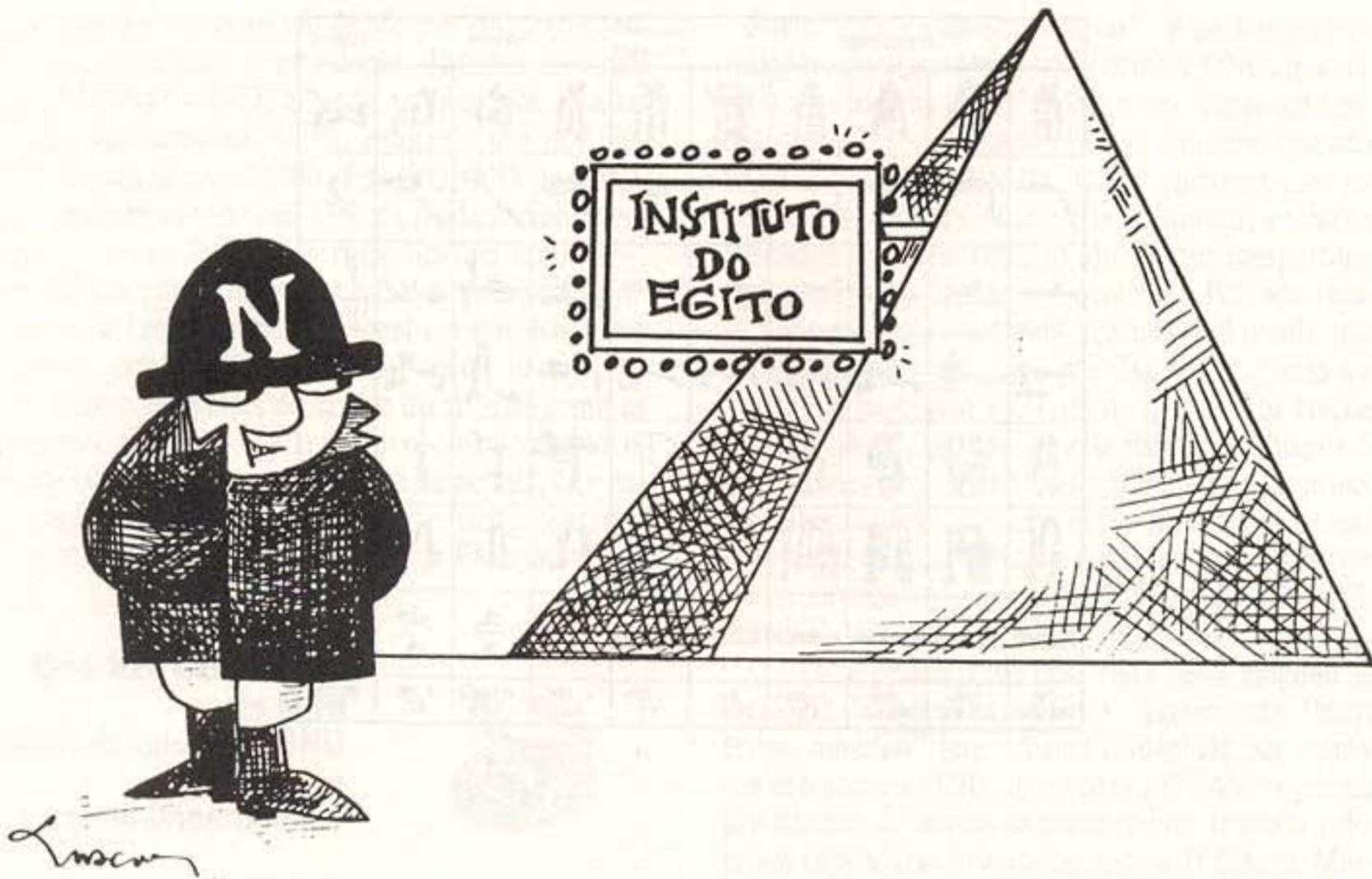
Começamos por notar que a situação do Egito, sobre este plano, como foi o caso de outros países de dominação otomana, era bem menos florescente que aquela do Irã. Observa-se, é verdade, que certos espíritos curiosos desenvolveram o estudo da matemática e da astronomia tal qual eles se apresentaram nas antigas contribuições, ou preferencialmente em seus comentários tardios. Mas, a existência da Universidade de Al-Azhar (12) no Cairo, permitiu assegurar o ensino e a pesquisa nas disciplinas lingüísticas, jurídicas e teológicas.

Nós veremos que os membros deste ensino tradicional vão fornecer o essencial do corpo docente, que servirá para sobrepor a este ensino um outro, moderno e concorrente. Quer dizer que os defensores da ciência clássica, mesmo sob seu modelo ultrapassado, longe de se opor a este novo ensino, serão os mediadores de sua introdução e, em qualquer condição, de sua transferência. A este fenômeno à primeira vista paradoxal, junta-se um outro: não foi com as armas imperiais que a ciência moderna chegou ao Egito, mas por ocasião da criação do Estado moderno e nacional. São por isso elementos que contradizem os esquemas propostos para a transferência e a difusão da ciência européia.

O caso do Egito no início do século XIX é exemplar, em razão da sucessão, com alguns anos de intervalo, de dois acontecimentos capitais:

a expedição francesa de Bonaparte (13) e a fundação do Estado moderno por Muhammad Ali (14).

Eu lembrarei aqui simplesmente que Bonaparte associou à sua expedição militar uma expedição científica. Uma vez concluída a sua campanha no Egito, criou o Instituto do Egito, que tinha entre seus membros, Monge (15), Fourier (16), Berthollet (17), Geoffroy Saint-Hilaire (18), entre outros. Este Instituto compunha-se de quatro seções: matemática, física (no sentido do século XVII), economia política, literatura e arte. No decreto de sua fundação se lê: “Este estabelecimento terá principalmente por objetivo: 1º) o progresso e divulgação das Luzes no Egito; 2º) a



pesquisa, o estudo e a publicação dos feitos naturais, industriais e históricos do Egito; 3.º) dar seu parecer sobre as diferentes questões às quais for consultado pelo governo.” (19)

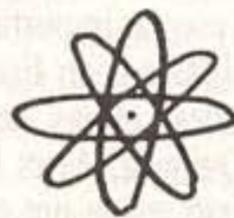
O Instituto possuía uma biblioteca freqüentada por certos notáveis egípcios, mas a grande maioria destes últimos, segundo testemunhas da época, permaneceram indiferentes à nova ciência, a não ser talvez os que tomaram consciência do atraso tecno-científico já acumulado, em proporção ao atraso militar, de que eles vieram sentir as conseqüências. Quanto a Bonaparte, ele: “Propôs ao Instituto o estudo de questões que pertenciam, quase todas, ao âmbito das ciências aplicadas. Ele considerava o Instituto como um Conselho técnico, tendo por missão dar esclarecimento ao governo, isto é, a ele mesmo.” (20)

As múltiplas fontes das quais dispomos - como a monumental obra “La Description d’Egypte” - mostra que os trabalhos deste Instituto, importante para a história, a geografia, a antropologia, não contribuíram de modo algum para a transferência da ciência moderna ao Egito. De outro modo, as repercussões científicas da expedição no próprio Egito - que se resumira talvez, a uma tomada de consciência do atraso científico por certos intelectuais como Hasan Al-Azhar e AlJabarti - são incomparavelmente mais magros que as suas conseqüências sociais.

Mas esta expedição teve um resultado indireto importante: popularizou na França, notadamente entre os adeptos de Saint-Simont (21), os encantos do Egito. Em uma palavra: para a expedição, o Egito representou um terreno de pesquisa e não é oportuno falar de transferência nesse lugar onde não havia nem oferta, nem procura de ciência. E, de resto, o caso

do Egito, sob esse aspecto, não parece ser o único. A leitura dos “Archives de la Commission Scientifique du Mexique”, sugere bem que não houve ali uma transferência, mas que o México representou um campo de pesquisa geológica, mineralógica, geográfica, antropológica e atmosférica.

O que quer que seja, no caso do Egito, a transferência só começou com o primeiro Estado nacional e moderno. Com efeito, alguns anos depois da retirada do exército francês, presencia-se, com a formação do Estado de Muhammad Ali, a primeira tentativa de modernização econômica e científica. É neste momento somente que se cria a demanda da tecnologia européia e por conseqüência, da ciência européia.



O sistema tradicional sobreviveu e serviu de suporte à organização educacional moderna

Nós não poderíamos aqui retomar a história deste movimento, ainda menos aquela do Egito por pouco mais de três quartos de século; nós queremos somente sublinhar alguns dos traços principais. Em primeiro lugar, esta transferência necessária para uma política de desenvolvimento econômico e militar exigiu uma reforma radical do sistema educacional.

É assim que ao sistema tradicional, então em vigor, sobrepôs-se um sistema moderno, que desqualificava inevitavelmente o predecessor, mas sem o suprimir, ao contrário, dele tirando proveito. Este novo sistema, que forneceria ao exército e ao Estado

HIEROGLYPHIC					HIEROGLYPHIC BOOK HAND	HIERATIC		DEMOTIC	
2700-2600 B.C.	2500-2400 B.C.	2000-1800 B.C.	c. 1500 B.C.	500-100 B.C.	c. 1500 B.C.	c. 1900 B.C.	c. 1300 B.C.	c. 700 B.C.	400-100 B.C.

os quadros técnicos e administrativos dos quais eles tinham necessidade, recrutou a maior parte do seu pessoal entre pessoas que tinham sido educadas no sistema tradicional. A transferência não era pois um ato, nem uma série de atos pontuais exatos, mas concenrente ao sistema educacional em sua totalidade.

Realmente, o Estado moderno, que tinha o monopólio da atividade econômica, procurou a formação de uma potência militar substancial e de uma administração eficaz. Muhammad Ali, com ajuda dos militares, de engenheiros, de médicos, e mesmo de operários europeus e notadamente dos adeptos de Saint-Simon, criou as escolas especializadas: escolas militares, navais, veterinária, escolas de medicina, de administração, de contabilidade, etc, quer dizer, aquelas que estavam ligadas diretamente ao exército e à administração. Ele igualmente criou escolas importantes para o exército e a indústria militar e civil: Escola Politécnica com as suas modalidades - minas, pontes e estradas, energia - Escola de Química, Artes Industriais, Agronomia, etc. Além disso, criou um observatório e uma biblioteca. (22)

Quando, por exemplo, nos detemos nas matérias ensinadas na Escola Politécnica após sua fundação definitiva em 1836, encontramos as disciplinas da época: geometria superior, álgebra superior, trigonometria, geometria descritiva, geometria analítica, cálculo diferencial e integral, mecânica, física, geodésica, estatística, astronomia, etc. Mas, para fornecer a essas escolas alunos capazes de seguir um certo aprendizado, o Estado teve então que criar dois tipos de escolas primárias e preparatórias e finalmente, um Conselho de Instrução Pública, que controlasse e orientasse esse novo sistema educacional, concebido para

“naturalizar” a tecnologia e a ciência moderna. No entanto, quando se olha mais de perto, constata-se que as escolas primárias foram realmente uma versão renovada das escolas primárias do sistema educacional tradicional; encontram-se as mesmas disciplinas linguísticas e religiosas ensinadas na Universidade tradicional de Al-Azhar, mais a matemática, a geometria e a geografia.

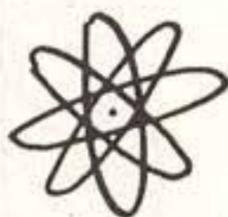
Neste grau, o sistema tradicional estava presente no novo, não somente por suas disciplinas e seus livros, mas também por seu pessoal: os professores primários eram escolhidos entre aqueles que tinham concluído seus estudos dentro do sistema tradicional. Nas escolas preparatórias, ensinavam-se ainda línguas, a geometria - o livro de Legendre (23) - a aritmética, a álgebra, a geografia, a história e o desenho.

Em 1841, acrescenta-se ao ensino, o francês, que vinha a ser de fato, a primeira língua européia ensinada nas escolas secundárias. Está claro que este programa das escolas primárias e preparatórias é um programa de transição entre o sistema tradicional e um ensino moderno. O recrutamento dos alunos - pelo menos no início - e a organização das escolas tinham como modelo as práticas então em uso no exército.

O conjunto do sistema era muito pesado e burocrático. Se vê bem que o sistema tradicional não somente sobreviveu ao sistema moderno, mas lhe serviu de suporte: disciplinas, livros, professores e mais ainda, algumas figuras importantes do movimento de transferência no *stricto sensu*. Vários membros desse sistema tradicional dedicaram-se, com efeito, à correção e à tradução de livros europeus e compuseram os léxicos técnicos com ajuda da terminologia da ciência clássica; eles foram alunos de algumas grandes es-

colas - medicina, politécnica - e outros foram enviados em missões ao estrangeiro. Em resumo, a transferência exigiu a elaboração de um novo sistema educacional que encontrou suas bases no antigo, que foi deslocado científica e também socialmente pelo novo.

**Um modelo voltado
mais para
os resultados da
ciência que
para sua produção**



Segundo traço dessa transferência: ela se efetuou sem dificuldade na língua nacional. Não foi, como na tradição colonial, imposta uma língua européia para o ensino científico, mas começaram por introduzir um sistema de tradução oral antes da formação do quadro local. Isto, deliberadamente provocou, desde o início, um movimento de arabização dos tratados e dos manuais, assim como a edição de léxicos e dicionários.

Para assegurar esta "arabização", recorreu-se a dois meios: a fundação de uma escola para formar os tradutores e as missões de estudantes ao estrangeiro. A escola de tradução, dita "escola de línguas", foi fundada em 1835. A doutrina que presidiu a sua criação é assim formulada pelo próprio chefe de Estado "tudo que é útil nos sistemas ocidentais foi escrito por seus autores; se podemos traduzi-los, podemos compreendê-los".

Esta escola organizava-se em quatro seções, que designavam bem os fins desejados: matemática, medicina e física; literatura; história e geografia e, finalmente, o turco. O programa não contemplava somente as línguas - notadamente o árabe e o francês - mas também elementos de matemática, história, e geografia. Vários membros desta escola (professores e estudantes) vinham do sistema tradicional e vários de seus antigos alunos seriam grandes tradutores e até grandes figuras intelectuais da geração seguinte - como Rifa'a Al-Tahtâmi. (24)

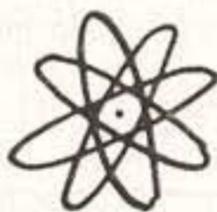
As missões eram múltiplas, mas especialmente nos domínios científicos e técnicos. Foi realizada uma missão na Itália em 1813; sete missões na França, em 1818, 1826, 1832, 1844, 1845, 1847 e 1848; fundouse, mesmo em Paris, uma escola egípcia para formar missionários. Enviou-se missões para a Inglaterra e Áustria - 1829, 1845, 1847 e 1848, e também uma missão para o México.

O costume ditava que cada aluno, em seu retorno, traduzisse para o árabe, um livro estrangeiro na sua especialidade. A totalidade dos livros científicos traduzidos destinavam-se ao aprendizado de futuros engenheiros, médicos, químicos. Assim, para os livros de matemática, se encontra "A Geometria Descritiva" de Monge, "A Geometria" de Legendre, "A Álgebra" de Mayer (25) e "A Geometria Descritiva" de Duschenes. (26)

Um terceiro traço desta transferência é a escolha pragmática e aplicada que a presidiu. O exame das disciplinas, dos livros traduzidos dos objetivos das missões mostra que se tinha deliberadamente optado por disciplinas aplicadas, ou por aquelas que a elas estariam estreitamente ligadas.

Mesmo quando se introduziu o ensino de outras disciplinas, foi relacionado com as disciplinas aplicadas, segundo suas necessidades de formação. De tal modo que a transferência visa bem mais as técnicas industriais e militares, a saúde, etc., que as próprias ciências. Assim, entre os livros traduzidos, vários tratam de geometria descritiva, mas nenhum de teoria dos números, para citar um só exemplo. Muitos trabalhos dizem respeito diretamente à aplicação industrial.

O quarto traço notável desta transferência é que ela se efetuou sem a pesquisa, isto é, visou-se mais os efeitos dessa ciência, do que os meios de produzi-la. Sobre o plano institucional registre-se que, no momento em que se fundou, segundo o modelo francês dos primeiros decênios do século XIX, diferentes escolas de engenharia, medicina, farmácia, etc, não se sonhou em criar uma só instituição acadêmica consagrada à pesquisa.



**Transferência não
foi produto
dos impérios mas
realizou-se
sempre contra eles**

Nesse estado de coisas houve várias consequências que conduziram à ausência de tradições científicas nacionais e à instauração de uma certa dependência científica permanente em relação aos países da Europa. A concreta tradução de tal situação era que, frequentemente, um jovem sábio produtivo no curso de sua estadia de formação na Europa, reduzia ou parava a pesquisa ao retornar. Este mesmo sábio, por falta de instituições de pesquisa, não teria sucessores.

Daremos um exemplo, entre tantos outros, aquele do astrônomo egípcio, Mahmúd Al-Falaki. Professor da Escola Politécnica do Cairo a partir de 1834, ele foi enviado em missão para a Europa. Durante a sua estada, ele publicou nas revistas da Academia Belga e Francesa, entre outras, várias pesquisas sobre o calendário e o campo magnético da terra. Durante alguns anos que se seguiram ao seu retorno ao Egito, ele prosseguiu suas pesquisas em prolongamento àquelas que ele tinha realizado na Europa, traçou a primeira carta astronômica e topográfica do Egito e observou o eclipse de 18 de julho de 1860. Ele interessou-se em seguida, por estudos que não tinham ligação com a astronomia, geografia e meteorologia. Tornou-se duas vezes ministro, mas não deixou alunos.

Mas, apesar deste obstáculo maior que contri-

buiu para impedir a fundação de um verdadeiro centro científico, assistimos a um começo de “naturalização” da ciência: a organização militar do ensino cedeu lugar a uma organização civil; o corpo docente é constituído, em sua maioria, por egípcios; a arabização progride e se aperfeiçoa. Tal é a situação às vésperas da ocupação pelos britânicos, em 1882, que deu um brutal embargo a este movimento, mas isto é uma outra questão. (27)

A despeito das diferenças, os dois exemplos evocados aqui mostram bem que, para compreender a ciência europeia e os problemas levantados para a sua transferência e sua integração, parece necessário conhecer a ciência tradicional, que estava ainda em vigor no século XIX, seus ideais, seus paradigmas, suas escolas e suas instituições, assim como o sistema de ensino tradicional que formou a elite. É então preciso repensar não somente a transferência da ciência europeia, mas igualmente um debate ideológico que estava ligado a ela, conhecido sob os termos de modernismo e tradição.

Enfim, o exemplo egípcio é prova de que a transferência não foi produto dos impérios coloniais, mas que teve lugar em qualquer condição, contra eles. Essa era a tarefa do Estado nacional dentro da língua nacional. Os obstáculos eram em parte imputáveis a uma concepção pragmática da ciência e enfraqueceram, sem dúvida, sua “naturalização”, tornando incerto o destino da transferência. ■

ROSHDI RASHED

NOTAS

(1) Sir Isaac Newton, renomado cientista, físico, matemático e astrônomo inglês, (1642-1727) (V, Vol. 31, pág. 4270) N.T.

(2) Étienne Montucla, historiador francês, especialista em história da matemática. Sua principal obra, (1800) foi publicada em 4 volumes, intitulada “Historie de La Mathématique”, in BOYER, “História da Matemática”, Edusp & Edgard Brucker, SP, 1974, pág. 322 N.T.

(3) Jean Marie Antoine Condorcet, filósofo e matemático francês, (1743-1794). Ligado a D’Alambert, a Voltaire e a Turgot. Colaborou na Enciclopédia. Foi também deputado na Assembléia Legislativa e na Convenção. Elaborou um plano de organização da instituição pública. (V, Vol. 7, pág. 1567-1568) N.T.

(4) August Comte, (1798-1857), francês. No campo da filosofia, desenvolveu a teoria positivista.

(5) Edmund Husserl, filósofo alemão, (1859-1938). Suas principais obras foram *Filosofia da Aritmética* (1891) e *Investigações Lógicas* (1900). (VI, Vol. 11, pág. 5915-5917 e IV, Vol. 18, pág. 613) N.T.

(6) Todos os nomes de origem árabe que forem citados a seguir e não possuírem as suas respectivas notas explicativas, assim constam pelo fato de que tais referências não puderam ser encontradas. Veja a esse respeito o que diz Colin Ronan: “Algumas biografias árabes podem ser encontradas no Dictionary of Scientific Biography, de Londres (não traduzido para o português), mas não existem biografias em inglês de cientistas islâmicos e árabes”, in RONAN, Colin A., “História da Ciência Ilustrada”, Universidade de Cambridge, Obra em 4 Volumes, Editora Circulo do Livro, Vol. II, pág. 159, São Paulo, 1983 N.T.



(7) Ou Isfaã, cidade do Irã, ou Pérsia como era chamada na antiguidade, foi capital desse país sob os seljúcidas (séculos XI-XIII) e sob os sefévidas (1598-1722) (V, Vol. 17, pág. 3296) N.T.

(8) Por dificuldades diversas já citadas na introdução, os seguintes nomes não puderam ter as suas referências bibliográficas mencionadas para esclarecimento do leitor: Mirza Ali Muhammad Al-Asfahani (persa), Al-Yazde (persa), Al-Birjandi (árabe), Hasan El-Azhar (árabe), Al-Jabarti (árabe) e Mahmúd Al-Falaki (árabe) N.T.

(9) Trata-se de Ghiyath Al-Khayyami. Foi um dos astrônomos e matemáticos mais conhecidos durante o período islâmico. Seu nome no ocidente seria Omar Khayyam. Nasceu na Pérsia (hoje Irã) em 1048 e morreu em 1131, in RONAN, Colin A., op. cit. Vol. II, pág. 81-129, São Paulo, 1983 N.T.

(10) Sharaf Al-Din Al-Tusi foi um matemático e astrônomo que inventou o “astrolábio linear”. Escreveu também um tratado sobre álgebra. Op. cit. Vol. II, pág. 81-129 N.T.

(11) Guilherme Jorge Horner, matemático inglês (1786-1837). (I, Vol. 16, pág. 72). Paolo Ruffini, matemático e médico italiano (1765-1822). (IV, Vol. 30, pág. 220) N.T.

(12) Universidade Al-Azhar ou Al-Djāml’Al-Azhar (que significa “a mesquita esplêndida”), é uma Universidade muçulmana do Cairo, Egito. Foi fundada pelos fatímidas em 973 da nossa era e reconstruída no século XIV. Hoje é um grande centro do nacionalismo árabe (VII, Vol. 2, pág. 657) N.T.

(13) Napoleão Bonaparte, imperador e general francês (1769-1821). Governou a França entre os períodos de 1799 e 1814 e durante os cem dias (de março a junho) de 1815. A Campanha do Egito a que o autor referir-se-á por diversas vezes, foi realizada entre os anos de 1798 e 1801, in McNALL BURNS, Edward, “História da Civilização Ocidental”, 26ª edição, Editora Globo, Porto Alegre, 1985, pág. 623-636 e (V, Vol. 31, pág. 4221 e Vol. 11, pág. 2068) N.T.

(14) Muhammad Ali Pachá, conhecido como fundador do Estado Moderno do Egito, tem na verdade origem albanesa. Nasceu em Kavala, em 1769 e morreu em Alexandria, em 1849. Governou o Egito entre os anos de 1805 e 1848, ocupando o cargo de Cádi (em árabe quer dizer “vice-rei”). (V, Vol. 11 e 20, pág. 2068 e 3970) N.T.

(15) Gaspard Monge, ou Conde de Peluse, como também era conhecido, matemático francês (1746-1818). Participou com Napoleão, da Campanha do Egito, após o que foi nomeado presidente do Ins-

titulo do Egito. Sua obra e teorias envolvem o estudo das figuras espaciais, através do qual inventou a geometria descritiva (V, Vol. 21, pág. 4120) N.T.

(16) Jean Baptiste Fourier, matemático e filósofo francês (1768-1830) (IX, Vol. 11, pág. 719) N.T.

(17) Claude Louis Berthollet, químico francês (1748-1822). Em 1789, descobriu as propriedades descorantes dos hipocloritos, por ele aproveitados para o branqueamento dos tecidos e preparou os cloratos. Estabeleceu a composição dos ácidos e participou com Lavoisier, entre outros, da elaboração de uma nomenclatura química racional. Enunciou as regras às quais foi dado o seu nome, que permitem prever as duplas decomposições entre os sais, ácidos e bases. Fundou com Laplace, a Sociedade de Arcueil que reunia os maiores sábios da época. (V, Vol. 4, pág. 751) N.T.

(18) Étienne Geoffroy Saint-Hilaire, naturalista francês (1772-1844). Encarregado, aos 21 anos, do primeiro curso de zoologia ministrado na França, no museu, criador da coleção de animais vivos do Jardim das Plantas, acompanhou Napoleão Bonaparte ao Egito. (V, Vol. 14, pág. 2748) N.T.

(19) Henri Dehérain, *L'Egypte Turque - Pachas et Mameluk du XVIe au XVIIIe siècle - L'expédition du Général Bonaparte*, in Gabriel Hanotaux, *Histoire de la Nation Égyptienne*, Paris, 1934, Tome V, pág. 533 - N.A.

(20) *ibid*, pág. 536 - N.A.

(21) Claude Henri de Rouvroy, Conde de Saint Simon, filósofo e economista francês (1760-1825). Aristocrata de origem, rompeu com a sua família após a revolução francesa e renegou o seu título nobiliário. Passou a ser um dos precursores do chamado socialismo utópico (V, Vol. 26, pág. 5305) N.T.

(22) Veja também o caso do Egito e de Muhammad Ali, em TOYNBEE, Arnold, "Um Estudo da História, Editora Martins Fontes & Editora da UnB, 2ª edição, São Paulo/Brasília, 1987, pág. 447-449 N.T.

(23) Adrien Marie Legendre, matemático francês (1712-1833). Participou dos trabalhos, visando a adaptação e adoção do sistema métrico (V, Vol. 18, pág. 3600) N.T.

(24) Escritor egípcio do século passado (período em que viveu não disponível). Foi formado na Universidade de Al-Azhar (ver nota do tradutor sobre tal Universidade). Foi enviado pelo governo egípcio para estudar na França, quando a escola em que estudava era dirigida por Abdi Efendi Muhurdar. Traduziu muitas e importantes obras do francês para o árabe. Uma das suas principais obras foi "História do Egito". (VII, Vol. 51, pág. 551) N.T.

(25) Muito pouca referência sobre esse matemático. Deve se tratar, provavelmente, de Frédéric Cristian Mayer. Escreveu trabalhos no campo da trigonometria, por volta de 1703. Teria sido um dos primeiros membros da Academia de Ciências de São Petersburgo, Rússia N.T.

(26) Aqui também as referências são poucas e esparsas. O autor deve se referir provavelmente a Simon Duchesne, matemático francês que escreveu sobre valores de (π) , tendo publicado trabalhos sobre isso em 1583, no século XVI N.T.

(27) A maior parte das escolas foram fechadas, o ensino tornou-se raro e pago e o programa das escolas visava formar funcionários do governo (ver sessão do dia 24 de dezembro de 1894 da Assembleia Nacional) - N.A.

Bibliografia do Autor

Mirzâ 'Ali Muhammad b. Muhammad b. Husayn al-Asfahâni, *La complétion des fontaines*, Ms Université de Téhéran n.º 3552; Roshdi Rashed, Sharaf al-Din al-Tûsi. *Oeuvres mathématiques. Algèbre et géométrie au XIIe siècle*, Les Belles Lettres, Paris, Tome I, p.118 sqq.

HANOTAUX, Gabriel. *Histoire de la nation égyptienne*, Paris, 1931-34, Tomes I-V.

DELANOUE, Gilbert. *Moralistes et hommes politiques musulmans dans l'Égypte du XIXe siècle*, 2 tomes, Institut Français d'Archéologie Orientale de Caire, 1982.

Ahmad 'Izzat 'Abd al-Karim, Muhammad 'Ali, *Maktaba al-Nahda*, Le Caire, 1938.

LAURENS, Henry. *Les origines intellectuelles de l'expédition d'Égypte*, éd. Isis, Istanbul/Paris, 1887.

LLOYD, Lord. *Egypt since Cromer*, Macmillan, 1933, Tome I.

'Alî Mubârak, Hayâtî, *Maktaba al-Adâb*, Le Caire, 1989.

Ibrâhim Hilmi 'Abd al-Rahmân, "Mahmûd al-Falaki", in *Ismâ il bimunâsaba murûr khamsin 'ammân 'ala wafâtihi*, Dâr al-Kutub, Le Caire, 1945, p.331-347.

SABRY, M. *L'Empire égyptien sous Ismail*, Paris, 1983.

SAMMARRO, Angelo. *Histoire de l'Égypte moderne, Le règne du Khédivé Ismail*, Le Caire, 1937, Tome II.

Jamâl al-Shayâl, *Ta'rikh al-tarjama fi Misr fi ahd al-hamla al-faransiyâ*, Dâr al-Fikr al-'Arabi, Le Caire, 1950.

Jamâl al-Shayâl, *Rifâ'a al-Tahtâwi*, Dâr al-Ma'arif, coll. *Nawâbigh al-Fikr al-'Arabi* 24, Le Caire, 1958.

Jamâl al-Shayâl, *Al-hatakât al-islâhiyya wa marâkiz al-thaqâfa fi al-sharq al-islâmi al-hadith*, Le Caire, 1959.

Rifâ'a Râfi' al-Tahtâwi, *Al-'amâl al-kâmila*, éd. M. Umâra, *al-Mu'assa-sa al-'Arabiyya li-Dirâsât wa al-Nashr*, Beyrouth, 1973.

NOLNEY, De C. F. *Oeuvres, I, II, Voyage en Égypte et en Syrie*, Paris, 1825.

•47•

Bibliografia consultada pelos tradutores

DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO UTEHA - Unión Tipográfica Editorial Hispano Americano, México, 1951, Obra em 10 Volumes - Referência Bibliográfica n.º I;

ENCICLOPÉDIA BARSA, Brasil, 1967, Obra em 16 Volumes - Referência Bibliográfica n.º II;

ENCICLOPAEDIA BRITANNICA, Chicago, EUA, 1950, Obra em 24 Volumes - Referência Bibliográfica n.º III;

ENCICLOPÉDIA ITALIANA, Milão, Itália, 1933, Obra em 39 Volumes - Referência Bibliográfica n.º IV;

GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL, Brasil, 1989, Obra em 30 Volumes Referência Bibliográfica n.º V;

ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL, Brasil, 1976, Obra em 20 Volumes - Referência Bibliográfica n.º VI;

ENCICLOPÉDIA UNIVERSAL ILUSTRADA - Europeo-Americana, Bilbao, Espanha, 1926, Obra em 80 Volumes - Referência Bibliográfica n.º VII;

GRANDE ENCICLOPÉDIA DELTA LAROUSSE, Brasil, 1972, Obra em 16 Volumes - Referência Bibliográfica n.º VIII;

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGAL E BRASIL, Lisboa, Portugal, 1940, Obra em 36 Volumes - Referência Bibliográfica n.º IX;

LA GRAND ENCICLOPÉDIE - Inventaire Raisoné de Sciences, de Lettres et des Arts, Paris, França, Obra em 31 Volumes, 1890 - Referência Bibliográfica n.º X;

1492

SAMIR AMIN

“A travessia do Atlântico tem sido reduzida à mera “descoberta” da América. Mas o que aconteceu com a chegada do Novo Mundo foi o início da conquista do globo pelo capital

48.

Se eu tivesse que escolher uma data para marcar o aniversário do mundo moderno, escolheria 1492, o ano em que os europeus começaram sua conquista do planeta - militar, política, ideológica, cultural e até mesmo, em um certo sentido, etnicamente. Mas o mundo em questão é também o mundo do capitalismo, um novo sistema social e econômico, qualitativamente diferente de todos os sistemas anteriores na Europa e em qualquer outro lugar. Estas duas características são inseparáveis, e este fato questiona todas as análises e respostas para a crise da modernidade que deixam de reconhecer a simultaneidade dessas características. A partir desta perspectiva, a ciência social dominante pode ser vista como facciosa, pelo seu eurocentrismo, o que em minha opinião impede de relacionar corretamente estes dois aspectos do mundo moderno e suas contradições.

1 - A modernidade que começou em 1492 pôs um fim nos 2 mil anos de história anterior para a maioria da humanidade. Até esta época, as grandes regiões de civilização ainda eram muito semelhantes, marcada por características fundamentais que chamo de “tributárias” em analogia ao seu modo de produção.

Este modo de produção surgiu no quinto século antes de Cristo, quando Zoroastro, no Irã, Buda, na Índia, e Confúcio, na China, formularam quase simultaneamente ideologias adequadas ao sistema tributário em questão.

Tratava-se, como tenho tentado demonstrar, de uma metafísica capaz de legitimar o poder e a desigualdade em Estados que superaram a escala dos vilarejos e das comunidades tribais dos tempos antigos. Ideologia capaz também de, para legitimar o poder e a desigualdade, reconciliar a crença supranacional com a racionalidade. Na região onde a Europa surgiu, a ideologia tributária tomou forma no helenismo e depois no cristianismo, enquanto onde hoje está o atual Oriente Médio tomou ela forma no islamismo.



Erosão da diversidade cultural pelo domínio de todas as regiões do planeta pelo capital

Mas se a maior parte da humanidade que habitava a Eurásia e a África participou de uma forma comum de civilização durante dois mil anos antes de 1492, ela era fragmentada em mundos culturais relativamente autônomos. As forças produtivas do modelo tributário, embora superiores às de épocas anteriores, eram enormemente inferiores às do capitalismo industrial e isto impunha limites nas trocas entre as várias regiões. Estas trocas existiam e tinham uma certa importância, mas creio que elas eram mais importantes ao nível da transferência de conhecimento, tecnologia e idéias do que ao nível econômico em sentido limitado. Não havia uma divisão mundial do trabalho com relação aos produtos essenciais, como existe hoje no mundo. O modelo tributário era definido pelo domínio de sua ideologia e política, que serviam pa-



ra legitimizar a reprodução social; as regiões que compunham o mundo antigo efetivamente se caracterizavam em relação às principais correntes culturais da época: confucionismo, hinduísmo, islamismo e cristianismo.

2 - Os eventos de 1492 colocaram em movimento a erosão desta diversidade cultural, cuja importância se tornaria consideravelmente reduzida pela subjugação progressiva de todas as regiões do planeta à expansão do capitalismo através da conquista europeia.

Se a travessia do Atlântico foi sempre reduzida a um evento singular e acidental, a transformação do mundo que veio depois de 1492 não pode ser vista desta forma. O que aconteceu depois da descoberta do Novo Mundo foi, efetivamente, a aceleração da construção do capitalismo. A conquista do globo que começou com as Américas já estava totalmente dependente desta lógica. Deparando-se com uma variedade de problemas de interpretação, muitos pensadores sociais adotaram uma destas três opções:

a - um grupo atribui as novidades que surgiram na sociedade europeia à filosofia do Renascimento e o Iluminismo, a extensão das relações de comércio, a revolução burguesa, a democracia, etc.) a antecedentes específicos e peculiares da Europa, minimizando a conquista da América e do resto do mundo, considerando-os no máximo como contribuições à aceleração da irresistível ascensão da Europa.

b - o segundo atribui ao acaso da descoberta e conquista da América e de muitos outros eventos acidentais da mesma natureza, um papel decisivo na construção do mundo capitalista, unificado pela conquista europeia.

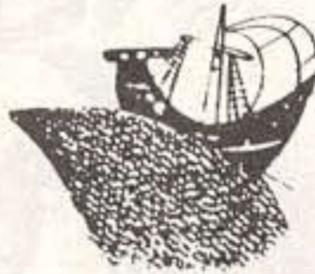
c - o terceiro grupo considera que o capitalismo estava sendo encubado através do conjunto do mundo tributário e que sua aparição responde, então, à lei geral da evolução das sociedades humanas. Esta posição situa as especificidades da Europa medieval e o evento de 1492 num contexto mais geral.

A primeira é a posição dominante no assunto, não apenas entre os pensadores burgueses, mas em grande medida entre socialistas, incluindo alguns que se dizem marxistas. O eurocentrismo que atribuo à esta atitude é claramente um meio de legitimar simultaneamente o capitalismo - pondo ênfase no progresso incontestável em relação deste ao modo de produção anterior - e o excepcionalismo europeu que ele produziu, e que apenas ele, por esta perspectiva, poderia ter produzido. Nestas condições, o preço pago pelos povos conquistados pela expansão europeia pode ser considerado aceitável. Não vou recontar com detalhes aqui os argumentos "científicos" desenvolvidos para explicar o nascimento do capitalismo com base no excepcionalismo europeu do capitalismo, pois tracei noutro lugar as principais características desta tese, ressaltando o culturalismo no qual ela está baseada. De acordo com esta tese, as culturas têm constantes trans-históricas que são responsáveis pela diversificação dos caminhos tomados por várias sociedades, o bloqueio de algumas delas e o desenvolvimento inovador de outras. Estas constantes são usadas para explicar a Europa moderna ligando-a à Grécia antiga, cuja racionalidade é contrastada com o misticismo do Oriente; ou o cristianismo e sua versão protestante; ou até mesmo os genes da "raça".

De fato, o argumento culturalista parte das ideologias das épocas tributárias que precedem o capitalis-

mo, projetando-as numa sociedade que se define por sua ruptura com tais ideologias. A ênfase que esta posição coloca nas especificidades culturais - mesmo sendo verdadeira e importante para épocas anteriores - é completamente falsa para a era da alienação econômica. Permite, precisamente situar a questão no lugar errado e tirar a parte essencial da crítica da alienação. Isto é, previne a crítica do capitalismo.

**A expansão ocidental
às vezes
atrasou ou deformou
o processo
capitalista local**



Simultaneamente, o método culturalista permite a legitimação da polarização observada na expansão mundial do capitalismo. Traça contrastes definidos entre as regiões que se beneficiaram integralmente pelo novo desenvolvimento e aquelas que aparentemente foram incapazes de adaptar-se a ele, acusando estas de "atrasadas" ou "subdesenvolvidas". De fato, o contraste é atribuído, no espírito do método em questão, as especificidades culturais próprias de diferentes sociedades, enquanto a análise científica dos mecanismos capitalistas realmente responsáveis

pela polarização são negligenciados. O estudo do capitalismo real existente, responsável pela polarização do sistema mundial, é substituído por uma conversa ideológica sobre o "capitalismo puro".

A segunda destas posições parte da hipótese de que a evolução das sociedades não sofreu a influência de qualquer lei geral. Este método, por isso, leva o argumento culturalista aos extremos, abandonando qualquer esperança de dar sentido à história.

Fico com a terceira posição e a baseio numa análise que, em minha opinião, demonstra que o capitalismo se gestava também em sociedades tributárias desenvolvidas, e não exclusivamente na Europa feudal mais recente. Dou ênfase às similaridades entre as contradições que existiam em todas estas sociedades mesmo havendo formas de diversidade cultural nas quais o modelo tributário se expressava. Em todos os lugares o desenvolvimento das forças produtivas entrou em conflito com a lógica imanente ao modo tributário, dando surgimento à extensão das relações mercantis, à acumulação financeira da riqueza e à expansão do trabalho pago e livre. Por este fato, o desenvolvimento destas sociedades questiona as relações poder-riqueza, invertendo seus termos e propondo que a riqueza seja base do poder, ao invés de o poder ser forma de riqueza. Assim, esse desenvolvimento também questiona a alienação metafísica das

•50•

Visão não-européia dos 500 anos

Outubro passado marcou o quinto centenário do desembarque de Cristovão Colombo na América e, conseqüentemente, da integração desta parte do planeta ao Mundo dominado pelo sistema capitalista em expansão. Poucos séculos depois da conquista da América, do contorno da África pelas caravelas portuguesas e da descoberta do caminho marítimo para as Índias, o agressivo colonialismo movido pelos interesses políticos e comerciais das principais nações européias havia acelerado a profunda alteração já em curso no modo de produção em suas sociedades, e acumulando uma massa de capitais suficientemente grande para permitir o salto que levou à revolução industrial e à consolidação do domínio europeu sobre o planeta. Em nosso século, a mundialização do mundo, promovida pelas armas e pelo dinheiro das potências européias, conheceu novas etapas, amadurecendo sob a forma do imperialismo que levou o capitalismo e suas mazelas a todos os povos, impondo severos obstáculos ao crescimento das nações.

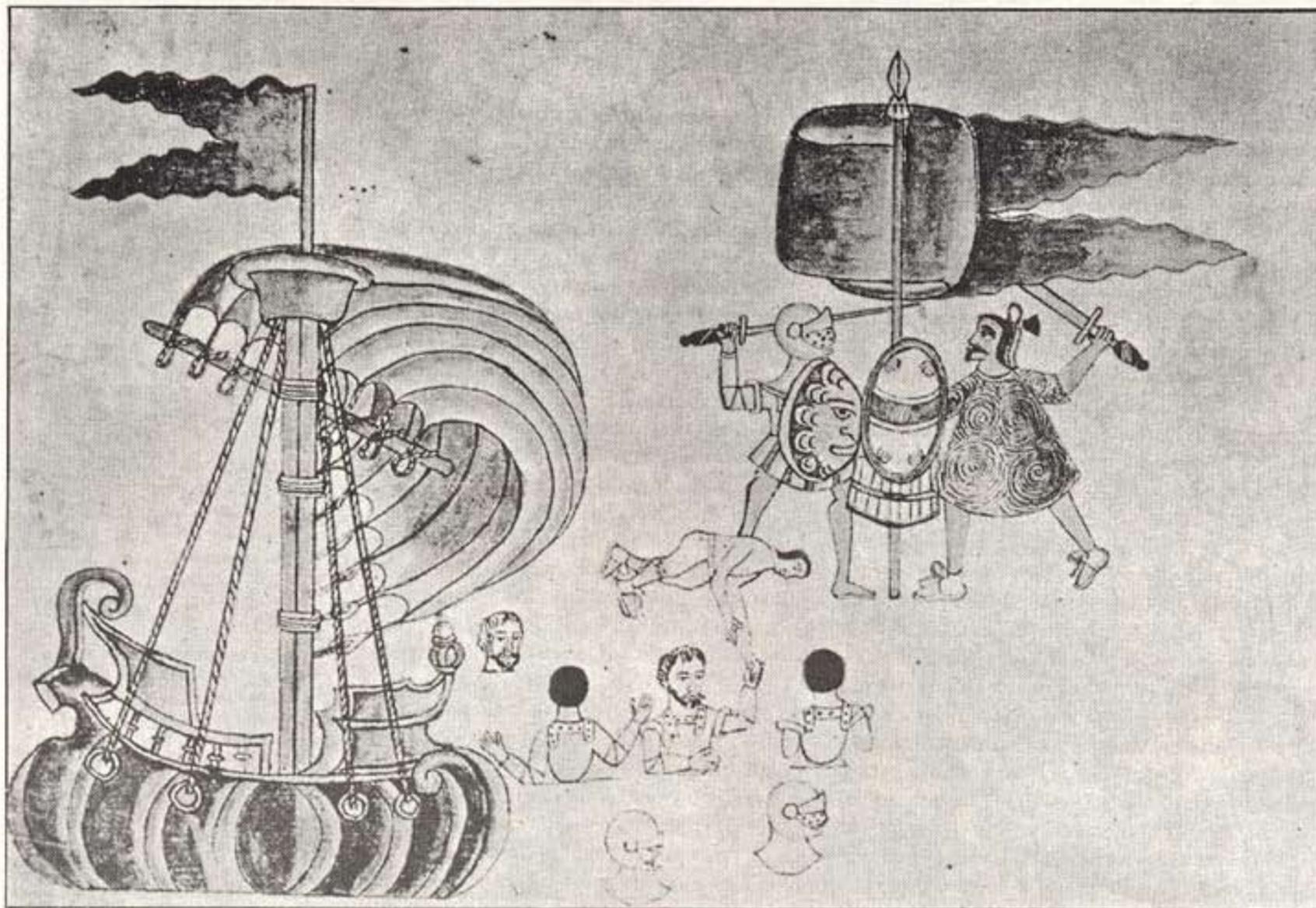
O domínio europeu sobre o mundo não seguiu uma trajetória linear, e nem mesmo estava predestinado pela história das nações cristãs do Ocidente. Pelo contrário, por volta de 1492 havia um equilíbrio entre o desenvolvimento das diversas civilizações - árabe, indiana, chinesa -, num quadro onde os europeus não eram, com certeza, os mais desenvolvidos. O porquê coube, então, a eles o domínio do planeta é um dos principais temas do artigo de Samir Amin publicado nesta edição, que saiu origi-

nalmente na Monthly Review, uma importante revista marxista norte-americana.

Atualmente diretor do Escritório Africano do Fórum do Terceiro Mundo, em Dakar, Senegal, Amin é um renomado estudioso marxista contemporâneo do imperialismo. Desde seu primeiro livro, O Desenvolvimento Desigual, de 1973, ele tem sido um crítico da teoria do subdesenvolvimento, analisando as sociedades pobres da África, Ásia e América Latina do ponto de vista das relações entre forças produtivas e relações de produção por um lado, e superestrutura ideológica por outro, considerando nesta análise das relações sociais não apenas a categoria de classes sociais mas o estado nação.

Em suas análises, Amin desenvolveu a noção de formações tributárias, denominador comum para as formações pré-capitalistas com as quais o expansionismo colonialista e, mais tarde, imperialista, se defrontou e sob as quais impôs seu domínio. Entrou, assim, no campo polêmico da consideração da natureza das sociedades que precederam o capitalismo.

De qualquer forma, polêmica à parte, o artigo comemora o quinto centenário do desembarque de Colombo na América levantando pistas fecundas para uma visão desse processo baseado no materialismo histórico e, principalmente, na crítica cientificamente fundamentada de qualquer consideração da história mundial que coloque a Europa no centro e os povos da Terra na periferia. (J.C.R.)



ideologias tributárias e propõe em seu lugar uma nova alienação economicista. Coloco juntas todas as teses de historiadores que dão importância às tendências ao capitalismo que operavam na China da dinastia Ming, na Índia antes da conquista britânica e no mundo árabe-islâmico nos anos de sua primeira expansão. Longe de ter introduzido o capitalismo nas periferias globais, a expansão ocidental às vezes atrasou o seu amadurecimento e sempre deformou o seu desenvolvimento, até criar um impasse.

Esta terceira posição, que é minha interpretação do materialismo histórico, não evita a questão da Europa e o porquê do salto qualitativo do capitalismo ter ocorrido nela e não em regiões que eram bem mais avançadas. Mas ela redefine os termos e substitui aquela questão por outra, colocada num cenário histórico específico. Refiro-me aqui, de passagem, a uma tese que expus integralmente em outro lugar, e de acordo com a qual, o sistema feudal da Europa, sendo uma forma periférica do modo tributário de produção, tinha a vantagem de ser mais flexível.

3 - O ano de 1492, portanto, inaugurou tanto o capitalismo como a expansão da Europa, que juntos são o que chamei de "capitalismo real existente".

Entendo com isso que a conquista da América se pôs, desde o início, a serviço da expansão do capitalismo, ao ponto até de se tornar um elemento de decisiva urgência para essa expansão. Durante todo o período mercantil, de 1492 até o final do século XVIII (a revolução francesa e a revolução industrial), a América preencheu uma variedade de funções deci-

sivas para a expansão do capitalismo. Simultaneamente, a conquista da América significa três gigantescas destruições:

a - as das civilizações ameríndias, cuja população foi reduzida a uma fração do que fora antes;

b - a das sociedades africanas, rebaixadas por dois séculos, nos quais tiveram como principal papel as odiosas funções do comércio escravo;

c - as sociedades civilizadas do Oriente (Oriente-Médio, Índia e China), que perderam o controle de seu comércio exterior e de suas iniciativas econômicas.

Sem 1492 é difícil imaginar-se a rápida explosão industrial de quase três séculos mais tarde, a qual - por sua vez - deu novo impulso à expansão europeia.



A cultura de nosso mundo não é "ocidental" e sim cultura do capitalismo

Desenvolveram-se meios militares sem precedentes para a conquista da Índia (depois de esmagar a revolta de Sepoy, em 1857), a abertura da China ao Império Otomano (no começo de 1840) seguidos da conquista total do continente africano no final do século. Aqui também a expansão do capitalismo trouxe consigo uma série de destruições gigantescas e das suas ruínas se ergueu uma divisão desigual e internacional do trabalho no capitalismo real existente. A



abertura à indústria européia arruinou o capitalismo local baseado no artesanato e nas indústrias de pequena escala, e impôs o contraste rígido entre os países industriais e os fornecedores de matéria-prima que estruturou o sistema mundial até a II Guerra.

4 - Um exame realista do mundo iniciado em 1492 reconhecerá os aspectos negativos e positivos enfatizados pela ideologia eurocentrista dominante. Certamente a revolução cultural do capitalismo não é menos importante do que 1492 e a conquista da América. Começando com o Renascimento, a ideologia metafísica dominante foi contestada e o século do Iluminismo progressivamente a substituiu por conceitos que inauguraram a moderna política democrática - primeiro a burguesa, depois a socialista. Mas a ideologia burguesa continuou aprisionada pelos laços de uma nova alienação que reduziu o sujeito humano a um fator de produção. E apenas o socialismo, especialmente em sua forma marxista, permitirá à humanidade quebrar estes laços.

Não é preciso dizer que o capitalismo tem estendido suas forças de produção em proporção e em um ritmo que estão acima de qualquer comparação com as épocas anteriores. Mas ele tem deteriorado, e continua deteriorando, a base material da riqueza a ponto de colocar-se em questão a sobrevivência do planeta, como começamos a entender. A alienação econômica e o totalitarismo dos cálculos econômicos a curto prazo dominados pelo mercado, transformam a pilhagem do planeta num processo incontrolável dentro da moldura e da lógica da acumulação do capital.

Finalmente, o capitalismo como um sistema mundial realmente existente, tem sido sempre polarizado e continua assim. Esta polarização não é produto de fatores particularmente culturais, alguns dos quais são favoráveis ao "desenvolvimento", alguns não. É o produto inevitável da expansão capitalista, de acordo com as regras do mercado mundial, que é integrado apenas ao longo do eixo da troca de produtos e flutuações do capital, enquanto ao longo do eixo do emprego da força de trabalho, continua fragmentado. A polarização desmente todas as pretensões de que o capitalismo seja realmente universal. No entanto, o capitalismo substituiu ideologias, que eram necessariamente regionais em épocas anteriores, por uma que proclama a absoluta universalidade do mercado. E é neste sentido que tenho dito que a cultura do nosso mundo contemporâneo não deve ser chamada "cultura ocidental", mesmo que ela tenha surgido no Ocidente e outras sociedades a vejam como ocidental; ela deveria ser chamada de cultura capitalista.

Mesmo dizendo-se universal, o capitalismo realmente existente é incapaz de criar condições materiais para realizar o que promete. Cabe precisamente ao socialismo formular um projeto planetário social e estratégias que possam torná-lo realidade, mesmo que até o presente tenha feito isso de maneira imperfeita. A polarização mundial constituiu o verdadeiro limite histórico que o capitalismo verdadeiramente não pode transcender. Ela é a expressão por excelência do mundo cuja construção começou em 1492 e que vai permanecer em nosso mundo até um futuro previsível.

Polarização que não é criada apenas pela divisão mundial do mercado capitalista. Ela se expressa igualmente na assimetria da estrutura do sistema político de Estados que se desenvolvem em torno da expansão mundial do capitalismo.

Neste sistema, apenas os principais estados capitalistas são verdadeiramente independentes. Os países da periferia, mesmo não sendo reduzidos ao status colonial, não são realmente tratados como autônomos. Eles são considerados como espaço aberto para a expansão dos capitais centrais. A construção deste sistema político mundial passou por fases, marcadas pelo tratado de Westphalia (1648), que pôs um fim definitivo ao cristianismo medieval; pelo Congresso de Viena (1815); e pelo tratado de Versalhes (1919), fundado no conceito do equilíbrio europeu. Na América, os Estados Unidos, como um centro capitalista regional, construiu uma estrutura análoga da qual os europeus foram excluídos, definida pela doutrina Monroe, reservando a periferia da América Latina para seu uso exclusivo.

É claro que a polarização se manifestou também no nível cultural, e continua se manifestando através da confusão entre os valores que o capitalismo impõe em todo o globo, e na forma especificamente ocidental na qual ela se expressa. Essa confusão leva por sua vez a reações ambíguas de rejeição, nas quais é difícil distinguir entre a expressão do protesto contra o capitalismo e evocações de nostalgia de culturas que já passaram.

A industrialização do terceiro mundo tem sido um mecanismo de sua periferização



A expansão europeia também foi expressa a nível demográfico na enorme explosão das populações do continente europeu, que entraram um século ou dois mais cedo na revolução demográfica do mundo moderno, marcada pela queda da mortalidade e, mais tarde, pela queda da fertilidade. Além disso, enquanto esta revolução continuava, a Europa tinha à sua disposição as Américas (e a Austrália), onde podia colocar sua população extra. Isto facilitou a revolução agrária e a industrialização, criando para o proletariado europeu condições favoráveis para a integração social e o aumento dos salários. Entre 1700 e 1900, os continentes europeu e americano tiveram um crescimento populacional maior do que a Ásia e a África e o número das pessoas de origem europeia aumentou neste período de 20% para 36% da população mundial.

Quando as periferias asiática e africana entraram na revolução demográfica, começando em 1900 e acelerando em 1950, não podiam mais aliviar a pressão populacional através das imigrações massivas.

Elas conseguiram chegar à sua diminuição histórica: em 1990 eram 71% da população do globo, em comparação a 80% em 1700. De qualquer modo, persiste uma visão alarmista e racista a respeito da ameaça de sua fecundidade.

5 - O mundo contemporâneo é, portanto, invariavelmente marcado pelo traço da época que começou em 1492 - polarização. Certamente, no decorrer dos cinco séculos que se seguiram, o sistema mundial se desenvolveu, e neste contexto as periferias não ficaram paradas, seja em relação à população e ao desenvolvimento social e político, seja em relação às funções que desempenhavam no sistema global.

Começando na II Guerra Mundial, os movimentos de libertação nacional trouxeram independência para nações da África, Ásia e Caribe. A América Latina já tinha sido conquistada pelos criollos deste continente no século 19. A criação da ONU formalizou a globalização do sistema de nações até então limitado à Europa e América. Além disso, os beneficiários do conflito Leste-Oeste no Terceiro Mundo frequentemente conseguiram fazer sua independência respeitada, engajando-se em transformações que às vezes foram radicais, se modernizando e iniciando sua industrialização. Estas conquistas estavam, depois de 1980 e particularmente a partir de 1990, ameaçadas em todos os níveis. A Gerra do Golfo demonstra a arrogância dos Estados Unidos, a superpotência exclusiva. Agora, enquanto a Europa e o Japão ficam no bloco e a Rússia se une a este campo, o Ocidente estará unido contra o Terceiro Mundo, e se dará o direito de intervenção ilimitada. As conquistas econômicas do Terceiro Mundo estão, neste contexto, sendo reintegradas no sistema mundial em novas formas, consistentes com a assimetria do capitalismo real existente. A industrialização do Terceiro Mundo tem se tornando praticamente uma nova forma de sua periferização, enquanto os monopólios que asseguram ao centro capitalista suas posições hegemônicas estão se mudando para outras linhas de operação: o controle do sistema financeiro mundial, o monopólio científico e técnico, a administração das riquezas naturais do globo, a formulação de novos modos de vida e consumo e de sua popularização através de controle dos meios de comunicação, da manipulação destes meios de opinião em escala mundial e o monopólio de armamentos de destruição massiva.

O mundo que foi disparado a partir de 1492 continua, o que tem sido por cinco séculos, um sistema baseado na exploração capitalista e na desigualdade das nações. O reconhecimento de que essas duas dimensões são inseparáveis, e têm sido desde 1492, constitui a precondição analítica essencial sem a qual todos os esforços para a liberação universal da humanidade serão em vão. ■

Galileu Herético

Galileu Herético, de Pietro Redondi, 1991 - Companhia das Letras.

Um episódio conhecido por todos é a condenação de Galileu pelo Tribunal da Inquisição em 1633, por defender opiniões “contrárias à Santa Escritura”. Esse célebre processo, devido à publicação em 1632 do “Diálogo dos Dois Grandes Sistemas”, levou Galileu a abjurar solenemente que a Terra gira em torno do sol.

Sobre esse episódio, o Galileu Herético, de Pietro Redondi, é inovador não só pela completa mudança das posições clássicas já conhecidas, mas também, pelas lições metodológicas que o livro oferece à pesquisa em História da Ciência.

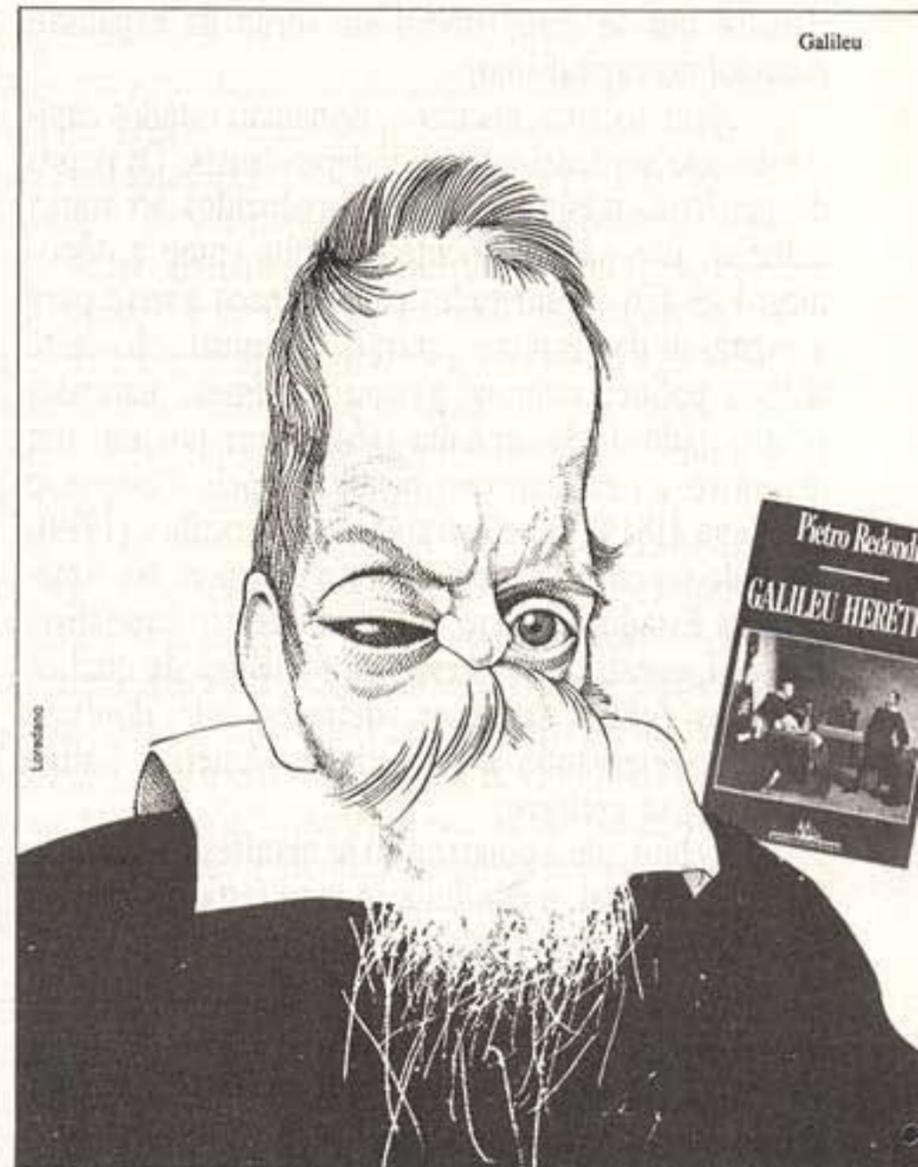
Durante o período entre duas de suas obras - o “Saggiatore” (1623) e o “Discorsi” (1638) -, Galileu modifica sua teoria atomista, sem aparentemente nenhuma justificativa. Entretanto, o mesmo não aconteceu com as antigas convicções copernicanas, que motivaram a sua condenação. Essa contradição leva Redondi a buscar conhecer as razões que teriam motivado essa mudança.

Procurando nos arquivos do Santo Ofício, um documento onde um teólogo da época (padre Guevara) havia elucidado o caráter não condenável do sistema copernicano, Redondi encontra uma carta denunciadora, endereçada a uma autoridade do Santo Ofício e anterior à condenação de Galileu. Nela, um religioso se inquieta por causa de uma contradição entre certas teses do Saggiatore e o dogma da transubstanciação na Eucaristia, adotada pelo Concílio de Trento em 1551.

Nesse dogma, a Igreja romana afirma a presença real do corpo e do sangue de Cristo nas duas espécies consagradas, assim como subsistem as aparências sensíveis, ou “acidentes”, do pão e do vinho na missa. Se adotamos a interpretação atomista das qualidades sensíveis de Galileu, o gosto, a forma e a cor dependem da ligação de partículas constitutivas. Assim, a distinção escolástica entre substância e acidentes perde toda a significação. A conversão das substâncias torna-se impossível e não há milagre.

Apesar de anônimo, um G no canto da página levou Redondi, num trabalho de detetive, a identificar o autor como sendo do padre Orázio Grassi, importante arquiteto e teólogo do Colégio Romano, a mais respeitável instituição cultural da Contra-Reforma, dirigida pela congregação dos padres jesuítas.

Seguramente, havia com o que inquietar o Colégio Romano, pois esse dogma era o ponto divisor de águas entre protestantes e católicos. Além de motivar duelos dentro da própria Igreja, refletia-se diretamente sobre as teorias do conhecimento e as filosofias da natureza, em um difícil conflito entre razão e fé: A acusação contra Galileu, em 1624, era certamente



a mais grave de todas, em função dos repetidos desafios heréticos naquele momento. Bastará recordar que o argumento da transubstanciação era tão grave, que permitiu ao cardeal Belarmino desbloquear o interminável processo de Giordano Bruno e ao Cardeal Scaglia, ir a fundo no processo de “De Dominis” (conhecido como teólogo, cientista e intelectual de fama europeia), levando à sua condenação à fogueira, apesar de estar morto há três meses e meio.

Reforçando sua tese, Redondi mostra que, para os jesuítas, o copernicanismo era um pecado menor, tanto que o livro de Copérnico retirado de circulação em 1616, foi liberado em 1920, com pouquíssimas modificações. Mas violar um dogma era heresia da mais alta espécie, e passível de condenação à fogueira, e os defensores do atomismo vinham sendo caçados e severamente punidos desde o início do segundo milênio. Conhecida na antiguidade como uma doutrina sem Deus, o atomismo tornou-se no século XVII uma doutrina herética.

Em seu livro, Redondi conta muitas tramas e acontecimentos contraditórios. Em 1624, o papa Urbano VIII, admirador e protetor de Galileu, é eleito. O ambiente político, cultural e religioso de liberdade e mudança, faz do “Saggiatore o acontecimento literário do novo pontificado”. Por outro lado o Colégio Romano desencadeia uma campanha de agressões contra a nova filosofia. É nessas circunstâncias, segundo Redondi, que a condenação de Galileu em 1633, por heliocentrismo, resultou de uma trama para mascarar uma heresia bem mais perigosa, o atomismo,

na qual estava comprometido um papa muito liberal para o gosto dos jesuítas, que faziam oposição.

Através de documentos, processos, festas, academias, palácios, escolas, homens, livros e revivendo os ritos e os sentimentos religiosos e as paixões políticas e intelectuais, o *Galileu Herético*, de Redondi, revê de forma estimulante as reações que a filosofia de Galileu havia provocado, oferecendo uma riqueza de fatos históricos que convencem o leitor de sua tese sobre o processo deste grande homem.

Repisar uma controvérsia que foi um diálogo de surdos, segundo Redondi, fará com que valorizemos a conquista da "autonomia de pesquisa e da razão de que nos beneficiamos hoje. E será possível avaliar que esta não desceu para a terra do céu (...) mas foi duramente conquistada no século XVII, como qualquer outra liberdade humana. Um bem comum a defender".

Pietro Redondi nasceu em Milão, em 1950, e formou-se em história das ciências e técnicas em Paris. Atualmente é pesquisador do CNRS (Centro Nacional de la Recherche Scientifique), com o cargo de diretor-adjunto do Centro Alexandre Koyre da École des Hautes Études en Sciences Sociales.

Margareth Miranda de Oliveira
Pós-Graduação do IFUSP



Ciência e Historicidade

Ciência e Historicidade - Luiz Felipe Serpa - Edição do Autor, Salvador, 1991.

Quando alguns afirmam que é tempo de jogar os livros de Marx e Engels na lata do lixo Felipe Serpa, pensa exatamente o contrário. Este é seguramente o primeiro destaque deste livro. Apoiado nestas lei-



turas e na análise das mudanças conceituais trazidas pela ciência do século XX, o autor sustenta a "capacidade preditiva do materialismo dialético". Analisa em particular o livro "Dialética da Natureza", de Engels, fazendo uma inovadora análise de suas categorias.

Retomando a afirmação de Marx de só reconhecer uma única ciência, a da história, o autor esboça então seu principal objetivo: "chegar ao espaço-tempo histórico como objeto teórico unificador das ciências na natureza e do homem, introduzindo a historicidade no espaço-tempo das ciências da natureza e a dimensão espaço-temporal na historicidade das ciências do homem". Felipe Serpa desenvolve ainda as características que deveriam ter "a construção de uma teoria da estrutura do espaço-tempo histórico".

Embora seja bastante discutível a possibilidade de uma tal unificação nos marcos de uma determinada estrutura científica, devemos registrar a grande riqueza epistemológica contida nos "insights" presentes neste livro.

Estas valiosas elaborações estão, no entanto, contidas em uma moldura mais geral bastante discutível, até porque não constitui parte necessária da própria reflexão. Falando mais concretamente, Felipe Serpa toma como moldura histórica a noção de "crise civilizatória" de F. Capra e o conceito de ciclos civilizatórios de A. Toynbee. Não é o caso de nos limites desta resenha nos determos sobre tais questões, mas somos de opinião de que estes são conceitos e noções no mínimo muito insuficientes para analisarmos a "Nova Ordem Mundial".

Infelizmente o livro não saiu por uma editora com capacidade de colocá-lo em todo o mercado nacional. Sendo uma leitura obrigatória para os interessados na reflexão sobre a ciência e para os que têm no marxismo o referencial teórico, deixamos a "dica": não encontrando nas livrarias escrever para o autor na Faculdade de Educação - UFBA, Salvador.

Olival Freire Jr.

Lutas Filosóficas na URSS (1922-1931)

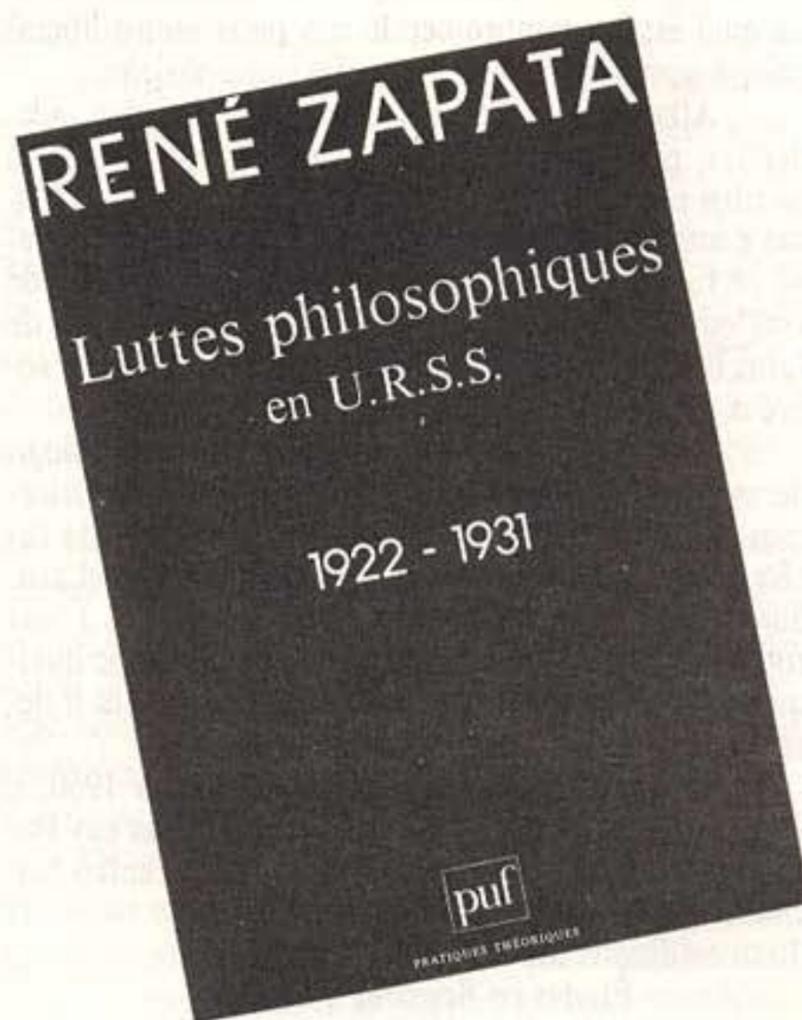
Luttes Philosophiques en U.R.S.S. 1922-1931 - René Zapata, Presses Universitaires de France, Paris, 1983.

O grande atrativo deste livro está em apresentar uma coletânea, traduzida para o francês, dos principais artigos das lutas filosóficas desenvolvidas na URSS na década de vinte. São 16 artigos assim agrupados: I - Editorial e artigos de Lênin e de Trotski quando da fundação da revista "Sob a Bandeira do Marxismo"; II - Luta contra o liquidacionismo na filosofia, com artigos de S. Minine, V. Rumii e A.A. Déborine; III - Luta entre mecanicistas e dialéticos (ou deborinistas) com artigos de I.I. Stepanov e A.K. Timiriázev pelos mecanicistas e A.M. Déborine e Resoluções da "2.ª Conferência de toda a União das instituições marxistas-leninistas de pesquisa científica" pelos dialéticos, cobrindo o período 1924-1929, e IV - Luta entre bolchevizadores da filosofia e dialética com artigos de A.M. Déborine, I. Luppol, Ia. Sten e outros pelos dialéticos e de M.B. Mitine, V.N. Raltsevich e P.F. Iudin pelos bolchevizadores e mais o decreto do Comitê Central do PCURSS de 25.01.1931 afirmando as posições dos bolchevizadores como posições do partido. O livro conta ainda com prefácio de Dominique Lecourt e Notas Introdutórias aos artigos feitas pelo próprio René Zapata.

Aqueles que têm familiaridade com a filosofia marxista na sua forma sistematizada pelos autores soviéticos, encontrarão nesta coletânea elementos para entender a trajetória que vai da revolução de outubro, quando não se dispunha de uma tal sistematização, ao período (metade da década de trinta em diante) em que esta sistematização aparece nos diversos manuais de filosofia, de história da filosofia e no próprio *Materialismo Dialético e Materialismo Histórico*, de Stálin.

O que mais salta à vista no exame destes artigos é que a luta entre mecanicistas e dialéticos, o episódio mais destacado do período, constituiu-se de uma polêmica restrita à relação entre filosofia marxista e ciências da natureza. É um debate que guarda atualidade envolvendo noções como formas de causalidade, continuidade e descontinuidade, estrutura lógica subjacente às diversas disciplinas científicas, etc. Mas a ausência neste debate de temas filosóficos relativos à história, à política, às ciências sociais, enfim relativos ao materialismo histórico é no mínimo surpreendente, pois a própria existência, pela primeira vez na história, de um poder operário consolidado, apresentava para o marxismo uma enorme gama de novos problemas práticos e teóricos, associados exatamente ao desafio da construção socialista.

Esta ausência era assumida conscientemente como natural. Déborine, principal autor dos dialéticos, afirma que nas ciências sociais "os marxistas são os mestres de si mesmo". Ora os marxistas mais destaca-



dos eram por princípio os principais dirigentes partidários. Mas exatamente entre estes a década de vinte não pode ser vista exatamente como um período de largo consenso. Para além das divergências práticas, mais conhecidas dos marxistas ocidentais, existiam latentes importantes diferenças teóricas não debatidas. É notório, por exemplo, o viés positivista e mecanicista presente nas obras de Bukharin, destacado dirigente e teórico do período.

Já nas posições dos bolchevizadores (1929) aparece a crítica à ausência dos temas ligados ao materialismo histórico na reflexão filosófica soviética. Mas sua principal crítica está centrada na exigência de resultados práticos para a reflexão teórica e de maior lealdade (partidismo) ao PCURSS nas lutas internas em curso.

Analisando retrospectivamente, com os olhos de hoje, duas questões se destacam referentes à sistematização da filosofia marxista na URSS. A fusão da exigência de unidade política com os desafios da elaboração da *teoria*, revelou-se esterilizadora sobre a ulterior elaboração teórica. E a sistematização da filosofia que nós conhecemos, longe de elaborar sobre os novos problemas postos ao materialismo histórico pelo desafio da construção socialista, realizou de fato uma *justaposição* entre os temas do materialismo histórico com aqueles do materialismo dialético.

A coletânea organizada por Zapata ajuda-nos então a examinar mais de perto a própria trajetória da revolução socialista soviética.

Os filhos da Dinda

Os filhos da Dinda, de vários chargistas, 1992 - Scritta Editorial.

Intrigas mirabolantes, corrupção, tráfico de influência. Tudo isso seria trágico se não fosse cômico. Pelo menos em *Os filhos da Dinda*, uma coletânea de charges que acaba de ser lançada pela Scritta Editorial, com nove dos melhores nomes da charge política nacional: Alcy, Chico Caruso, Chaudius, Glauco, Jal, Laerte, Maringoni, Negreiros e Paulo Caruso.

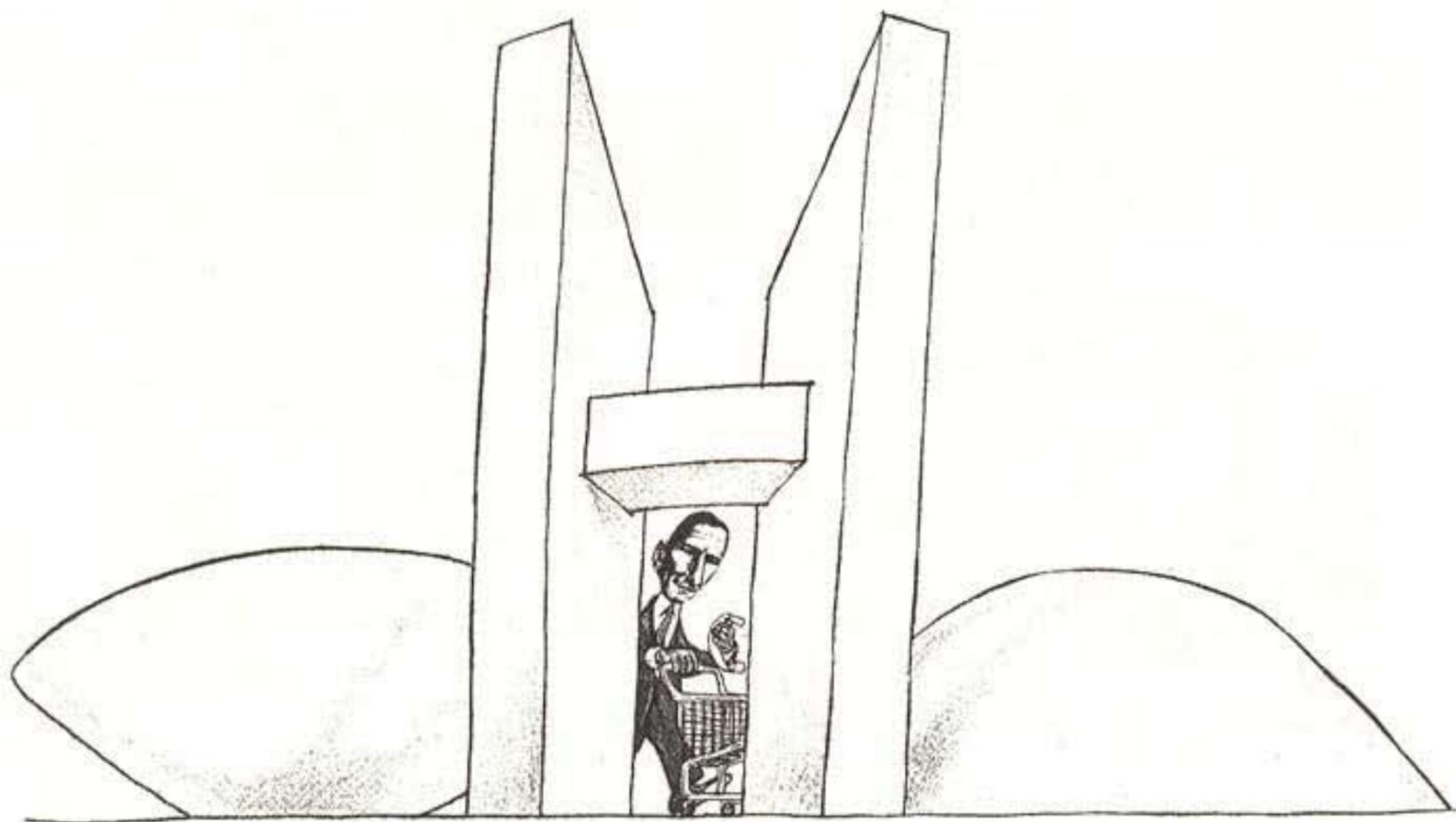
Mais que uma simples reunião dos melhores trabalhos (já publicados) de cada um, o livro é um documento fiel e bem-humorado desse período da nossa história. A edição de Maringoni, responsável também

pela organização do material, conseguiu algo inédito, que em cada página a narrativa se tornasse única, apesar da diferença de estilos e traços dos artistas. Em comum, a indignação de todos com o mar de lama criado no Palácio do Planalto.

A apresentação de *Os filhos da Dinda* é de Luis Fernando Verissimo, que diz num trecho: "A história destes dias só pode ser contada pela caricatura, e justamente por isso foi difícil caricaturá-la. Como exagerar uma realidade tão exagerada que já parecia sua própria sátira? A glória destes artistas do cotidiano foi a de ter vencido a guerra do ridículo. (...) Venceram a concorrência desleal e o resultado, glorioso, desta vitória está aqui".

Ivana Jinkings

Nas próximas páginas, uma amostra do livro:



TESTE

LAERTE





Negreiros, 20 de julho



Negreiros, 24 de julho

Conduzindo mister Collor

Aloy, 3 de julho



Gleuco, 1º de julho

Os serões de Vieira

Chico, 30 de julho



— Faz de novo, faz de novo...



Chico, 1º de agosto



— Faça como eu,
ministra:
vá empurrando
com a barriga...

Maringoni, 7 de julho

Maringoni

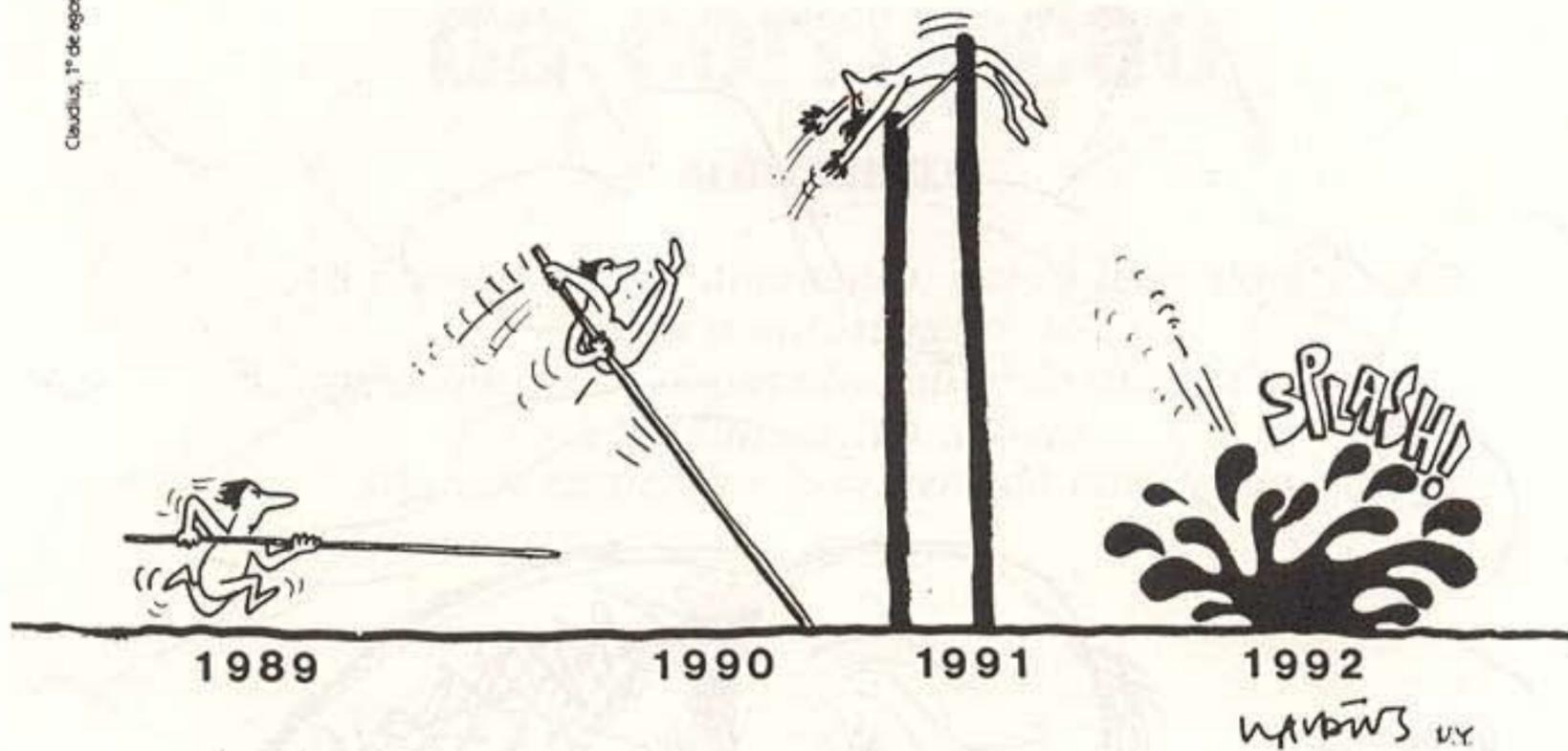


Camilla



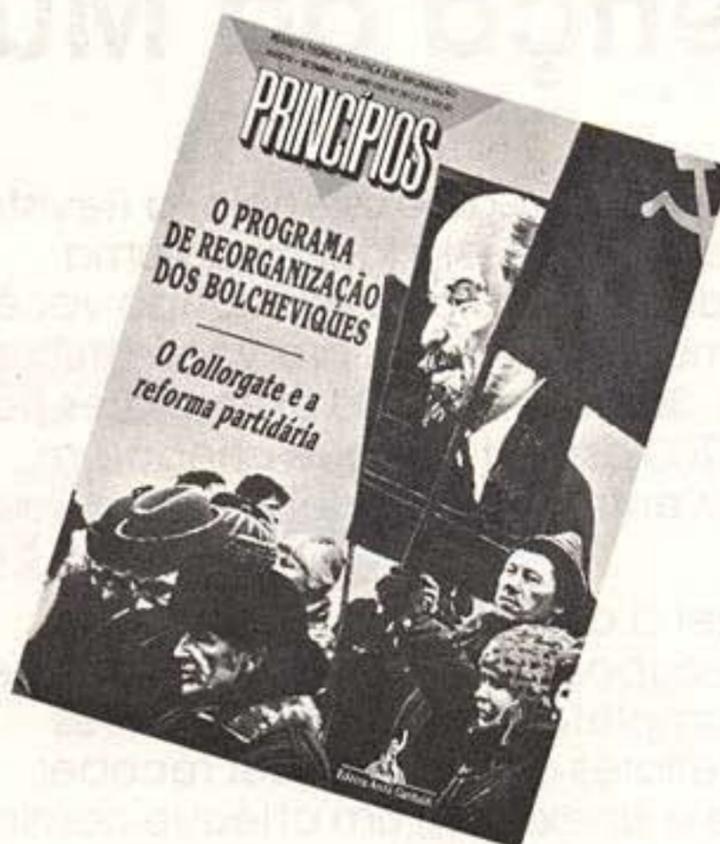
Collor games

Claudio, 1º de agosto



Por enquanto, o único que trouxe ouro.

Alcy, 09 de julho



Assine Princípios

A cada 3 meses **Princípios** debate os grandes desafios da atualidade e, em particular, procura enfrentar os problemas da crise do Socialismo e da teoria marxista.

Se você tem interesse em estudar a situação do Brasil e do mundo e participar da luta por mudanças, assine e presenteie seus amigos com assinaturas da **Princípios** no fim do ano. Custa pouco e você ainda se beneficia de nossa promoção de natal.

Promoção: na assinatura feita até 30/11 - o assinante ganha 1 livro e 2 **Princípios** de sua escolha na relação abaixo; na assinatura feita em dezembro - 1 livro ou 2 **Princípios**.

Às Portas de Moscou (Alexandre Bek) - Romance - 300 págs.

30 Anos de Confronto Ideológico (Coletânea) - 300 págs.

Marx e os Sindicatos (D. Losovski) - 216 págs.

Estratégia e Tática (Coletânea) - 172 págs.

Em Defesa do Socialismo Científico (J. Stálin) - 172 págs.

Problemas Econômicos do Socialismo na URSS (J. Stálin) - 100 págs.

A Política Revolucionária do PCdoB (Documentos) - 244 págs.

Princípios disponíveis: 4, 9, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25 e 26.

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ Cidade _____

CEP _____ Estado _____ Telefone _____

Assinatura Anual (4 edições) a partir do nº _____ Cr\$ 120.000,00

Assinatura de Apoio (9 edições - 5 passadas e 4 próximas): Cr\$ 200.000,00

Pague com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda.

Rua dos Bororós, 51 - 1º andar - CEP 01320-020 - São Paulo - Fone: (011) 278-3220.

Assine já Presença da Mulher...

No seu sexto ano de existência, a Revista "Presença da Mulher" está lançando uma campanha de assinaturas e brindando você com três números anteriores pra você atualizar sua coleção. São apenas 200 exemplares para as primeiras 200 assinaturas que chegarem, pela data da entrega no correio, ou em nossa sede.

Para fazer a assinatura, basta você preencher o cupon abaixo, com seu nome e endereço completo, dizendo quais os três números anteriores que você quer receber como brinde e anexando um cheque nominal à Editora Liberdade Mulher, no valor da assinatura. Se preferir, pode nos enviar o cupon e o comprovante de depósito, no valor da assinatura em qualquer agência da Caixa Econômica Federal, para a conta 03015416-4, agência 0240 — Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 900/918 — Editora Liberdade Mulher.

Você paga a assinatura para os próximos 4 números e recebe, inteiramente grátis, mais 3 números anteriores à sua escolha, no valor de Cr\$ 30.000,00.

Atenção: somente as assinaturas anuais comum (4 exemplares) ou de apoio, dão direito ao brinde.

Números que se encontram disponíveis nesta promoção: 1, 2, 6, 7, 9, 10, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22.

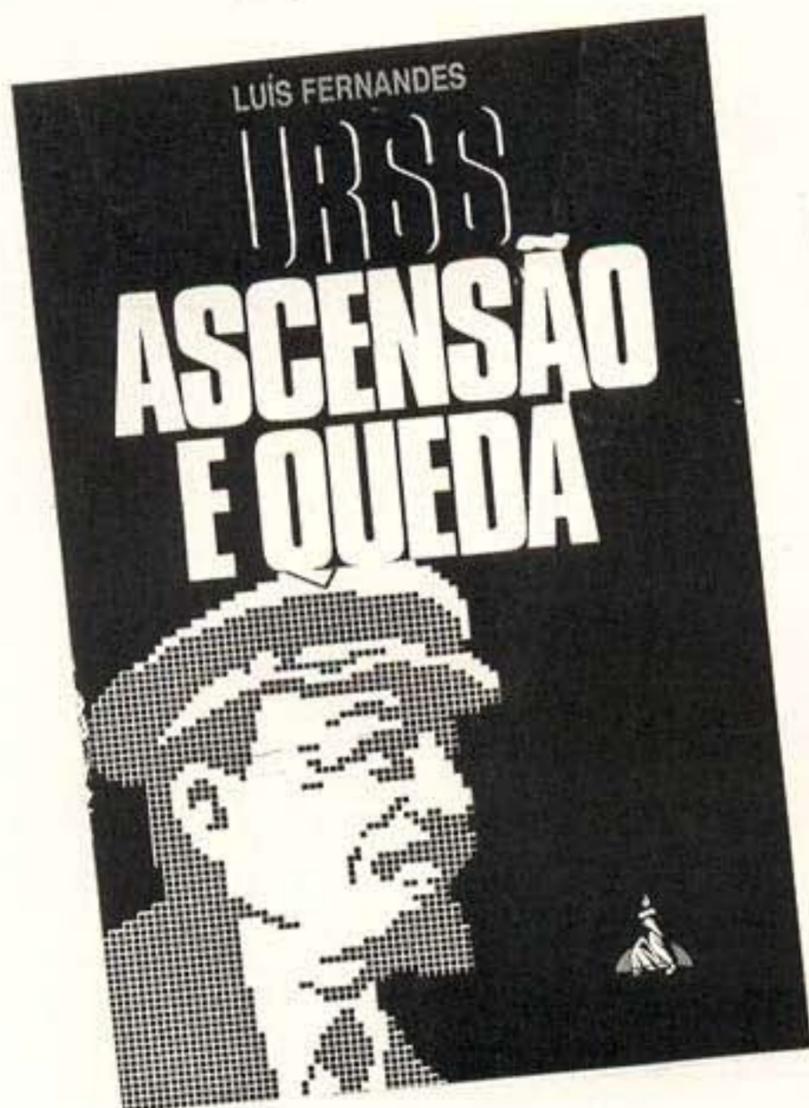
Promoção válida até o dia 30/11/92

Cheque nominal à Editora Liberdade Mulher Ltda.

Rua Bororós, 51 - 1º andar - CEP 01320-020 - Bela Vista - São Paulo - SP.



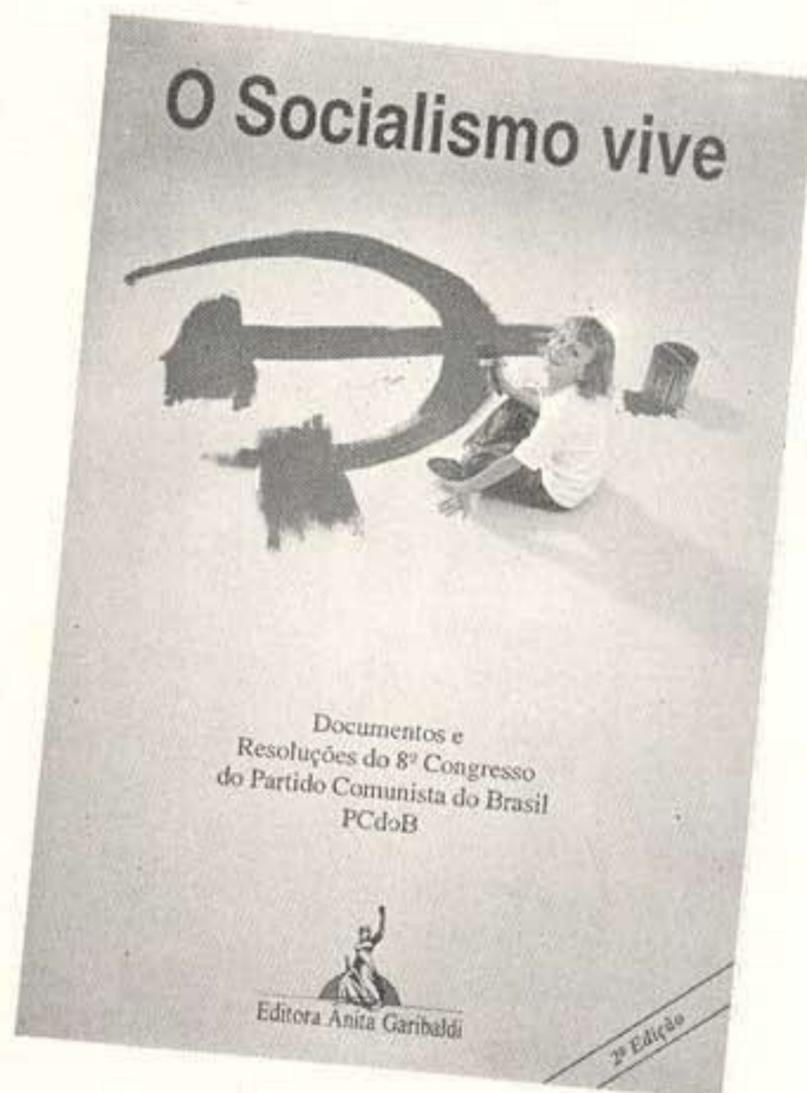
Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ Cidade _____
CEP _____ Estado _____ Telefone _____



URSS - ASCENSÃO E QUEDA

Luis Fernandes

O livro analisa as conseqüências econômicas, sociais e políticas da opção do Leste pela "economia de mercado", bem como os antecedentes e desdobramentos dos dramáticos acontecimentos que sacudiram a União Soviética recentemente. É leitura obrigatória para os que queiram se situar diante das profundas transformações em curso nos países do Leste e refletir criticamente sobre a viabilidade do socialismo.
270 págs. - Cr\$ 55.000,00



O SOCIALISMO VIVE

Este livro contém os documentos aprovados no 8º Congresso do PCdoB em fevereiro/88. Além da análise da conjuntura internacional com o fim do bloco soviético e a situação nacional, o livro apresenta duas questões fundamentais que preocupa todos os setores progressistas do Brasil. A primeira é compreender as causas que levaram o socialismo à derrota e os novos desafios do movimento operário para retomar a revolução socialista. A segunda questão é compreender com profundidade as conseqüências da definição do caráter socialista do Programa do PCdoB, aprovado no 8º Congresso. Vale a pena conhecer!
108 págs. - Cr\$ 25.000,00

Pedidos com cheque nominal ou vale postal para:
Editora Anita Garibaldi Ltda.
Rua dos Bororós, 51 - 1º andar
CEP 01320-020 - São Paulo - SP
Fone: (011) 278-3220

DESATAI O FUTURO

VLADIMIR MAIAKOVSKI (1893-1930)

O FUTURO

NÃO VIRÁ POR SI SÓ
SE NÃO TOMARMOS MEDIDAS.
PEGA-O PELAS ORELHAS, JUVENTUDE
PEGA-O PELA CAUDA, PIONEIRO!

O FUTURO

NÃO É UMA PRINCESA FANTÁSTICA
COM QUEM
DE NOITE SE SONHA.

CALCULA,
REFLETE,
MIRA BEM
E AVANÇA! (...)

AQUELE QUE
NO DECORRER DO DIA
ANDA RANGENDO PALAVRÕES
COMO UM EIXO DE CARROÇA
RESSECADO,

AQUELE QUE
FICA PASMADO
QUANDO GEME A BALALAIKA,
ESSES

NÃO ATINGIRAM O TALHE
DO FUTURO.
NAS TRINCHEIRAS
MANEJAR METRALHADORAS,
NÃO É APENAS NISSO
QUE CONSISTE A GUERRA.

QUAL UMA PELIÇA
O TEMPO É TAMBÉM
ROÍDO
POR VERMES QUOTIDIANOS.

ÀS VESTES POEIRENTAS
DE NOSSOS DIAS
CABE A TI, JUVENTUDE, SACUDI-LAS!

(1925)

